



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 7

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de abril de 2024

Presidente: *Deputado Luis Garcia (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Joaquim Machado)*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Deputado Lubélio Mendonça*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10h00.

Feita a chamada dos Srs. Deputados, procedeu-se ao período dedicado ao Tratamento de Assuntos Políticos, e no que diz respeito à apresentação de votos, foram lidos e votados os seguintes textos:

- **Voto de Congratulação sobre os 75 anos do Museu de Angra do Heroísmo**, apresentado pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Associação Sol Nascente**, apresentado pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), tendo-se pronunciado sobre o mesmo a Sra. Deputada Sandra Costa Dias (*PS*). O referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada**, apresentado pelo Sr. Deputado Russel Sousa (*PS*), sobre o qual intervieram também os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*) e José Pacheco (*CH*). O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela distinção da participação de três queijos açorianos em concurso nacional**, cuja apresentação coube ao Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), tendo igualmente se pronunciado sobre o mesmo a Sra. Deputada Patrícia Miranda (*PS*). O voto em referência foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação aos queijos S. Jorge-DOP**, apresentado pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelo aniversário da Fundação Gaspar Frutuoso**, cuja apresentação ficou a cargo da Sra.

Deputada Marlene Damião (*PS*), tendo também emitido opinião o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*). Este voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Soares da Silveira**, iniciativa das Sras. e Sr. Deputadas/o da ilha de S. Jorge. A sua apresentação coube à Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de José Armas Gomes**, cuja apresentação coube à Sra. Deputada Cecília Estácio (*PSD*), sendo que sobre o mesmo pronunciou-se o Sr. Deputado José Eduardo (*PS*). O voto em questão foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Cónego Gil Vicente Mendonça** que foi lido pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*), tendo sobre o mesmo usado da palavra a Sra. Deputada Dora Valadão (*PS*). Este voto foi aprovado por unanimidade.

Na parte dedicada às Intervenções Políticas, interveio o **Sr. Deputado André Franqueira Rodrigues** (*PS*), cuja intervenção despoletou um debate no qual participaram os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Proferiu igualmente intervenção política a **Sra. Deputada Olivéria Santos** (*CH*), à qual seguiram-se os/as Srs./Sras. Deputados/as Luis Raposo (*PSD*), João Castro (*PS*), António Lima (*BE*), João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Pinto (*CDS/PP*) e também o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Já no Período da Ordem do Dia, e dando continuidade à agenda de trabalhos, procedeu-se à apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 6/XIII - “Estatuto dos Bombeiros Profissionais da RAA”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Seguiu-se o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteposta de Lei nº. 1/XIII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes na RAA”**, uma iniciativa da responsabilidade do BE.

Sobre este assunto intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as António Lima (*BE*), Olivéria Santos (*CH*) e Pedro Neves (*PAN*), tendo a iniciativa sido aprovada por unanimidade.

Outro **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteposta de Lei nº. 2/XIII – “Simplifica o modelo de atribuição do**

Subsídio Social de Mobilidade a residentes na RAA”, foi apresentado pelo CHEGA, tendo o mesmo também sido aprovado por unanimidade.

Seguiu-se, então, a apreciação da Anteproposta de Lei nº. 1/XIII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio social de mobilidade atribuído a residentes na RAA”, da autoria do BE, em que intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Silva (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Joaquim Machado (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Logo depois, apreciou-se conjuntamente dois Pedidos de Urgência, a saber:

- Projeto de DLR nº 1/XIII – “Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local”, da autoria dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e PPM; e

- Projeto de DLR nº 7/XIII – “Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local e monitorização do AL na RAA”, da autoria do Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar estes Pedidos de Urgência, usaram da palavra o Sr. Deputado Paulo Simões (*PSD*) e a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*).

Uma vez aprovados os dois Pedidos de Urgência, procedeu-se à apreciação, respetivamente, do Projeto de DLR nº 1/XIII – “Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local”, da autoria dos GP do PSD, CDS/PP e PPM; e

do Projeto de DLR nº 7/XIII – “Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local e monitorização do AL na RAA”, da autoria do Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação das iniciativas em apreço couberam, respetivamente, ao Sr. Deputado Paulo Simões (*PSD*) e à Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*).

Gerou-se, então, o debate subsequente em que intervieram os/as Srs./Sras. Deputados/as Hélia Cardoso (*CH*), António Lima (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Andreia Cardoso (*PS*), Marlene Damião (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Simões (*PSD*), João Bruto da Costa (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Francisco Lima (*CH*) e José Pacheco (*CH*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*).

Submetidas à votação, a iniciativa do PSD, CDS/PP e PPM foi aprovada por maioria, sendo que a iniciativa da autoria do PS foi rejeitada.

Os trabalhos terminaram às 19h45.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.
Vamos dar início aos nossos trabalhos.
Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.
Secretário: Obrigado Sr. Presidente.
Bom dia a todos.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados/as:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos.**
Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge.**
Carlos Henrique Lopes **Rodrigues.**
Cecília Maria Soares **Estácio.**
Délia Maria **Melo.**
Flávio da Silva **Soares.**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar.**
Jaime Luis Melo **Vieira.**
João Luis **Bruto** Costa Machado **da Costa.**
José **Joaquim** Ferreira **Machado.**
José **António** Marcos **Soares.**
José **Leal**
Luís Carlos Correia **Garcia.**
Luís Miguel Teixeira **Raposo.**
Maria **Eugénia** Pimentel **Leal.**
Nídia Manuela Lopes **Inácio.**
Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves.**
Paulo Duarte **Gomes.**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira.**
Paulo José da Cunha **Simões.**
Ruben **Cabral.**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado.**
Maria **Salomé** Dias **Matos.**

Partido Socialista (PS)

André Franqueira **Rodrigues**
Andreia Martins **Cardoso** da Costa.
Berto José Branco **Messias.**
Carlos Emanuel Rego **Silva.**
Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão.**

Gualberto Costa Rita.

Maria Isabel Góis Teixeira.

Joana Sousa Pombo Tavares.

João Fernando Brum de Azevedo e Castro.

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa.

José Manuel Gregório de Ávila.

José Gabriel Freitas Eduardo.

José Miguel de Freitas Toste.

Lubélio de Fraga Mendonça.

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues.

Luís Miguel Vieira Leal.

Mário José Dinis Tomé.

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros.

Marta Ávila de Matos.

Patrícia Maria Melo Miranda.

Russell Michael Sousa.

Sandra Micaela Costa Dias.

Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Partido Chega (CH)

Francisco Lima.

Hélia Maria Pinheiro Cardoso.

José Eduardo da Cunha Pacheco.

José Paulo Machado de Sousa.

Olivéria de Lurdes Cabral dos Santos.

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto.

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça.

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima.

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida e Sousa.

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, reservado em primeiro lugar aos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelos 75 anos do Museu de Angra do Heroísmo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Voto de congratulação

Pelo 75º aniversário do Museu de Angra do Heroísmo

O Museu de Angra do Heroísmo foi criado pelo Decreto-Lei n.º 37 358, de 30 de março de 1949, por iniciativa da Junta Geral do Distrito Autónomo dos Açores, que o tutelou até à sua integração no Governo dos Açores em 1976.

Teve como primeiro diretor Manuel Coelho Baptista de Lima, que o dirigiu ao longo de três décadas e, como primeiras instalações definitivas, o Palácio Bettencourt, que partilhou com o Arquivo Distrital de Angra, entre 1951 e 1969.

A partir de 1969, o Museu de Angra do Heroísmo foi instalado nas dependências do antigo Convento de São Francisco, edifício do [século XVII](#), com claustro e igreja de grande porte arquitetónico.

O edifício sofreu danos consideráveis com o [sismo de 1 de janeiro de 1980](#), passando por um prolongado período de obras de consolidação, restauro e adaptação das funcionalidades do espaço museológico. A inauguração ocorreu em novembro de 1997, mas foi só em setembro de 2000, com a finalização da exposição permanente, que reabriu na totalidade.

O Museu de Angra do Heroísmo é considerado um museu de síntese, possuidor de um espólio rico e diversificado, que “procura refletir, ao mesmo tempo, uma história com os seus factos e movimentos político-económicos marcados pelo

domínio do Atlântico e uma cultura nas suas múltiplas formas e significados gerados e moldados por uma existência insular”¹.

Nas atuais instalações estão expostas as suas importantes coleções, nomeadamente, de história militar e de transportes dos séculos XVIII e XIX, de pintura, de cerâmica e de mobiliário, elementos que distinguem o Museu de Angra do Heroísmo dos outros museus regionais, enquanto acolhe elementos de etnografia que o tornam também representativo de diferentes aspetos da cultura terceirense.

A partir de 2016, esta instituição tornou-se polinucleada, com a instalação do Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima, no antigo Hospital Militar da Boa Nova. Este Núcleo aloja a Unidade de Gestão de Militar e Armamento. Merece destaque o facto de ser o único museu português não integrado no Ministério da Defesa subordinado a esta temática, em que estão representados os três ramos das Forças Armadas nacionais e estrangeiras. Já mais recentemente, a 9 de outubro de 2020, foi inaugurada a Carmina – Galeria de Arte Contemporânea Dimas Simas Lopes, doada à Região pelo seu fundador.

Para além das exposições permanentes, de entre as quais se destaca “Do Mar e da Terra ... uma história no Atlântico”, o Museu de Angra do Heroísmo, é também reconhecido pela excelência das exposições e atividades temporárias.

Outro aspeto distintivo da sua atividade é o Serviço Educativo, responsável pelo “Museu Oficina”, pelo “Museu Educativo” e pela organização de visitas guiadas à Fortaleza de São João Batista.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o GPPS, propõe um voto de congratulação pela comemoração do 75.º aniversário do Museu de Angra do Heroísmo, fazendo votos para que a sua existência seja longa, mantendo-se como “chama acesa” na divulgação, e preservação do património da ilha Terceira, assim como votos para que se mantenha como lugar de fruição cultural, de identidade e de, por que não dizê-lo criatividade e liberdade!

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Diretor do Museu de Angra do Heroísmo e a todos os trabalhadores.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (*Paulo Estêvão*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto Congratulação pelos 75 anos do Museu de Angra do Heroísmo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo 25º aniversário da Associação Sol Nascente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares para a sua apresentação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação 25º Aniversário da Associação Sol Nascente

A Associação Sol Nascente é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada a 1 de outubro de 1998, com sede na Freguesia de Salga, no Concelho de Nordeste.

Desde o seu início que tem um espírito de voluntariado de mulheres e homens com vontade de colmatar dificuldades existentes na freguesia, nomeadamente no que se refere a mulheres, jovens e crianças.

A Associação tem como objetivo incrementar a solidariedade social, promover a igualdade de oportunidades, respeitar e valorizar o meio ambiente e a diversidade cultural e, ainda, contribuir para o desenvolvimento local.

Produz um leque diversificado de produtos locais, com base em receitas caseiras e utilizando métodos e costumes tradicionais nas áreas da Pastelaria e Culinária.

Para isso criou, uma microempresa de economia solidária, que tem como objetivo a criação de emprego e a formação de indivíduos em situação de pobreza ou exclusão social, com especial atenção para as mulheres daquela zona do concelho.

Iniciou as suas atividades com um grupo de seis colaboradoras e desde então tem vindo a aumentar o número de colaboradores, contando agora com dezasseis colaboradores.

Na área de apoio a jovens e crianças a instituição tem equipamentos dotados com todas as condições para Atividades de Tempos Livres e dispõe, ainda, de salas adaptadas para formação.

A Associação Sol Nascente tem tido um papel preponderante no desenvolvimento do Concelho de Nordeste, em especial da Freguesia de Salga, com o seu trabalho e pelos seus produtos de reconhecida qualidade.

Para além disto, tem sido impulsionador na empregabilidade de mulheres, mas também no combate à precariedade e exclusão social.

A sua Direção, desde logo a sua presidente, Senhora Fátima Mela, tem conseguido manter a dinâmica exigida a estas Instituições. Presta serviços fundamentais para toda a ilha de São Miguel e com isso vai tentado, muitas vezes a muito custo, sobrevivendo às adversidades e dificuldades financeiras.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 25º Aniversário da Associação Sol Nascente. Do presente voto seja dado conhecimento à Associação Sol Nascente, à Junta e Assembleia de Freguesia de Salga, à Câmara e Assembleia Municipal de Nordeste e ao Governo Regional

Horta, 9 de abril de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

(* **Deputada Sandra Costa Dias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto, informando que também terá um voto de igual teor que apresentará amanhã.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 25 anos da Associação Sol Nascente foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada e é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russel Sousa.

Deputado Russel Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelos 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada.

No passado mês de fevereiro o Judo Clube de Ponta Delgada fez 50 anos de existência.

Tendo sido o primeiro Clube de Judo dos Açores, forma atletas vencedores no desporto e na vida desde 1974, sendo um clube que vai muito além da formação desportiva dos seus atletas.

O sucesso académico dos desportistas é igualmente importante, o que demonstra bem os valores inculcados pelo clube nos atletas, não formando apenas campeões da modalidade, mas também, campeões da vida.

O empenho e dedicação dos órgãos dirigentes do clube, equipa técnica e atletas, para que este clube continue a trabalhar em prol da sociedade Açoriana é de louvar e merece todo o nosso reconhecimento.

O desporto dos Açores é peculiar. Vivemos numa Região Ultraperiférica composta por 9 ilhas, cada uma com as suas próprias especificidades. Isto faz com que cada vitória nos palcos regional, nacional ou internacional seja mais saboreada pelos clubes e pela sua comunidade.

Todos sabemos o que tudo isto exige, em termos de esforço e de disponibilidade aos seus órgãos dirigentes. Percebemos, compreendemos e admiramos o trabalho realizado por pessoas que de alma e coração abraçam estas causas com nobreza, sendo sua principal preocupação contribuir para o bem coletivo da comunidade onde se inserem.

Além de formarem atletas para a vida, este clube também não tem ficado atrás no que toca a sucesso desportivo, e acima de tudo, no que toca em levar o nome Açores a todo o País no Judo. Este é um clube de sucesso desportivo, sendo raro o ano em que não temos atletas do Judo Clube de Ponta Delgada nos pódios dos campeonatos nacionais.

Este é um clube que já nos deu tantas alegrias, que luta com os melhores clubes do país de igual para igual, afirmando os Açores e merecendo, por isso, o nosso reconhecimento pelo seu serviço à sociedade e ao desporto Açoriano.

Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 10 de abril de 2024, emita este voto de congratulação pelos 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos dirigentes do Judo Clube de Ponta Delgada, à Associação de Judo do Arquipélago dos Açores, à Federação Portuguesa de Judo, à Câmara, à Assembleia Municipal de Ponta Delgada e à Direção Regional do Desporto do Governo Regional dos Açores.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se com muita convicção a este Voto de

Congratulação pelo cinquentenário do Judo Clube de Ponta Delgada.

Um clube que tem pergaminhos a nível nacional, porventura dificilmente igualáveis na nossa Região, tratando-se efetivamente do clube que mais títulos nacionais conquistou nas diversas modalidades que se praticam na nossa Região.

O judo em S. Miguel e nos Açores, começa ainda antes do Judo Clube de Ponta Delgada, sobretudo, com a presença naquela ilha de alguém que foi determinante para dar um impulso e que na evocação destes 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada julgo que deve ser referenciado: Mestre Masatoshi Ohi.

Sem também deixar de referir, entre os vários praticantes da altura impulsionadores da modalidade, mesmo com prejuízo de deixar fora do registo alguma outra personalidade, Álvaro França, também um grande impulsionador da modalidade e do Judo Clube que se constituiu em 1973, veio ao longo dos tempos a afirmar-se na modalidade. E no nosso ponto de vista, neste momento, não pode também deixar de ser referenciado o primeiro campeão nacional de Judo dos Açores, Jorge Baptista, ainda hoje responsável, dirigente e grande dinamizador da modalidade.

Julgo que nestas evocações também cabe referir que Costa Matos, atleta micalense de judo, foi o primeiro açoriano a participar nos Jogos Olímpicos em 1960, em Roma, com a circunstância ainda de ter sido o porta-estandarte da delegação portuguesa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Curiosamente, neste ano em que se assinalam os 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada, há poucos dias, numa breve paragem entre Lisboa e Cabo-Verde, pode ali treinar também um medalhado olímpico português de judo, Nuno Delgado que em declarações à comunicação social, também ele com a autoridade que tem na modalidade, reconheceu o profícuo trabalho que o Judo Clube de Ponta Delgada está a desenvolver sob a batuta de Jorge Batista.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente, a Iniciativa Liberal não poderia deixar passar este Voto de Congratulação dos 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada, reforçando aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Joaquim Machado e bem.

O Judo Clube de Ponta Delgada formou não só atletas, como formou também homens.

Um pouco ainda antes desta fase de criação do Judo Clube, nas instalações do

extinto CAT, onde Sensei Masatoshi Ohi iniciou nuns tapetes de juta que esfolavam as orelhas e os joelhos de quem lá praticava, e ajudou a formar homens e atletas.

De facto, Sensei Masatoshi Ohi era um homem singular que trouxe para a ilha de São Miguel uma cultura diferente, de respeito do homem pelo homem que o judo muito ajudou.

Álvaro França, sem dúvida, mas poderia dizer outros nomes, como Costa Matos, Fernando Goianos, João Valadas e um sem número de homens que se formaram como desportistas e como indivíduos naquela casa.

Ainda ontem aqui falávamos das obrigações da República e do centralismo lisboeta relativamente aos Açores e às autonomias constitucionais, e também nos anos 80 um atleta do Judo Clube de Ponta Delgada atingiu os mínimos para estar nos Jogos Olímpicos e o Comité Olímpico Nacional barrou a ida desse atleta aos Jogos Olímpicos. Também aí, por um momento de centralismo detestável. Mas temos na nossa sociedade atletas que se revelaram grandes indivíduos na senda do que falei quando comecei a minha intervenção. O juiz Pedro Soares de Albergaria, o veterinário Paulo Pacheco e outros que ainda continuam a praticar judo, mesmo já com uma idade relativamente avançada e com mazelas que o judo também deixa, principalmente nos joelhos, ombros e orelhas.

Eu diria que este é daqueles votos que à semelhança duma petição que ontem aqui discutimos sobre o Clube Naval da Horta, também revela o empenho dos atletas e dos homens formados no judo. É que a atual sede do Judo Clube de Ponta Delgada foi construída num terreno cedido pela Região Autónoma dos Açores, mas foi totalmente construída, desde a abertura dos seus alicerces até à última telha, pelos atletas do Judo Clube de Ponta Delgada que todos os sábados e finais do dia iam para lá trabalhar de pá, pica e betoneira. E esse também é um bom exemplo de como as associações de direito privado devem aproveitar o pouco que o Estado lhes dá para transformar em muito.

Fica esta nota, porque o Judo Clube de Ponta Delgada é um excelente exemplo disto que aqui ontem foi discutido.

Muito obrigado.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e José Pacheco (CH): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um bom dia a todos.

Eu não queria repetir o muito que já foi dito, e bem, pelo Sr. Deputado Joaquim Machado e pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Gostaria de dizer que fui atleta deste clube, há 50 anos (quilos) atrás. E tive o prazer de conhecer o Jorge Batista e o Paulo Pacheco. Ainda mantemos alguma relação de amizade. O Jorge já não vejo há muito tempo. Mas gostaria de salientar neste voto a importância que tem o desporto. Às vezes falo mais na cultura, o que, olhando para mim, se percebe que não sou um homem de praticar grande desporto. Mas, como dizia, o desporto é muito importante para os nossos jovens.

O Sr. Deputado Nuno Barata acabou de dizer uma coisa importantíssima que eu também defendo: não só devemos saber facilitar os equipamentos, os apoios, etc., mas também responsabilizar. E foi o que aconteceu neste clube de grande importância para a juventude e para a sociedade, onde também ensinaram que não só tens um apoio, ou tens um espaço, ou tens um terreno, mas também tens que dar a tua parte.

É isto que temos que saber fazer diferente, seja no desporto seja na cultura, seja no que for, até nas empresas. Tens que mostrar que também queres e mereces ter este pedaço que o Estado te vai ajudar.

Isto foi a razão que me levou novamente à política, ou seja, nós não andarmos aqui só a dar e dar, sendo que há coisas que tanto se deu, que hoje já nem conseguimos cuidar.

Pegando nesta coisa, e dando os parabéns ao Judo Clube, mas também explicando que esse espírito de integração, de esforço e de mérito tem que voltar à nossa sociedade.

Não podemos continuar a ser uma sociedade de *mão estendida*, que tudo recebe, pois quando tudo se recebe de graça, o mais certo é não sabermos aproveitar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 50 anos do Judo Clube de Ponta Delgada foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e versa sobre a distinção da participação dos queijos açorianos num concurso nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Distinção da participação dos queijos açorianos no 14º Concurso Nacional de queijos tradicionais portugueses de cura prolongada.

Os queijos açorianos sobressaíram mais uma vez no 14º Concurso Nacional de queijos tradicionais portugueses de cura prolongada que decorreu no Centro Nacional de Exposições de Santarém, no passado mês de fevereiro, numa organização conjunta do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e a **QUALIFICA /oriGIn**

Portugal.

Em mais uma edição do concurso nacional, os queijos açorianos comprovaram a sua excelência, singularidade e distinção.

Numa comitiva açoriana composta pelos queijos da Cooperativa Agrícola de Laticínios do Faial, da UNILEITE de S. Miguel e da UNIQUEIJO de S. Jorge, os Açores conquistaram dez prémios, resultantes de uma prova cega de amostra, em representação de várias regiões do país.

O Queijo Velho de S. Miguel com nove meses de cura, recebeu a distinção de *melhor dos melhores*, considerando paladar diferenciador e a garantia de qualidade superior.

O queijo prato da Nova Açores - alho e salsa - foi reconhecido com a medalha de ouro; o queijo Nova Açores - amanteigado, recebeu a medalha de prata, tendo o queijo famoso sido laureado com a medalha de bronze.

O queijo prato da Ilha Azul, laureado com a medalha de prata, enquanto o queijo *Capelinhos* e o queijo *Moledo* receberam medalhas de bronze.

O queijo São Jorge DOP de curas de 4, 7, 12 e 24 meses de cura, voltaram a ser distinguidos com a medalha de ouro, como tem vindo a acontecer consecutivamente neste concurso nacional, num atestado de excelência superior do produto jorgense que a todos nos orgulha.

Num concurso que distingue o *melhor dos melhores* do país, no qual a participação, assente em critérios de tradição e da não utilização de aditivos alimentares, a conquista de dez prémios pelos queijos açorianos demonstra a excelência da produção tradicional genuína e saudável que é a melhor do país.

Os resultados obtidos nesta 14ª edição do concurso nacional e que consecutivamente tem sido alcançados pelos queijos açorianos, deve servir de estímulo para continuar a aposta deste bem fazer açoriano. São motivos de orgulho e satisfação, de reconhecimento do trabalho dos produtores e cooperativas, mas também do compromisso pela tradição na produção.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em sessão plenária do mês de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Congratulação pela distinção da participação dos queijos açorianos no 14º Concurso Nacional de Cura Prolongada Tradicionais Portugueses.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Lactaçoeres - União de Cooperativas de Laticínios dos Açores, à Cooperativa Agrícola de Laticínios do Faial, à União das Cooperativas de Laticínios da ilha de S. Miguel, à União de Cooperativas Agrícolas de Laticínios de S. Jorge, à Federação Agrícola dos Açores, assim como aos Conselhos de Ilha do Faial, S. Miguel e S. Jorge.

Disse.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Partido Socialista associa-se a este voto.

Esta distinção é mais uma prova da excelência daquilo que se produz nos Açores.

É mais uma prova da dedicação e do trabalho dos nossos agricultores na produção de produtos de excelência com a marca Açores.

É, sem dúvida, mais uma prova de que 365 dias por ano, a céu aberto, são estes homens e estas mulheres que dedicam a sua vida à terra e à nossa agricultura, que de facto recebem esta distinção.

É por eles, é pelos nossos Açores e é por aquilo que de melhor se produz a nível regional que devemos nos orgulhar. E, sim, o Partido Socialista orgulha-se destes nossos produtos e desta nossa gente. E associamo-nos naturalmente a este Voto.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pela distinção da participação dos queijos açorianos no 14º Concurso Nacional de Cura Prolongada de Tradicionais Portugueses foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação **Queijos São Jorge DOP conquistam 4 medalhas de ouro**

Realizou-se no passado dia 7 de fevereiro a 14ª Edição do Concurso Nacional de Queijos de Cura Prolongada Tradicionais Portugueses, organizado pelo CNEMA e pela Qualifica, que ocorreu em Santarém.

Uma vez mais, os Queijos São Jorge DOP 4, 7, 12 e 24 meses da UNIQUEIJO – União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge foram distinguidos com a medalha de ouro.

Este concurso, que resulta de uma prova cega de diversas amostras, em representação de várias regiões do país, distinguiu a “nossa joia da coroa”, o nosso Queijo de São Jorge, produto singular e de excelência.

A distinção obtida é um orgulho para todos os Jorgenses e Açorianos, mantendo uma tradição que remonta à descoberta da ilha, que só poderia ser obtida graças a todos aqueles que trabalham em prol de um produto final diferenciado, mas que só o é, graças aos produtores de leite de São Jorge, do seu esforço e do seu trabalho diário, pelos investimentos que estes têm feito nas suas explorações, desde a sua modernização, na melhoria do maneio e bem-estar animal ou ainda na área da genética, que permitem termos uma matéria-prima de excelência e de reconhecida qualidade.

Matéria-prima esta que é trabalhada pelas melhores “mãos”, com a experiência que este produto exige, num saber que tem passado de geração em geração e do qual resulta o Queijo São Jorge.

O Queijo São Jorge DOP é caracterizado por muitos especialistas regionais e nacionais como um dos queijos com maior personalidade e que raramente deixa indiferente quem o aprecia.

Este nosso produto é hoje conhecido a nível nacional e internacional. As suas particularidades e qualidades distinguem-no dos demais.

Distinções como estas são importantes na valorização da ilha e deste produto de excelência, trazendo mais valor ao mesmo e, por essa via, uma maior valorização ao produtor, sendo esse o principal objetivo e dessa forma um incentivo aos produtores, para que se dê continuidade a esse caminho de valorização que está a acontecer em São Jorge.

Mas é também um incentivo à indústria, para que continue a investir na qualidade, na inovação e no marketing, para que se consiga vender cada vez melhor os nossos produtos, reforçando a procura de novos mercados, com vista

a que este produto de excelência seja cada vez mais valorizado, permitindo um rendimento mais justo e equilibrado na cadeia de valor.

E é também um incentivo à Confraria do Queijo de São Jorge, a qual tem um papel crucial na certificação e controlo dos queijos produzidos pelos produtores da Região Demarcada, uma vez que o queijo tem de passar na prova da Câmara de Provadores da Confraria do Queijo São Jorge, que valida as características intrínsecas do Queijo São Jorge DOP, sendo este também um momento de orgulho para esta Confraria.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela atribuição de 4 medalhas de ouro ao Queijo São Jorge DOP 4, 7, 12 e 24 meses na 14ª Edição do Concurso Nacional de Queijos de Cura Prolongada Tradicionais Portugueses.

Esta congratulação é extensiva a todos os produtores, funcionários e intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que dedicam o seu tempo, conhecimento, trabalho e empenho em prol do seu produto de excelência, o Queijo São Jorge DOP.

Deste voto deve ser dado conhecimento à UNIQUEIJO e às suas associadas Cooperativas da Beira, dos Lourais e da Finisterra, à Confraria do Queijo de São Jorge, à Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge, à Associação de Jovens Agricultores da Ilha de São Jorge e ao Conselho de Ilha de São Jorge.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024.

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação pela conquista de quatro medalhas de ouro ao queijo de São Jorge DOP de 4, 7, 12 e 24 meses de cura prolongada que ocorreu no 14º Concurso Nacional de Queijos de Cura Prolongada Tradicionais Portugueses.

Estes prémios comprovam, uma vez mais, a singularidade da marca e a excelência do queijo DOP.

Nunca é demais realçar que só se consegue estes resultados com produtores de

leite motivados. Eles são a base da nossa pirâmide.

A produção do queijo de S. Jorge é o pilar da economia na nossa ilha, levando o nome de S. Jorge e dos Açores além fronteiras.

É um produto de referência que tem de ser defendido e que nos deve orgulhar todos os dias.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é pelo 25.º aniversário da Fundação Gaspar Frutuoso.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação Pelo 25.º aniversário da Fundação Gaspar Frutuoso

Nascido em Ponta Delgada em 1522, Gaspar Frutuoso foi um historiador, sacerdote e humanista açoriano.

Bacharel em Artes e Teologia pela Universidade de Salamanca e doutor em Teologia, destacou-se pela autoria da obra *Saudades da Terra*, uma detalhada descrição histórica e geográfica dos Açores, mas também a história dos demais arquipélagos da Macaronésia, nomeadamente, a Madeira, as Canárias e Cabo Verde.

Este historiador das ilhas dos Açores deu nome à Fundação cuja trajetória tem vindo a marcar a comunidade académica e a sociedade açoriana.

Criada pela Universidade dos Açores em março de 1999, a Fundação Gaspar Frutuoso é uma Fundação Pública de Direito Privado, dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos, regulamentos internos, Lei-Quadro das Fundações e demais legislação aplicável.

Sendo as Fundações instituições não lucrativas dedicadas à beneficência, à ciência, ao ensino ou a outros fins de interesse público, a Fundação Gaspar Frutuoso mereceu em 2012 o reconhecimento pelo Governo Regional dos Açores do estatuto de utilidade pública.

Ao longo destas duas décadas e meia, a sua abertura para a sociedade, especialmente nas áreas da educação e da cultura, reflete-se em iniciativas

inovadoras que transcendem os portões da Academia, tendo um impacto positivo na vida de investigadores e jovens estudantes.

Em estreita colaboração com a Universidade dos Açores, esta Fundação, que assinala no corrente ano o seu vigésimo quinto aniversário, visa fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.

Para além do referido, concede bolsas, prémios e subsídios para apoiar atividades de ciência e tecnologia e de formação profissional, promovendo o mérito e a excelência, bem como outras subvenções de interesse social.

Destaque-se, ainda, a regular dinamização de projetos e ações de interesse académico, com o intuito de aumentar a qualidade do ensino, da investigação e dos serviços, assim como garantir boas-práticas e promover a preservação do ambiente e a segurança de pessoas e bens.

Em suma, o percurso da Fundação Gaspar Frutuoso tornou-a numa Instituição de referência no cenário científico, académica, social e cultural dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de abril, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 25 anos da Fundação Gaspar Frutuoso.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Fundação Gaspar Frutuoso, à Universidade dos Açores, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ponta Delgada e ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tomo a palavra para em nome do Grupo Parlamentar do PSD, nos associarmos a este Voto de Congratulação pelo 25º aniversário da Fundação Gaspar Frutuoso. Uma Fundação que, conforme foi dito pela Sra. Deputada do Partido Socialista que o apresentou, é efetivamente uma instituição de grande relevância no contexto da investigação científica dos Açores, sobretudo, pela circunstância da sua autonomia administrativa e financeira permitir uma flexibilidade de gestão e de financiamento de projetos que de outra maneira não seria alcançada dentro dum certo espartilho a que a Administração Pública está

sujeita e por essa via também, a própria universidade.

Associamo-nos, portanto, com muito gosto a este voto, todavia, acrescentando algo que nos parece ser justo aqui mencionar e sem a qual este voto, do nosso ponto de vista, ficaria incompleto que é relevar o papel determinante que o Professor Doutor Vasco Garcia teve na constituição desta instituição, à data Magnífico Reitor da Universidade dos Açores. Foi ele que teve a visão estratégica e de futuro, ao constituir esta fundação que hoje tem a pujança e a importância que todos nós reconhecemos, sobretudo no contexto da investigação científica que tem sido no âmbito das academias portuguesas a área menos cuidada, diria mesmo, muitas vezes esquecida e injustamente tratada.

Disse.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto

(CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 25 anos da Fundação Gaspar Frutuoso foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Pesar pelo falecimento de Manuel Soares da Silveira.

É apresentado pelos Srs. Deputados eleitos pela ilha de S. Jorge.

Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Bom dia, muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar Pelo Falecimento de Manuel Soares da Silveira

Manuel Soares da Silveira nasceu na freguesia de Santo Amaro, Velas, São Jorge, a 4 de setembro de 1956, um Jorgense de alma e coração.

Cresceu no meio de agricultores, tornou-se agricultor e mais tarde empresário agrícola, criando a sua própria indústria de produção de queijo, o conhecido queijo Canada, deixando um legado marcante no Concelho, na Ilha e na Região. Exerceu funções na Associação de Jovens Agricultores de São Jorge, como vice-presidente e presidente. Foi também presidente da assembleia geral da Santa Casa da Misericórdia das Velas.

Foi deputado regional na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, eleito pelo círculo de São Jorge, na VII, VIII e IX legislatura, no período de 14 de novembro de 2000 a 30 de outubro de 2009.

Nas funções de deputado regional foi membro das comissões parlamentares de economia, no acompanhamento da ação governativa no âmbito dos estragos do sismo de 9 de julho de 1998, nos assuntos parlamentares, ambiente e trabalho, na reforma do parlamento e na comissão permanente de política geral.

Em 31 outubro de 2009 foi eleito presidente do Município das Velas, cargo que exerceu até 19 de outubro de 2013.

Manuel Silveira faleceu dia 27 de setembro de 2023, com 67 anos de idade, vítima de doença agravada.

Resta aos Jorgenses e aos Açorianos recordar com carinho e amizade todo o legado de cidadania, entrega e solidariedade que ele tinha para com todos nós.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e o Grupo Parlamentar Centro Democrático Social - Partido Popular propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de abril, a aprovação do Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Soares da Silveira, honrando a sua memória e apresentando respeitosas condolências à sua família.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família, ao Conselho de Ilha de São Jorge, à Câmara Municipal das Velas, à Assembleia Municipal das Velas e a Junta de Freguesia de Santo Amaro.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Soares da Silveira foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento de José Armas Gomes. Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Estácio.

Deputada Cecília Estácio (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
José Armas Gomes

Conhecido na sua Terra Natal por José Maria, nasceu a 18 de dezembro de 1943 na freguesia da Fazenda, concelho das Lajes das Flores. Faleceu com 80 anos, no dia 1 de dezembro de 2023.~

Fez o ensino primário na escola masculina da sua terra natal, sob a direção do Professor Francisco Rodrigues Vieira Júnior.

Aprofundando progressivamente a sua instrução e cultura através da leitura, convívios e responsabilidades assumidas, dedicou-se profissionalmente à lavoura e à pesca, sendo que mais tarde foi deixando progressivamente a lavoura à responsabilidade do genro, dedicando-se com mais intensidade à pesca.

Em 1969 foi nomeado regedor da sua freguesia, cargo que ocupou até à sua extinção com a entrada em vigor da Constituição de 1976.

Ainda em 1969, foi eleito Presidente da Direção da Cooperativa de Laticínios da Fazenda, desenvolvendo importante atividade na implementação da produção do queijo.

Depois da autonomia da Região, colaborou na fundação da Nova União de Cooperativas Agrícolas da ilha das Flores, onde a Cooperativa ficou integrada.

Em 1987 foi o principal fundador e Presidente da Comissão Instaladora da Associação Agrícola da ilha das Flores, onde exerceu três mandatos.

Foi Presidente da Federação Agrícola dos Açores, tendo pertencido à Direção Nacional da Confederação Agrícola de Portugal.

Pai de seis filhos, foi um dos fundadores e primeiro Presidente de pais e encarregados de educação do ensino básico e secundário da ilha das Flores.

Foi deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo Partido Social Democrata entre junho de 1993 e abril de 1994.

Foi eleito como mordomo da Irmandade do Divino Espírito Santo da Freguesia da Fazenda, cargo que desempenhou durante 2 mandatos.

Em 2014, foi-lhe atribuída pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a Insígnia Autonomica de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola.

Foi um pai de família, homem de visão, pessoa simples e amigável, reconhecido pela sua constante disponibilidade e colaboração.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão açoriano José Armas Gomes, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, sala das sessões, 10 de abril de 2024.

(Neste momento a Deputada Nídia Inácio foi substituída pelo Deputado Paulo Silveira no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(* **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao Voto de Pesar apresentado pelo falecimento de José Armas Gomes, florentino que se destacou pela sua vida dedicada a tantos que com ele partilharam a vivência do dia a dia e que hoje aqui é retratada com a menção aos inúmeros cargos que desempenhou sempre em prol da sua terra natal.

Reconhecido por todos como cidadão prestável e disponível, pai extremoso e dedicado, foi um dos impulsionadores da Cooperativa Agrícola e da Associação Agrícola da ilha das Flores, tendo levado o nome da ilha para além dos seus limites geográficos, sendo de notar o facto de ter sido Presidente da Federação Agrícola dos Açores e membro da Direção da Confederação Agrícola de Portugal, prova da sua dedicação a este setor de atividade.

Foi também deputado regional desta Casa, onde hoje é recordado com este Voto de Pesar que aqui foi apresentado e que certamente será votado de seguida.

À família e amigos, quero deixar em meu nome pessoal e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sentidas condolências.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar pelo falecimento de José Armas Gomes foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é pelo falecimento do Monsenhor Cónego Gil Vicente de Mendonça, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Cónego Gil Vicente de
Mendonça
(1927/2023)**

Gil Vicente de Mendonça nasceu na freguesia dos Cedros, ilha das Flores, a 20 de fevereiro de 1927, filho de João Vicente de Mendonça e de Ana Gregório de Medeiros.

Depois de concluir o Curso de Teologia do Seminário Episcopal de Angra, foi ordenado sacerdote a 28 de maio de 1950.

O primeiro ofício eclesiástico que recebeu foi de Escriturário da Secretaria Eclesiástica, durante o episcopado de D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães.

A sua vida como presbítero decorreu sempre em funções no Paço Episcopal e, sobretudo, como Ecónomo Diocesano nos episcopados de D. Manuel Afonso de Carvalho e de D. Aurélio Granada Escudeiro, ofício para qual foi sendo renovado o seu mandato.

A sua ação ficou marcada pela energia que colocou na reconstrução das Igrejas da Terceira, Graciosa e São Jorge destruídas pelo violento sismo de 1980. Embora nem sempre compreendido nas prioridades que estabeleceu, o certo é que levou avante uma obra de grande dificuldade técnica e financeira com o apoio do Governo Regional e de muitas ajudas externas de outras Dioceses.

Durante alguns anos exerceu o magistério na então Escola Industrial e Comercial de Angra do Heroísmo.

Nos anos cinquenta do século passado foi nomeado Reitor da Igreja do Colégio de Angra cargo que exerceu até 2013. Com sua irmã, cuidou daquele Templo por longos anos onde, segundo testemunhos de quem o conheceu, empenhou muito do seu dinheiro na conservação e reabilitação do património da Igreja do Colégio. Manteve viva e assistia espiritualmente a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, promovendo a respetiva procissão anual de 16 de julho, bem como a Irmandade de Santa Cruz e Passos com a procissão de Passos no segundo domingo da Quaresma.

Por Provisão do Bispo de Angra, de 24 de abril de 1972, foi nomeado Cónego da Sé. Em 25 de dezembro de 2000 o Santo Padre distinguiu-o com o título de Capelão de Sua Santidade, o primeiro grau de Monsenhor, sendo elevado ao último grau, em 10 de julho de 2006, como Protonotário Apostólico supranumerário.

Ao longo da sua vida exerceu a coordenação do Boletim Eclesiástico dos Açores, tendo sido nomeado membro do Conselho Diocesano para os Assuntos Económicos, membro da Comissão Diocesana de Arte Sacra, Assistente do Movimento da Mensagem de Fátima e Defensor do Vínculo junto do Tribunal Eclesiástico da Diocese de Angra.

Toda a população terceirense conhecia as longas caminhadas que por estradas e trilhos o Cónego Gil fazia aos fins-de-semana, numa marcha bem ritmada de desportista.

Depois de jubilado e após a morte da única irmã, passou a residir na Casa de Saúde de São Rafael, por motivo de doença motora, auxiliando os Irmãos de São João de Deus na assistência espiritual aos doentes internados naquela instituição.

O seu percurso de vida acompanha a história da Diocese de Angra.

Foi um sacerdote distinto e respeitado, foi alguém que deu sempre mais do que recebeu, que cumpriu as suas funções religiosas com inteligência, seriedade e amor à Igreja.

Veio a falecer no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira no dia 7 de setembro deste ano de 2023, aos 96 anos de idade, sendo sepultado em sepultura de seus pais no cemitério de Nossa Senhora da Conceição de Angra.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de abril de 2024, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Cónego Gil Mendonça.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família e ao Bispo de Angra Dom Armando Esteves Domingues.

Horta, Sala das Sessões, 10 de abril de 2024.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Dora Valadão.

(*) **Deputada Dora Valadão (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do Cónego Gil Mendonça, porque foi realmente uma figura incontornável do clero açoriano. É verdade que nasceu na ilha das Flores, portanto, é meu conterrâneo, embora não contemporâneo. No entanto, como muitos outros da ilha das Flores, distinguiu-se noutra ilha que foi a Terceira que ele adotou.

Na Terceira fez um percurso, como foi dito aqui no voto, bastante evolutivo, digamos assim, na sua qualidade de sacerdote, tendo-se distinguido e sido respeitado e levando a ilha das Flores mais longe dentro dos Açores.

Por isso mesmo, nós associamo-nos a este Voto.

Tinha aqui um pequeno reparo a fazer, mas a Sra. Deputada Nídia Inácio já fez o favor de corrigir, ou seja, no final do voto, falava da sessão plenária de

setembro, mas estamos agora em abril de 2024.

Isto para dizer que é de facto um prazer muito grande como florentina, poder também falar daqueles que foram florentinos e que dignificaram a nossa terra, os nossos Açores e as nossas Flores.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar pelo falecimento do Monsenhor Cónego Gil Vicente Mendonça foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos, assim, a apresentação e votação de votos.

Vamos passar às declarações políticas.

A primeira declaração política desta manhã é do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Franqueira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem o Grupo Parlamentar do PSD entendeu trazer a esta Casa uma declaração política em que procurou, uma vez mais, deslocar o debate político regional no tempo e no espaço.

No tempo, uma vez que a referida iniciativa foi, grossomodo, virada para o passado.

No espaço, considerando que, na verdade, procurou focar o debate político no estafado tema da relação entre a Região e o Governo da República.

Ora, sem prejuízo da opção, obviamente, legítima de cada um trazer o que bem entende em cada momento a debate, o Grupo Parlamentar do PS irá, ao abrigo da mesma figura regimental – a da Declaração Política – abordar temas que, a nosso ver, dizem respeito à atualidade política regional.

Passaram 66 dias sobre as eleições regionais do passado dia 4 de fevereiro e 43 dias sobre a tomada de posse do XIV Governo Regional dos Açores.

De lá para cá, o XIV Governo Regional parece ter herdado do XIII Governo Regional uma certa letargia, tal é a falta de iniciativa política e a ausência de decisões que na verdade, mereciam, a nosso ver, outra atenção e uma maior celeridade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: A título de exemplo, atente-se que decorridos 43 dias deste Governo dito de continuidade, continuam sem ser nomeados os Diretores Regionais.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo)

Mas, desengane-se quem, porventura, pense que a ausência de nomeações dos Diretores Regionais se prende com uma qualquer preocupação do Governo em cumprir, aliás, com o compromisso eleitoral de reduzir os cargos de nomeação política, uma vez que para diversas outras funções o Governo já nomeou, entre outros, quase uma centena de assessores, adjuntos e técnicos superiores especialistas.

Aliás, não é só a ausência de qualquer pressa em nomear os diretores regionais que, estranhamente, marca estes primeiros meses de governação.

É também merecedor, no nosso entender, de reparo político por parte deste Parlamento, a situação que ainda hoje se vive no Instituto Regional do Ordenamento Agrário.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (*António Ventura*): Ao que chegámos!!

O Orador: É que convém recordar que na sequência da sua constituição como arguido no processo judicial *Nortada*, o Presidente da IROA apresentou a sua demissão no dia 5 de janeiro – portanto, há já 96 dias – e, apesar disso, o Sr. Presidente do Governo ainda não entendeu fazer o que se impõe: a nomeação de um novo Conselho de Administração por forma a, por um lado, libertar o Presidente demissionário do pesado encargo de se manter em funções e, por outro, devolver a normalidade gestonária àquela Sociedade Anónima.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não se pense que a atualidade política se limita, neste particular, à inusitada lentidão do Governo em fazer o que se impõe e que corresponde, na verdade, a uma das suas atribuições mais básicas no âmbito da gestão da Administração Pública.

Há mais factos que, a nosso ver, merecem não só a atenção, como o devido esclarecimento ao Parlamento dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E esta é a figura regimental que o PS utiliza?!

O Orador: É que embora haja quem, na bancada do Governo e nas bancadas da coligação, pareça querer inverter a lógica de funcionamento dos órgãos de Governo próprio da Autonomia Regional e julgue que é o Parlamento que responde politicamente ao Governo, é ao Governo que aqui, na Casa que representa todos os Açorianos, compete prestar esclarecimentos e responder politicamente sobre a sua ação e/ou inação.

Já todos percebemos, dentro e fora deste Parlamento, a fórmula que quer o Governo quer os partidos da coligação utilizam no debate político para responder a todo e qualquer problema ou crítica:

Se está mal, a responsabilidade ou é dos Governos anteriores do PS ou é dos Governos da República do PS.

Mas, o problema é que este argumento não resiste ao teste do algodão se nos ativermos – como devemos – ao escrutínio da ação concreta do Governo, em diferentes áreas e que se refletem nos indicadores que, entretanto, vão sendo conhecidos.

Senão vejamos,

Os dados do INE e do Serviço Regional de Estatística sobre o Procedimento dos Défices Excessivos de 2023 veio de forma cristalina confirmar o que diferentes partidos políticos já haviam alertado nesta casa:

- O compromisso do endividamento zero, assumido pelo Governo, resultou, isso sim, no valor recorde da dívida bruta (superior a 3.200 milhões de euros) registado no final de 2023, o que não só representa um aumento de 140 milhões de euros face ao ano anterior como, inclusivamente, resulta no incumprimento do que havia sido aprovado pelo Parlamento dos Açores.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Noutra temática, no domínio das acessibilidades, basta falar com os operadores do setor turístico para se perceber a enorme apreensão com que encaram a próxima época baixa sem que, até ao momento, se conheça uma estratégia articulada – ou sequer um diálogo construtivo e cooperante - com o setor para fazer face, por exemplo, ao tremendo impacto que, na verdade, a diminuição da operação da Ryanair tem na nossa Região.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta semana e como corolário de um processo que nasceu torto e parece já não ter remédio, ainda ficámos todos a saber que a Presidente do Conselho de Administração da SATA está de saída.

Uma decisão anunciada, escassos dias depois do Presidente do Júri do Concurso Público da privatização da Azores Airlines, Professor Augusto Mateus, ter admitido reservas quanto à capacidade do único consórcio admitido em assegurar a viabilidade da companhia tendo, adicionalmente, recomendado a recolha de mais informação sobre a idoneidade e a capacidade operacional do referido consórcio.

Também nesta temática, e face à incerteza relativamente ao futuro que preocupa não só os Açorianos mas, sobretudo, e em particular, os trabalhadores daquela empresa, sobejam as desculpas e as palavras de circunstância e escasseiam os esclarecimentos e as soluções concretas para o presente e para o futuro.

Noutra dimensão da vida coletiva regional, ao longo das últimas semanas, e no âmbito de diversas iniciativas e diligências que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem vindo a realizar, são vários os setores de atividade económica que nos têm vindo a alertar para o problema crescente da falta de mão-de-obra disponível na nossa Região.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Um pouco por todo o lado, temos ouvido relatos de que a situação é cada vez mais preocupante e queixas de que o Governo faz ouvidos de mercador à situação que se vive em diferentes setores o que, a prazo, pode, inclusivamente, constituir uma ameaça à coesão social.

Outro exemplo dessas queixas e da total ausência do Governo na solução, é a questão da greve na Atlanticoline.

Ainda ontem, ficámos a saber que o Presidente do Governo Regional entende que deve ser a Atlanticoline a resolver o diferendo laboral.

Não se entende esta dualidade de critérios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É que em março de 2022, precisamente há dois anos, o Presidente do Governo fez saber publicamente que ajudou a resolver a greve de então na Atlanticoline e o Grupo Parlamentar do PSD/Açores até emitiu um comunicado, saudando a sua intervenção como “ação decisiva”.

O que impede (agora) o mesmo responsável – o Presidente do Governo - de repetir o feito de março de 2022 e ajudar a resolver os enormes constrangimentos, que esta greve tem causado às pessoas?

Deputado João Castro (PS): É verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Resta lembrar que os resultados das últimas eleições regionais foram muito claros quanto à missão que incumbe a cada uma das forças políticas que as disputaram.

Ao PS cabe a missão de fazer oposição e de se constituir como uma alternativa ao atual Governo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está à vista!

O Orador: Mas ao Governo cabe a tarefa de governar e de cumprir os compromissos que assumiu com o Povo Açoriano durante a campanha eleitoral.

Convém, no entanto, que o Governo não se deixe deslumbrar com o resultado eleitoral que alcançou.

Até porque é bom que tenha presente que embora a coligação tenha ficado em primeiro lugar, obteve muito menos votos do que o conjunto das restantes forças políticas representadas neste Parlamento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a votação do PS?!

O Orador: E as risadas que gora ouço das bancadas da coligação representam bem a propalada humildade que no discurso teórico nós ouvimos, mas que na prática, é apenas mais uma demonstração de arrogância política.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, em síntese, o Governo que governe, que resolva os problemas dos Açorianos e se deixe de desculpar com o passado, com os anteriores governos do PS, com as restantes forças políticas da oposição ou, até mesmo, com o contexto económico, social e político, porque, na realidade, o que os Açorianos esperam e precisam, é de um Governo que seja parte da solução e que não seja, como temos visto, parte do problema.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Será que está lançada a candidatura...?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a declaração política.

Estão abertas.

Têm a palavra o Sr. Deputado José Pacheco faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nada como ir tomar um café para ficarmos bem dispostos e ouvir estas coisas todas.

O PS ao vir aqui – e lá vamos outra vez à *arqueologia* – faz-me lembrar um vizinho que eu tinha que quando estávamos a atarraxar um parafuso ele dizia sempre “não é assim! E eu nunca o vi atarraxar um parafuso, mas ele dizia sempre que não era assim. E os senhores fazem-me lembrar um pouco este senhor, porque estiveram lá 24 anos, claro que fizeram coisas boas, não vou dizer que não fizeram coisas boas, fizeram, mas o povo foi às urnas e disse “eh pá fizeram coisas boas, mas já não vos queremos! Venham outros”. E até disseram uma coisa muito engraçada: “Esses outros já não vêm sozinhos, vai ter

que vir mais alguém para fiscalizar, para os apertar, para negociar”. É o fiscal da obra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual obra?!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não há obra!

Como é que vai fiscalizar?!

O Orador: Oh senhores, vamos falar da SATA, daquele *buracão* aberto.

Os senhores vêm dizer que a Presidente da SATA demitiu-se.

Oh senhores, demita se a SATA!

Nós estamos a pagar uma coisa, estamos a tirar da boca dos açorianos, estamos a pôr em risco a nossa SATA Air Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Vá lá, batam palmas a ele!

O Orador: Qualquer dia não há aviões, não há dinheiro para aviões entre as ilhas e os senhores continuam a insistir no erro!

E vêm falar na Sata Internacional!

Olhem, meu avô sempre me ensinou que *quem quer luxos, paga por eles*. E nós não temos capacidade de pagar este luxo!

A solução está à vista: ou um privado compra, ou fecha-se a Sata Internacional - eu nunca tive problemas em assumir isso!

Os senhores é que querem, com o dinheiro dos outros, andar a ter luxos que nós não podemos pagar!

Quanto à mão-de-obra, eu tenho uma palavra para vos dizer: **RSI** - os senhores pagaram para não se trabalhar e agora nós estamos a pagar fatura. Os açorianos estão a pagar fatura!

Isto é um erro que foi cometido no passado e que hoje todos os açorianos estão a pagar. E os senhores vêm dizer que há falta de mão de obra. E falta de tino político na altura certa?!

Também não houve!

E fico-me por aqui, pois não quero gastar todo o meu tempo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado André Rodrigues:

Iniciou hoje aqui a sua campanha oficial. Só não sabemos se é para líder do PS/Açores, se é para líder parlamentar do Grupo Parlamentar do PS/Açores. Mas é a sua campanha oficial que começou hoje aqui.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Mas que preocupação!

(Risos da Deputada Andreia Cardoso)

O Orador: E realmente vir com esse propósito de criticar, o facto de termos usado a figura da declaração política para falar de temas importantes para os Açores e o senhor vir aqui, em vez de fazer verdadeira fiscalização política, limitar-se a uma panóplia de temas que lhe são certamente úteis para a afirmação política interna dentro do Partido Socialista, mas que de facto dizem muito mais do passado do que aquilo que V. Exa. quis prometer para o futuro.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque repare, o Partido Socialista vem à Assembleia dos Açores hoje, neste dia 10 de abril de 2024, dizer que não devemos falar do passado, quando o Partido Socialista, ainda estes dias, continua a escrever nos jornais “até 96 era de uma maneira, depois de 96, passou a ser o paraíso”, ou que “até 96 era de uma maneira, depois de 96 nós transformámos os Açores”.

Em 2024 os senhores continuam a falar de 1996 e das vossas cinco maiorias absolutas. Continuam a falar de tudo aquilo que acham que fizeram pelos Açores. Mas é bom lembrar, nessa panóplia de assuntos que o Partido Socialista aqui trouxe, que não há um *estafado* tema da República nunca nos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: A República nunca é um tema estafado, quando nos andaram a sonegar os verdadeiros direitos e interesses dos açorianos nos últimos anos, numa perspetiva revanchista da perda do poder que foi aquilo que aconteceu nos Açores nos últimos 3

três anos. E é bom que o Sr. Deputado André Rodrigues, o Partido Socialista e as suas futuras lideranças, nunca se esqueçam daquilo que o vosso partido fez aos Açores nos últimos três anos, enquanto Governo da República.

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Que nunca esqueçam, para que nunca se repita!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

O Orador: Parece que o Partido Socialista se esqueceu porque é que estamos aqui neste momento a governar por duodécimos.

Deputado Nuno Barata (IL): Até parece que governar por duodécimos é uma coisa muito difícil!

O Orador: Parece que se esqueceram do atraso que provocaram aos Açores e vêm falar que ainda *não nomearam os diretores regionais?*

Os diretores regionais estão em funções, ao contrário de alguns diretores regionais que os senhores deixaram quando os açorianos vos tiraram do poder que não se militaram a aguentar a função e a obrigação que tinham. Abandonaram as funções que tinham no Governo Regional dos Açores.

Deputada Délia Melo (PSD): É verdade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é falso e é um absurdo!!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, virem falar disso quando temos diretores em funções e pessoas a fazer o melhor pelos Açores, até é quase atentatório da decência democrática que devemos ter quando falamos de assuntos sérios para a governação dos Açores que é isso que nós queremos aqui tratar.

Nós não queremos perder mais tempo, Sr. Deputado André Rodrigues. E se há hoje falta de mão-de-obra nos Açores, nós todos sabemos disso e estamos todos conscientes de que temos que fazer mais, sabe para quê?

Para fazer regressar, por exemplo, tantos e tantos açorianos que os senhores atiraram para fora dos Açores, tantos e tantos jovens que se foram embora, porque não tiveram as oportunidades que os senhores lhes negaram durante 20 anos!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sabe, Sr. Deputado André Rodrigues, sabem, Srs. Deputados do Partido Socialista, nós estamos aqui, hoje, a fazer a mudança que os Açores necessitavam. É esse trabalho de valorização dos açorianos que estamos a fazer e queremos continuar a fazer.

Os senhores estiveram 24 anos no Governo e deixaram professores insatisfeitos, deixaram as escolas com problemas por resolver por falta de reconhecimento, não só das carreiras dos professores, mas também da sua autoridade, do regular funcionamento das escolas na nossa Região. Foi isso que os senhores deixaram.

Os senhores deixaram técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, enfermeiros e especialistas da nossa saúde permanentemente a reivindicar direitos, um pouco à semelhança do que aconteceu na República nos últimos anos, porque os senhores não governaram para as pessoas. Os senhores governaram para se manter no poder a maior parte do tempo possível, deixando

a situação dos Açores num estado caótico em termos de finanças públicas, desde logo, também no setor empresarial regional.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado João Castro (PS): Fale de futuro, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado André Rodrigues, eu aconselhava-o, para terminar, porque esta figura regimental não permite verdadeiramente discutir todos esses temas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Permite! Tanto quanto permitiu ontem!

O Orador: ... que o senhor elencou, que usasse antes as figuras regimentais de fiscalização do Governo...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Está claro que os senhores é que vão dizer como é que a gente há-de fazer oposição!

Era o que faltava!

O Orador: ... efetivamente, para permitir os esclarecimentos aos açorianos e não vir para aqui sugerir aos outros que usem figuras regimentais que dão muito jeito ao PS para branquear a ação do Governo.

Isso nós não faremos.

Nós estaremos aqui sempre para reivindicar aquilo que é de legítimo direito dos açorianos, seja perante a República, seja perante quem for, porque é esse o nosso dever e foi para isso que fomos eleitos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata(IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque ainda preciso de tempo para as próximas declarações políticas. Mas queria dizer apenas duas coisas sobre esta declaração política que nos trouxe aqui hoje o Partido Socialista.

Em primeiro lugar, lembrar que, de facto, o Partido Social Democrata nos últimos meses, nos últimos 40 dias, não fez outra coisa senão nomear, nomear e nomear.

De facto, ainda não sabemos, e devíamos saber, porque era obrigação do Governo já ter nomeado os diretores regionais, para sabermos realmente com o que podemos contar daqui para o futuro, se é com gente mais competente e com aquela que já foi competente no passado, ou se vão substituir os incompetentes por gente mais competente, ou por quem tem o cartão partidário do Partido Social Democrata, do CDS ou do PPM.

Mais, Sr. Deputado João Bruto da Costa, aquilo que acabou de dizer sobre a governação por duodécimos, faz-me lembrar uma velha história de alguém que dizia “nunca digas tanto mal de quem um dia vais ter que dizer bem, nem nunca digas tão bem de quem um dia terás que dizer mal”. Por uma razão muito simples: os senhores ainda vão chegar à conclusão de que estes meses que governaram por duodécimos vos deram muito jeito!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Por fim, e em jeito de brincadeira, se me permitem, e porque o Sr. Deputado José Pacheco em resposta a um aparte do Sr. Deputado João Vasco Costa se arvorou em *fiscal de obra*, eu digo-lhe, Sr. Deputado José Pacheco, que para ser fiscal de obra, é preciso que haja obra e obra... daquele lado eu ainda não vi!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista trouxe uma declaração política que versa sobre matérias que dizem respeito à governação ou a ausência de governação por parte deste Governo.

Este Governo não nasceu agora a partir de 4 de fevereiro.

Este Governo é uma continuação de um governo que já existia. Um governo que tem história, que responde por essa história e em que o discurso da *herança* já começa a cansar. E pior, começa a fazer com que ninguém lhe dê credibilidade.

Por isso, os senhores para além de falarem da herança, porque vamos chegar certamente ao fim desta legislatura e ainda continuar a ouvir falar da herança...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): O José Contento ainda fala de 96!

O Orador: É verdade, Sr. Secretário, mas espero que o senhor faça diferente. Não fale de 2020 em 2028.

É preciso que o Governo comece a dar respostas. E há matérias urgentes que vão acontecendo, já depois das eleições e antes das eleições, a que o Governo

não dá resposta. E não venham com a história dos duodécimos e do orçamento, porque em 2021, quando os senhores chegaram ao Governo, só tivemos orçamento em vigor no verão e não vi na altura o Governo com qualquer pressa para aprovar o orçamento, aliás, usou e abusou dos prazos legais para isso.

Ainda nos últimos dias, ainda ontem, tivemos uma notícia extraordinária em que se passa de uma demissão da Presidente do Conselho de Administração da SATA, já aqui citada, que começa por ser por motivos pessoais, depois passa a ser por motivos pessoais e *de contexto*, em que afinal há motivos pessoais que envolvem a Presidente do Conselho de Administração, mas também o administrador financeiro - o que é difícil de acreditar. E é preciso que essas respostas comecem a ser dadas, porque essas respostas estarão relacionadas com o processo de privatização. Vamos debatê-lo, certamente neste plenário. Estarão relacionadas com a falta gritante de transparência relativamente às contas de 2023, em que se emitem comunicados e fala-se de receitas, mas não se diz qual é o resultado líquido de uma das companhias aéreas nem de outra, em que é preciso fazer contas para chegar lá. E essa falta gritante de transparência não é só na SATA.

Na saúde... Sra. Secretária da Saúde, onde é já vão as suas intervenções indignadas sobre a publicação do SIGICA (relatório sobre as listas de espera cirúrgicas na Região)?

Desde novembro de 2023 não há um único relatório!

Em novembro de 2023 a governação parou?!

É preciso orçamento para fazer um relatório, Sra. Secretária?!

Isso é incompetência!

É esconder dos açorianos e açorianas o verdadeiro estado da saúde!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Está-me a chamar incompetente?!

O Orador: Está a esconder porquê?!

Tem que explicar porque é que não o faz. E tem que explicar porque é que há doentes a ser transferidos do hospital da ilha Terceira por falta de ortopedistas no hospital.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é mentira!

O Orador: A senhora tem que explicar, até porque nós já perguntámos, já pedimos respostas, mas não sabemos.

Estava tudo bem na saúde e, afinal, no hospital da ilha Terceira esgotam-se as horas extraordinárias em duas semanas.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é mentira!

O Orador: É esse o resultado da política da saúde do Governo Regional dos Açores do PSD, do CDS e do PPM.

Por isso há muito a responder, há muito a fazer por parte deste Governo. Termino esta intervenção dizendo que não está cá a Sra. Secretária da Educação e Cultura, mas também deveria ter vergonha em anunciar que agora os trabalhadores que estão ao abrigo de bolsas ocupacionais nas escolas, vão receber 12 meses de salário.

Quão *magnânimo* é este Governo!

Vai pagar 12 meses de salário!

Não são 14 meses, tal como recebem quaisquer trabalhadores em Portugal e nos Açores. São 12 meses.

Os trabalhadores têm que agradecer a este Governo que retira dois meses de salário a esses trabalhadores!

Disse.

(Neste momento o Deputado Joaquim Machado ocupa o lugar na Mesa, substituindo o Presidente, Deputado Luís Garcia)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o Sr. Deputado André Rodrigues fez aqui uma declaração política a respeito de uma miscelânea de temas que é difícil seguir, porque é um conjunto desarticulado de queixinhas e de afirmações a que eu não posso responder, porque não tenho tempo, com um conjunto de temáticas que V. Exa. não aprofundou e não explicou como devia.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não tem tempo?!

O senhor tem 20 minutos. Pode começar já.

O Orador: V. Exa. disse que gostava de ter respostas por parte do Governo, em relação às suas perguntas. Mas então tem que fazer as perguntas, pois V. Exa. não fez perguntas. Se não fez perguntas, é difícil ter respostas em relação a perguntas que não fez.

Por isso, é uma sugestão que lhe deixo, é novo na Casa, mas teria outras figuras como a interpelação parlamentar, por exemplo, que lhe permitiria fazer um conjunto de perguntas e depois também poder responder às respostas que nós entretanto lhe demos.

Deputado André Franqueira Rodrigues (PS): Mas esse não era o objetivo.

O Orador: Teria também a sessão de perguntas, ou seja, teria outras figuras regimentais para colocar as perguntas que bem entender. E o Governo Regional dos Açores tem todo o prazer em responder a V. Exa., às questões que entender colocar ao Governo.

Em segundo lugar, em relação à nomeação dos diretores regionais, gostava de lhe dizer que, como bem sabe, eles só podem ser nomeados após a publicação da macro-orgânica. E, portanto, é um processo que está quase em conclusão. Mas eu não vejo, nem o Governo vê, nesta matéria, qualquer problema em que os diretores regionais que estão em funções, e muitos deles vão continuar em funções, continuem a exercer com o conhecimento dos dossiers, até na preparação do âmbito do plano e orçamento.

Penso que é absolutamente racional e digo-lhe que tanto quanto eu me apercebi ao longo destes anos, até foi algo que anteriores governos fizeram também. Ou seja, quando há alguém que tem um conhecimento específico dos dossiers que possa colaborar na elaboração do plano e orçamento, é algo vantajoso, não vejo nenhuma desvantagem, porque quem ouviu o seu discurso, achou que o Governo dos Açores não tem diretores regionais, o que não é verdade. Os diretores regionais continuam em funções e estão a fazer aquilo que têm que fazer.

Aliás, não é nenhuma novidade, sempre foi assim. Isso é algo que V. Exa., se investigar, poderá verificar que não é uma prática diferente daquilo que sucedeu em períodos anteriores.

Quero-lhe dizer também relativamente a outra questão que V. Exa. levantou, como já tinha dito, é uma miscelânea, saltamos dos diretores regionais, mas eu não tenho culpa, eu tenho que seguir o seu raciocínio, saltamos para a falta de mão de obra.

Sobre isto, eu quero-lhe dizer que a falta de mão-de-obra nalguns setores é uma realidade, mas, veja bem, nós temos o maior número de empregados da história dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Já não têm. Já esta desatualizado.

O Orador: Sobre a dificuldade a que V. Exa. fez referência, tivemos também uma redução muito significativa do rendimento social de inserção, o que quer dizer que, neste momento, nós temos o maior número de açorianos de sempre a trabalhar na nossa economia.

Deputado Carlos Silva (PS): Já não é verdade!

O Orador: E é evidente que o crescimento económico que a Região está a registar, cria algumas dificuldades, mas são dificuldades bem-vindas, porque isso demonstra que nós estamos a absorver a mão-de-obra e significa que ainda precisamos de mais mão-de-obra e que a economia dos Açores está a crescer. E eu penso que V. Exa. deveria verificar que esse é também um sinal de

crescimento da economia dos Açores e de que as coisas estão a resultar. Finalmente, em relação à outra questão que aqui referenciou, isto é, em relação ao número de votos que nós tivemos, eu quero apenas lembrar-lhe o seguinte: este Governo submeteu-se a eleições muito recentemente e viu a sua gestão aprovada por parte de uma maioria significativa da população açoriana. E isso é muito importante.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E então como foi em 2020?!

O Orador: Ouça, há uma coisa que é importante e que o Governo dos Açores considera fundamental que é respeitar sempre as votações democráticas em todas as circunstâncias, aquela que é a vontade do povo.

(Risos da Deputada Andreia Cardoso)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não é verdade!

O senhor sabe que não é assim!

O Orador: Porque nós consideramos que nas atuais circunstâncias que vivemos, é muito importante dar às instituições a representatividade e a legitimidade que elas têm.

Por isso, penso que esse tipo de discurso por parte do Partido Socialista, de tentar deslegitimar as funções que nos foram atribuídas pelo povo dos Açores e pelo Parlamento dos Açores, não é um bom caminho para.

Eu quero lembrar que nós tivemos 48 mil 672 votos.

Deputado Carlos Silva (PS): O PPM teve esses votos todos?!

O Orador: E que o Partido Socialista teve 41 mil 538 votos.

E é por isso que nós estamos aqui.

Finalmente, quero-lhe dizer que os resultados estão à vista, foram reconhecidos pelo povo dos Açores muito recentemente e também muito recentemente, o povo dos Açores teve oportunidade, há poucos dias, de dizer “nós concordamos com este rumo que o Governo está a tomar”. E é evidente que nós vamos prosseguir este esforço de desenvolvimento dos Açores. E digo-lhe já, V. Exa. o que não quer é que se fale na herança. Nós, pura e simplesmente, temos um conjunto de problemas que herdámos da anterior governação do Partido Socialista, mas a nossa perspetiva não é viver com os problemas dos outros, é resolvê-los.

E é isso que nós estamos a fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem o viu e quem o vê!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ricochete, Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor nem sabe o que isso é!

(Neste momento o Deputado Luís Garcia reocupa o seu lugar na presidência da Mesa)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer usar da palavra para encerrar este debate?

Tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo naturalmente pela última intervenção, para dizer que o Partido Socialista agradece a condescendência e a amabilidade do Sr. Secretário em recomendar-me a utilização de outra figura regimental. Mas apesar dos senhores terem ficado em primeiro lugar e de se terem esquecido que em 2020 o Sr. Presidente do Governo (atual) utilizou o facto da maioria dos açorianos ter votado mais nos partidos da oposição do que no PS, eu quero lembrar que em 2024 a maioria dos açorianos votou mais noutras soluções do que no projeto da Coligação.

O Sr. Secretário falou em 48 mil votos e nós estamos a falar em mais de 56 mil votos da maioria dos açorianos que não votou na vossa solução de governo. E agradecendo a sua condescendência e o seu tom de paternalismo em relação à minha declaração, eu quero ainda dizer-lhe o seguinte: apesar dos senhores estarem hoje no poder e do senhor ter um passado de longa experiência parlamentar de uma bancada para a outra, ainda é cada força política, e neste caso o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que escolhe as figuras regimentais que bem entende para confrontar o Governo e as forças da Coligação relativamente aos temas que bem entender.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente ao que disse o Sr. Deputado João Bruto da Costa na sua intervenção, nota-se que insiste em manter o tom de responsabilizar o Partido Socialista, em fazer uma análise retrospectiva em relação ao passado, esquecendo-se também o Sr. Deputado que em 2020 o Partido Socialista ficou em primeiro lugar, mereceu essa situação da confiança dos açorianos nos mesmos termos que hoje. Foi preciso três partidos que tiveram que se juntar, para ser maioria e terem mais votos do que o Partido Socialista – estão um pouco esquecidos disto.

Gostaria ainda de dizer que apesar do seu comentário à minha declaração, o senhor não disse rigorosamente nada relativamente aos problemas que aqui foram levantados, nada que seja resposta ou solução para resolver os problemas

dos açorianos, nada relativamente ao aumento do custo de vida, nada relativamente à falta de mão-de-obra disponível, a qual basta o Governo sair da sua bolha e os Srs. Deputados do PSD saírem da sua bolha, falarem com os operadores para perceberem que é assim; que na lavoura, no turismo e num conjunto de outras atividades, é disto que as pessoas se queixam, é da falta de mão de obra disponível.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E é sobre isto que os senhores não têm uma palavra para responder. E é de muito mau tom fazerem o *pisca de olhos* ao CHEGA e falarem do RSI, como uma resposta a essa solução.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu falei do RSI?!

O Orador: O Sr. Secretário, falou.

Portanto, é de muito mau tom, mas se os senhores não se entendem uns com os outros, isso já não é problema nosso.

Relativamente ao aumento da dívida, do défice, à degradação das acessibilidades que é um problema que constrange e afeta a maioria das ilhas dos Açores, relativamente à incerteza e à apreensão que hoje vive a nossa companhia aérea, a bancada do PSD disse... nada!

Gostaria de terminar agradecendo também as palavras do Sr. Deputado do CHEGA, mas não posso deixar de dizer-lhe que mais uma vez parece que o Sr. Deputado do CHEGA confunde a *obra-prima* do mestre com a *prima* do mestre de obras.

Isso porquê?

Por uma razão de problemas de identidade: é que os senhores ainda não decidiram se querem estar daquele lado, ou se querem estar do lado da oposição.

Deputado Francisco Lima (CH): Desse lado aí, não!

O Orador: Os senhores ouvem uma declaração relativamente à situação do Governo e das responsabilidades da governação e optam por olhar para a bancada do Partido Socialista e falar da herança do Partido Socialista.

Eu penso, pensamos todos, que esse é um problema de decisão se querem estar na oposição. Bem sei que aquele lado ali também não aceita que os senhores se mudem para lá. Mas, ainda assim, este é um problema que têm que resolver e definir de uma vez por todas se querem ser oposição ou se querem ser suporte daquela bancada, porque esta é uma situação que tem de ser resolvida. Não faz sentido o CHEGA uns dias dizer uma coisa, noutros dias dizer outra, confundindo naturalmente aquilo que são hoje em dia, os problemas que afetam a maioria dos açorianos na procura de fazer uma análise retrospectiva e auto-justificativa das decisões que tomou no passado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): O CHEGA está com um problema de identificação de género!

(Risos dos Deputados da bancada do PS).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Retomamos os nossos trabalhos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

A próxima declaração política é do partido CHEGA.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para a sua intervenção.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Estamos a poucos dias de assinalar os 50 anos do 25 de Abril de 1974. A chamada Revolução dos Cravos, na altura muito ambicionada, que libertou Portugal do fim de um regime e trouxe consigo muitas promessas, muitos sonhos, muitos ideais, a tão desejada democracia e o fim de uma guerra colonial.

Passado meio século desta Revolução, olho para Portugal e questiono-me como veriam hoje o nosso país, os Capitães de Abril e todos quantos lutaram e gritaram por esta liberdade.

É certo que o 25 de Abril trouxe liberdade de expressão, libertou Portugal das amarras de ditadores, e sem dúvida, que valeu, verdadeiramente, a pena os sacrifícios de todos quantos lutaram pelo fim da ditadura. Foi também graças ao 25 de Abril que Portugal se abriu à Europa e ao Mundo. Tudo isso não pode ser esquecido e é um marco importante na história do nosso país que importa sempre relembrar.

Tão ou mais importante que o 25 de Abril de 74, é também de primordial justiça não esquecer o dia 25 de novembro de 1975, pois foi graças a esta data que Portugal não se tornou num país comunista.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Espero que nesta casa se comemore, com o mesmo vigor, também o 25 de novembro à semelhança do que acontece já com o 25 de Abril.

Mas será que passados 50 anos estamos assim tão diferentes? Num país em que se assiste à condenação pública por se ser de um partido diferente, não estaremos a renegar os valores e a Democracia de Abril? Será que a democracia e a liberdade são só para alguns? Não temos todos o direito de nos expressar livremente e integrarmos o partido que quisermos?

Quando se assiste em Portugal a tantos casos de corrupção, quando se assiste a um uso abusivo e irresponsável do dinheiro dos impostos dos portugueses, a uma justiça lenta e, em alguns casos, à não responsabilização de quem está a prejudicar o povo, não estaremos a regredir no tempo e a ferir esta Democracia que tanto custou a conquistar?

Não estará mais do que na altura dos decisores políticos fazerem uma avaliação séria ao estado da nossa Democracia? A olharem mais de perto para os problemas que afligem as nossas famílias?

Idosos com pensões miseráveis; jovens casais sem conseguirem ter acesso a uma habitação; sectores como a agricultura e as pescas que gritam por ajuda; empresários atolados em obrigações fiscais; professores, médicos, forças policiais e tantos outros trabalhadores que andam a lutar por melhores e mais dignas condições de trabalho.

É este o retrato atual de Portugal. É este o retrato atual dos Açores!

É assim que muitas famílias estão a sobreviver, 50 anos depois do 25 de Abril de 1974.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

A Oradora: Certamente que não foram estas as promessas, os muitos sonhos, os muitos ideais e a tão desejada democracia que o 25 Abril de 1974 quis trazer para Portugal.

Está mais do que na altura de abirmos os olhos e alargarmos os horizontes. Não se pode continuar a calar um povo, dando sinais de uma suposta democracia, num país e numa Região que manda quem pode, e obedece quem deve.

Já é tempo de rompermos com políticas castradoras da liberdade de cada um, e de se avançar, sem medos, com um projeto que una a sociedade e a permita ser feliz e viver com dignidade no seu próprio país.

Temos de estar atentos, não podemos vacilar; pois sem Democracia não há liberdade! Continua a valer a pena continuar a lutar por este direito conquistado há 50 anos.

Porque não nos enganemos, não há liberdade quando os cidadãos são limitados nas suas escolhas de vida por um Estado que não cumpre as suas obrigações. Não há liberdade quando os cidadãos não têm livre acesso à justiça, à saúde ou à educação, porque simplesmente estas não funcionam.

E não há liberdade, quando forças políticas do nosso país classificam os partidos em *partidos aceitáveis* e *partidos não aceitáveis*

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: ... quando todos foram legitimamente constituídos e validados pelo sufrágio universal.

Que se renove o 25 de Abril de 1974 e que se grite bem alto:

Viva a liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal e Viva os Açores!

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Apresentada a declaração política, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Raposo, faça favor.

(* **Deputado Luis Raposo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este ano celebramos as bodas de ouro do 25 de abril de 1974, torna-se, por isso, imperativo honrar o passado, cumprir o presente e perspetivar o futuro.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O 25 de abril não tem donos, 25 de abril é de todos aqueles que o cumpriram, cumprem e continuarão a cumprir.

Deputados Joao Bruto da Costa (PSD) e José Pacheco (CH): Muito bem! Muito bem!

O Orador: O sistema político nos Açores regista, desde outubro de 2020, regista avanços democráticos, em contraste com a degradação política e institucional a que assistimos durante anos de governações socialistas que só contribuíram para uma sociedade oprimida e muito pouco participativa.

(Risos dos Deputados António Lima e Pedro Neves)

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: A Assembleia Legislativa tem hoje um papel central no sistema político regional, até em termos mediáticos, ao contrário do que sucedia no passado.

Hoje há respeito pelas oposições e estas têm mais recursos para fiscalizar a atividade do Governo Regional...

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quando o PS tinha maioria usou e abusou dessa conjuntura para reduzir os meios humanos dos partidos da oposição.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relembro aqui nesta Casa um grande momento como é o Dia da Região Autónoma dos Açores. Que durante as vossas sucessivas governações, apenas o Presidente da Assembleia e o Presidente do Governo falavam. Desde 2020 que todos os partidos podem intervir.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto, Sras. e Srs. Deputados, é respeitar o pluralismo, é respeitar a democracia, é respeitar aqueles que nos escolheram para aqui estar.

É a partir desta Casa que se consagra o direito de iniciativa legislativa dos cidadãos dos Açores.

Hoje os açorianos fazem uso do direito de petição como nunca o tinham feito. Enquanto antes por receio ou por medo de represálias silenciavam as suas preocupações e viam os seus projetos e sonhos adiados.

Deputado André Franqueira Rodrigues (PS): Essa é uma posição sectária!

O Orador: Em suma, enquanto o PS promoveu a degradação política e institucional, nós avançamos democraticamente no e com sistema político.

Como jovem, com 25 anos, cresci e vivo em liberdade. como eu inúmeros jovens açorianos. E, recentemente, recebemos muitos e bons jovens nesta casa a propósito do Parlamento dos Jovens, uma iniciativa do Governo da República, em parceria com a Assembleia Legislativa Regional e o Governo Regional dos Açores.

Onde livremente participaram, discutiram e projetaram abril.

Caminhamos a passos largos para os 50 anos do 25 de abril de 1974 e para os 50 anos de Autonomia. Por isso, apelo aos jovens, à vossa participação na política e nas instituições da democracia e da autonomia.

O programa do Governo aprovado nesta Casa incentiva à participação dos jovens, incluindo o exercício ativo da cidadania e o aumento da literacia democrática, com especial enfoque no Estatuto Autónimo da Região Autónoma dos Açores.

Está previsto a ser operacionalizado a partir deste ano o Plano Democracia AZ, construído por jovens, para que possamos construir uma sociedade mais justa, mais coesa e sustentável.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, viva à Democracia. Vivam sempre os Açores!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do

Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Castro.

(* **Deputado João Castro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimentar pelas palavras proferidas em tempos dos 50 anos do 25 de Abril num registo do seu cinquentenário.

Relembrar neste Parlamento os valores de abril, valores coincidentes com os do Partido Socialista, também um fundador e lutador por um abril.

Da liberdade; Da igualdade; Da tolerância; Da solidariedade.

Com conquistas determinantes que nos trouxe abril, como a democracia, como o direito de voto das mulheres, como a liberdade de opinião, como o combate às desigualdades sociais.

O Partido Socialista apresentará amanhã um voto alusivo ao 25 de abril e, portanto, não nos alongaremos hoje sobre o tema. Contudo, não poderíamos deixar de afirmar o nosso profundo reconhecimento aos heróis de abril, aos grandes heróis de abril.

25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(* **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Governo Regional, evidentemente nós valorizamos esta declaração política sobre o 25 de Abril.

É uma data muito importante no contexto nacional, trouxe-nos a democracia, pôs fim à Guerra Colonial, como V. Exa. bem referenciou no seu discurso. Permitiu-nos, também, a integração na então CEE, e agora União Europeia, que não teria sido possível com um regime ditatorial. Ninguém tenha dúvidas de que com o Estado Novo, nunca teria sido permitida a entrada no clube europeu com um sistema não democrático.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

O Orador: O Sr. Deputado está aqui a fazer um conjunto de referências, está a interromper-me, mas eu quero-lhe dizer que não há dúvidas de que na União Europeia um regime como o do Estado Novo não teria entrado na CEE.

Em relação ao seu conjunto de argumentos, posso-lhe dizer que há países como a Turquia, por exemplo, que está há 20 e tal anos em processo de adesão e nunca entrou.

Porquê? Porque o processo de adesão tem que preencher uma série de requisitos que alguns países candidatos ainda não conseguiram preencher.

Isto é só do ponto de vista daquilo que é a memória histórica que é importante precisar.

Não teria entrado. Tem sido muito importante a integração na União Europeia para o desenvolvimento do País e da nossa Região.

É evidente, também, que significou para os Açores, em particular, a abertura do processo que nos permitiu constituir esta autonomia, a autonomia da Região Autónoma dos Açores que é muito importante. Esta autonomia da Região Autónoma dos Açores é também filha de abril, não temos a menor dúvida. É um processo que está interligado. Vamos comemorar daqui a dois anos também a sua criação e a autonomia açoriana trouxe igualmente todo este desenvolvimento à Região Autónoma dos Açores. Evidentemente que é algo que está associado às conquistas de abril.

Quero começar por dizer que, também nesta matéria, nós reconhecemos, e o Governo dos Açores reconhece, que existem dificuldades na nossa sociedade, existem metas que foram estabelecidas pela revolução que não foram alcançadas, metas que é importante alcançar sob o ponto de vista do desenvolvimento económico, do progresso social, da diminuição das desigualdades sociais, do combate à corrupção, com certeza. Há um conjunto de expectativas e de metas que a população tinha que não foram atingidas. Mas isso não quer dizer que na nossa democracia se desista de alcançar esses pressupostos.

É isso que nós fazemos no Governo dos Açores.

É isso que está a fazer o Governo de Portugal, ou seja, a melhorar sempre as condições de vida do nosso povo e terminar com muitos dos problemas que são seculares que o nosso país tem enfrentado e muitos, muitos, foram ultrapassados.

Não vou aqui fazer referência às estatísticas que mostram o combate ao analfabetismo, onde resultados tremendos foram alcançados no nosso País e na nossa Região ao longo destes 50 anos, do que significou também para os nossos municípios, para o poder municipal e tudo o que tem sido feito a nível do Poder Local, foi feito também graças à Revolução de 25 de abril e tantas e tantas conquistas que foram alcançadas pelo nosso País, ao longo destes 50 anos.

Há coisas para fazer? Há. Mas eu lembro que países que têm sistema democrático há muito mais tempo do que nós, como os Estados Unidos, a Grã Bretanha ou a Alemanha, continuam a ter problemas. Ter uma democracia não significa que tudo fica resolvido, mas significa que o povo participa na resolução desses problemas e participa de forma democrática.

Portanto, da nossa parte, evidentemente que em todas as ocasiões em que aqui se fizer referência ao 25 de abril e à importância que teve a democracia para a nossa Região e para o conjunto do País, evidentemente o Governo quer sempre enaltecer esses votos, quer sempre enaltecer essas intervenções que fazem referência à importância da democracia para Portugal, para os Açores e para a preservação do sistema democrático que é muito importante, porque esta preservação do sistema democrático conquista-se todos os dias. Não podemos esquecer isto. O sistema não pode ficar cansado. Nós temos todos os dias que renovar as nossas expectativas, de trabalhar mais, para resolver os problemas que o nosso povo enfrenta. E essa é também a contribuição que o Governo dos Açores pode dar. É a nossa firme vontade de resolver os problemas das populações, com a sua participação e em democracia, como aconteceu agora há pouco mais de dois meses com as últimas eleições regionais que foram também mais um momento marcante da democracia nos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho uma intervenção escrita e preparada de antemão, como o PSD, que certamente esteve bem articulado com o CHEGA nesta declaração política.

(Apartes impercetíveis de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas não podia deixar de intervir para responder a uma questão daquela bancada...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Não seja assim! Isso fica-lhe mal!

O Orador: Se me permitirem continuar, para colocar uma questão que daquela tribuna foi colocada pela Sra. Deputada Olivéria Santos.

Se estamos efetivamente melhor ou não do que há 50 anos?

A própria pergunta tem em si todo um programa político.

Quando se olha para o País e para os Açores em 2024 e se pergunta se estamos ou não melhor, é sinal de que há um saudosismo dum passado que não deixa saudades a ninguém que o viveu.

Deputado José Pacheco (CH): Ai Jesus, que tristeza!

Vamos todos para Cuba! Vergonha!

O Orador: E a ninguém que olhe para trás e que leia qualquer livro de história ou que fale com quem viveu estes dias.

Foi o 25 de Abril, a liberdade, a liberdade de expressão, a liberdade política, a democracia que permitiu que hoje todos estejamos aqui possamos exercer a nossa liberdade cívica, de militância política em partidos políticos e não apenas num, que possamos debater os problemas dos açorianos e das açorianas nesta Casa.

Deputado José Pacheco (CH): Todos contribuíram menos o CHEGA! Vergonha!

O Orador: Foi o 25 de abril que trouxe também o caminho para a autonomia. Foi o 25 de abril que permitiu a liberdade de dizermos o que bem entendermos aqui.

O CHEGA, como qualquer outro partido, diz o que bem entende e não vale a pena vitimizar-se como sempre faz...

Deputado José Pacheco (CH): Vergonha! Isto é o que eu tenho para lhe mostrar!

(Neste momento o Deputado José Pacheco do Chega exhibe um cartaz com a palavra “vergonha”)

O Orador: ... porque foi o 25 de abril que permitiu que digam os disparates que dizem tantas vezes nesta Casa.

E, Sr. Presidente, foi o 25 de abril que garantiu os serviços públicos e fizeram melhorar incrivelmente os indicadores sociais no País e nos Açores, mesmo com os problemas que temos e são muitos, sendo que há muito a fazer e há muito a conquistar ainda.

Ainda foi o 25 de abril que garantiu direitos humanos fundamentais, como o direito ao casamento de pessoas do mesmo sexo, os direitos das mulheres que são direitos humanos, embora alguns queiram os classificar como ideologia de género. São direitos humanos. E, sim, o 25 de abril valeu a pena. Continua a valer a pena. E nos 50 anos do 25 de abril é preciso renovar esse compromisso dos valores de abril.

É preciso renovar o caminho que foi feito e é preciso ir mais longe. E cá estamos para garantir que vamos mais longe.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para?

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para um protesto à expressão do Sr. Deputado António Lima de que o PSD tinha *combinado* com o CHEGA a declaração política.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado, faça favor.

Deputado José Pacheco (CH): Oh homem, vais *dar cavaco* a isso?!

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta suposta *superioridade intelectual* do Sr. Deputado António Lima e do Bloco de Esquerda já é recorrente nesta Casa e nós não lhe admitimos que rebaixe qualquer deputado desta bancada a uma condição de não ser capaz de ter uma intervenção preparada para fazer em qualquer momento nesta Assembleia.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado António Lima:

O Grupo Parlamentar do PSD está aqui com seriedade, com empenho e com trabalho e trabalhamos por antecipação.

Muitas das Sras. e Srs. Deputados do Partido Social Democrata, nesta bancada, têm várias declarações preparadas para responder-lhe a si, para responder a qualquer bancada, pensando nos temas que podem ser trazidos a este debate. E preparamos o nosso trabalho, sim, porque essa é a nossa obrigação e é para isso que os açorianos nos puseram nesta Casa!

E não lhe admito que rebaixe qualquer deputados desta Casa, por ter feito aquilo que o senhor não foi capaz de fazer, que foi preparar uma intervenção para este momento!

Muito obrigado.

Deputado António Lima (BE): Ficou incomodado?! É a vida!

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para um contraprotesto se assim entender. Tem dois minutos.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Bruto Costa ofende-se com pouco e ficou muito incomodado por eu constatar um facto, o Sr. Deputado do PSD tinha uma intervenção preparada.

Deputado Joao Bruto da Costa (PSD): Fico, fico!

O Orador: Eu julgo que isso não deve ser motivo de protesto. É algo no mínimo estranho e é sinal de que *enfiou o barrete*, porque se assim não fosse, tinha dado isso como uma qualquer brincadeira que se faz em plenário, mas ao invés, o senhor *enfiou o barrete* e isso quer dizer que é verdade.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Brincadeira?! Andamos aqui a brincar???

Deputado Nuno Barata (IL): Estamos a falar de abril. Foi a *boina*, não foi o *barrete*!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Indubitavelmente, comemorar 50 anos da revolução que nos libertou de um regime autoritário, de um regime ditatorial, de um regime persecutório que durou mais de 40 anos no nosso País, é sempre de realçar.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

O Orador: Foi dos regimes na Europa moderna, na Europa pós-Vestefália, que mais tempo durou em todo este continente.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): É verdade!

O Orador: E é sempre bom lembrar que só com o 25 de abril de 74, foram permitidas as liberdades que nós hoje temos tanto presamos. E como liberal, e como defensor do estado de direito liberal e democrático, não poderia deixar de falar nesta declaração política do CHEGA. E não poderia também deixar de realçar a importância que teve o movimento do *Grupo dos Nove*, chamado o *Manifesto dos Nove*, que levou ao 25 de novembro de 1975...

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Joao Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... que também aqui nos Açores - convém sempre lembrar! – em 6 de junho de 1975, no chamado *Verão Quente de 1975*, portanto, em pleno processo revolucionário em curso, o primeiro grito dessa liberdade foi dado.

A chamada *manifestação de 6 de junho* de 1975, que inclusivamente na madrugada de 9 de junho desse mesmo ano, levou à prisão de um sem-número de açorianos, presos políticos sem culpa formada que foram para a prisão de Angra do Heroísmo.

Deputado José Pacheco (CH): Em pleno 25 de abril! É preciso nunca esquecer isso.

O Orador: As suas casas foram assaltadas durante a noite por militares empunhando metralhadoras G3 e foram levados à força das suas famílias numa embarcação da Marinha de Guerra Portuguesa para a prisão de Angra do Heroísmo.

Foi esse grito de liberdade que nasceu dos Açores, que também fez o *Grupo dos Nove* repensar aquilo que foi o movimento do 25 de novembro.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem Sr. Deputado!

O Orador: O regime de liberdade que temos hoje, não é o regime preconizado, nem pelo COPCON nem pelas FP 25, nem pelos militares que tentaram instalar em Portugal um regime pró-soviético no pós 25 de abril de 1974.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: É bom lembrar, é sempre bom lembrar essa data e esses novos militares que fizeram o 25 de novembro.

O regime de abril trouxe-nos de facto liberdade. Mas também nos trouxe este legado de luta por essa liberdade.

Que nunca os açorianos, os portugueses e os madeirenses esqueçam que a liberdade, depois de perdida, custa muito a conquistar.

Seguiremos em frente!

Viva Portugal!

Deputado José Pacheco (CH): Viva!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do Chega, da Coligação e dos Membros do Governo)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): O PS devia aplaudir por respeito a Mário Soares.

Não percebo porque é que os discípulos de Mário Soares não aplaudem.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração sobre o 25 de abril leva-nos a refletir exatamente naquilo que nos traz aqui hoje, ou seja, a liberdade de podermos ser candidatos, a liberdade

de podermos ser eleitos e a liberdade de todos os portugueses, independentemente do seu sexo, poderem votar.

Isto não acontecia antes do 25 de abril. As mulheres, por exemplo, estavam impedidas de votar. E a liberdade trazida pela revolução foi consolidada no 25 de novembro.

Durante demasiados anos, quase meio século, em Portugal, o 25 de abril foi sendo apropriado pela esquerda política portuguesa.

Por haver demasiados partidos políticos à esquerda e um défice de partidos políticos à direita, criou-se em Portugal o *tique* de que os ideais de abril, os ideais da liberdade, os ideais da fraternidade, são ideais de esquerda, mas não são.

O 25 de abril é de todos os portugueses.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: É, sobretudo, da sociedade civil, porque foi uma revolução pacífica, uma revolução do povo português que depôs um regime ditatorial.

Aqueles que deram início a essa revolução, tentaram, eles sim, impor um novo regime ditatorial, esse já da esquerda soviética.

Foi o 25 de novembro que impediu essa deriva de ultraesquerda no nosso País e, finalmente, consolidou a democracia e a liberdade

No nosso País. E devemos celebrar essa liberdade em memória de todos, não só dos militares que fizeram a revolução, mas de todos os portugueses que, ainda no tempo da ditadura, se manifestavam e lutavam contra ela e, por isso, foram perseguidos, por isso tinham ficha na PIDE, por isso foram presos ou exilados.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do Chega, da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para encerrar a declaração política.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Há pouco dizia na minha declaração política que enquanto houvesse liberdade, haveria democracia, pois então que se continue a viver em democracia e que essa democracia e essa liberdade comecem aqui nesta Casa com as decisões políticas que tomemos em favor do nosso povo.

Que não se confunda, porém, liberdade com libertinagem, como tem acontecido e muito. E essa libertinagem acaba, então, por condicionar os valores de abril e a verdadeira liberdade que se pretende.

Que o povo nunca se deixe amedrontar, que não se deixe amordaçar e que tenha sempre em mente os valores de abril e a coragem que tiveram os Capitães de Abril quando vieram à rua e de cravos fizeram uma revolução pacífica.

Que também nos dias de hoje, o povo saiba sair à rua e saiba lutar pelos seus direitos.

Sr. Deputado António Lima, não, nós não somos saudosistas.

Nós só não queremos voltar atrás.

Nós somos pessoas com esperança e temos fé de que podemos ainda melhorar mais e tornar o nosso País melhor do que aquilo que ele está.

Se temos essas condições, então é isso que queremos fazer.

Muito obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada esta declaração política.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma interpelação.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, é para solicitar o intervalo regimental de 30 minutos

Presidente: É regimental, e atendendo à nossa hora, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, entrando no ponto 26 da nossa agenda.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Presidente: A Representação Parlamentar do PAN pede, ao abrigo do Artigo 81º do Regimento, para apresentar um diploma, neste caso, o Decreto Legislativo Regional nº.6/XIII – Estatuto dos Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Tem 10 minutos para o efeito.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A profissão de bombeiro é um pilar essencial nas sociedades contemporâneas, desempenhando um papel crucial na proteção da vida e do património cultural. A crescente importância destes profissionais reflete-se na multiplicidade de desafios que enfrentam diariamente, desde incêndios, calamidades naturais, emergências pré-hospitalares, transporte não urgente de doentes, resgate de animais, e demais eventualidades para as quais o seu auxílio é reclamado.

As funções desempenhadas pelos bombeiros envolvem a exposição a fatores de riscos ocupacionais consideráveis, capazes de originar acidentes de trabalho e doenças profissionais relevantes, considerando-se a exigência de robustez física, capacidade de reflexos e mobilidade rápidos, de resistência em ambientes hostis, com exposição a fatores de risco acrescidos que concorrem para o desenvolvimento de incapacidades físicas que se agravam ao longo do tempo, com um acompanhamento por equipas profissionais de apoio escasso ou mesmo inexistente.

A evolução das sociedades modernas, a crescente urbanização e as mudanças climáticas, têm aumentado as exigências requeridas a estes profissionais, que em boa hora personificam a segurança, solidariedade e resiliência que lhes são correlatadas, em situações cujo nível de risco é ameaça para a sua integridade física e mental. Ainda assim, fazem-no sem hesitar, enquanto profissionais exemplares que o são.

Valorizar a profissão de bombeiro é também reconhecer que estes profissionais são embaixadores da segurança e que trabalham incansavelmente para conscientizar a população sobre medidas preventivas e ações a serem tomadas em caso de emergência. Significa consagrar-lhes o respeito e o apoio que merecem, garantindo que lhes são concedidas todas as condições para o exercício das suas funções, por forma a que isso não configure perigo ou insegurança para a sociedade.

Valorizar a profissão de bombeiro, significa celebrar a essência do serviço à comunidade, de quem personifica altruísmo, coragem e solidariedade.

Nos últimos anos, testemunhámos uma tendencial desvalorização da profissão, profundamente desmoralizante para quem diariamente se predispõe a zelar pela vida e bem-estar das pessoas, dos animais e da natureza, despido de preconceitos. Negar-lhes o reconhecimento e apoio devidos, é uma injustiça que não toleramos.

Temos assistido a reiterados alertas dos Corpos de Bombeiros para a perda de recursos humanos e dificuldades em recrutar elementos para a missão. A situação é mais gravosa nos Açores, que, segundo dados da PORDATA, entre 2007 e 2022, perdeu cerca de 164 elementos, traduzindo-se numa redução de operacionais em cerca de 16%, com tendência para um crescimento acelerado da diminuição de operacionais. Facto que compromete a prestação de socorro

na Região. As consequências podem ser devastadoras, sobretudo nas ilhas com apenas um Corpo de Bombeiros.

Dito isto, é com sentido de comprometimento para com o trabalho já desenvolvido em prol da valorização dos soldados da paz, que o PAN/Açores irá postular nesta Assembleia a criação do legítimo Estatuto do Bombeiro Profissional dos Açores, enquanto reconhecimento de profissão de risco e desgaste rápido, reivindicando a atribuição de um subsídio remuneratório, 30% mínimo, que salde a avultada dívida destes profissionais ao serviço da sociedade, bem como a antecipação da idade da reforma, trilhando o caminho da sua profissionalização.

A par disso, entendemos como categórica, a revisão das tabelas salariais, por forma a que os vencimentos não sejam sucessivamente absorvidos pelos aumentos do salário mínimo regional, situação que apenas não se tem vindo a verificar graças aos esforços do PAN em contrariá-la através das propostas de alteração apresentadas em sede de orçamento regional.

É, para nós, inconcebível que tão nobre missão esteja subvalorizada, sobretudo se considerada a colossal importância que representa na proteção e salvaguarda dos cidadãos e animais e defesa do ambiente.

Face ao exposto, urge valorizar a dedicação e serviço abnegado à sociedade, por quem arrisca a vida com coragem, habilidade e comprometimento inigualáveis.

Está, por isso, justificada a atribuição legal aos bombeiros dos Açores em regime de dedicação permanente, de um estatuto compatível com a sua importância na sociedade açoriana, promovendo e valorizando a missão do bombeiro na defesa das pessoas, dos animais e da natureza.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma.

Dispõe o nosso Regimento um período para pedidos de esclarecimento de 10 minutos.

Pergunto se há pedidos de esclarecimento?

Parecendo não haver, o diploma seguirá os seus trâmites normais para a sua Comissão.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

O ponto 10 da nossa agenda foi retirado por deliberação da Conferência de Líderes.

O ponto 11 que tínhamos definido em Conferência de Líderes que seria discutido em conjunto com os pontos 20 e 21, entretanto, o CHEGA retirou o seu pedido de urgência em relação ao ponto 20.

Pergunto à Câmara se, mesmo assim, podemos discutir em conjunto os dois Pedidos de Urgência?

Faça favor Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, apenas para esclarecer que nós retirámos a dispensa de exame em Comissão, mas a urgência mantém-se. Muito obrigado.

Presidente: Então, o ponto n.º 11, é o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 1/XIII** – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do Subsídio Social de Mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para justificar a urgência.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa prende-se com uma alteração a uma anteproposta de lei que procura alterar o Decreto-Lei que regula a atribuição do subsídio social de mobilidade para a Região Autónoma dos Açores.

Esta é uma matéria que já foi debatida neste Parlamento na passada legislatura com esta mesma proposta, ou seja, rerepresentamos esta semana a proposta, sendo que a mesma na passada legislatura foi alvo de análise em Comissão, de vários parceiros que a Comissão de Economia de então entendeu solicitar. Há um relatório relativamente a esta mesma proposta. Ela não teve alterações, foi debatida nesta Casa e nós consideramos que, por isso, justifica-se que não se faça uma nova análise em Comissão, porque ela está suficientemente documentada. O tempo que passou, desde então até aqui, é mais do que suficiente. Este é um dos motivos que justifica efetivamente o Pedido de Urgência.

O outro motivo prende-se com as sucessivas notícias que dão conta de problemas com o subsídio social de mobilidade. Há notícias já de algumas semanas relativas a suspeitas de fraudes com o subsídio social de mobilidade. Ao longo dos anos, essas fraudes têm surgido recorrentemente e estão muitas vezes associadas à taxa de emissão de bilhete.

Este problema nós já havíamos identificado na proposta que apresentámos em 2022 e que foi debatida mais tarde, o qual procurámos também resolver, impondo um limite a essa mesma taxa. Esta é uma das matérias sobre as quais versa a proposta.

Depois, há motivos políticos também que justificam a urgência. Como é óbvio, julgo que há um consenso alargado sobre a necessidade de melhorar o sistema de subsídio social de mobilidade.

Tivemos uma campanha eleitoral para a Assembleia da República muito recentemente, em que basicamente quase todos os partidos diziam exatamente o mesmo sobre as alterações que defendiam relativamente ao subsídio social de mobilidade e, por isso, nos parece que há mais do que consenso sobre o caminho que deve ser seguido.

Havendo esse consenso, então vamos ao debate, vamos às alterações que possam ser feitas à proposta, porque já houve mais que tempo para as debater, estudar e redigir. A esse propósito, não posso deixar de referir aquelas que são declarações públicas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é a urgência não é Sr. Presidente?

Presidente: É sim senhor.

O Orador: É sim, Sr. Deputado.

Dizia eu, aquelas declarações públicas de deputados eleitos na Assembleia da República de Partidos da Região.

Por exemplo, o Deputado Paulo Moniz dizia há uns anos, aliás, em 2019, e cito: “discordamos da obrigatoriedade dos açorianos irem receber os reembolsos das passagens. Defendemos um sistema que é um desconto imediato quando se faz a compra da passagem e não o reembolso”.

Ora quando há este tipo de posição que se traduz exatamente na proposta que nós apresentámos, não vemos o porquê de não se debater esta proposta hoje e não se aprovar a mesma hoje, com uma posição o mais consensual possível deste Parlamento para enviar à Assembleia da República, para que esse problema se resolva.

Acresce a isso, problemas que nós também detetámos e que saíram na imprensa ainda ontem, relativamente ao reembolso do subsídio social de mobilidade, alterações que são feitas não se sabe bem se por despacho ou circular que ninguém conhece, ninguém ouve, mas o que se sabe é que as pessoas estão à espera de receber o seu subsídio, muitas vezes de centenas de euros, que não sabem quando é que vão receber.

Portanto, perante esta urgência, não nos parece que haja qualquer motivo para adiar as decisões sobre esta matéria. De outro modo, estaremos a dizer às pessoas que o dinheiro que não receberam devido aos problemas que agora surgiram, vão ficar provavelmente sem receber durante mais alguns meses.

Estes são os diversos motivos que justificam esta urgência que, em nosso entender, é mais do que justificada e é preciso que o debate avance efetivamente sobre esta medida, para que os problemas que estão associados ao subsídio social de mobilidade se resolvam imediatamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Darei agora a palavra à Sra. Deputada Olivéria Santos para justificar a urgência da Anteproposta de Lei nº. 2/XIII - “Simplifica o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade a residentes nas Regiões Autónomas”.

Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA também entende que esta questão do subsídio de mobilidade social já se vem arrastando há alguns anos e precisa de ser resolvida o mais rapidamente possível, a bem do direito de mobilidade dos açorianos e do princípio da continuidade territorial.

De facto, já não faz sentido que os açorianos tenham que estar a pagar quantias avultadas para uma passagem a Portugal continental.

Já não fazem sentido os reembolsos nos CTT.

É uma forma também de combatermos as fraudes de que temos ouvido falar. É uma forma também de facilitar a vida aos açorianos que escusam de estar à espera horas a fio nos CTT, para fazerem prova das suas viagens a Portugal continental.

Por esse motivo, consideramos que é urgente debater esta proposta e que urge ser resolvida o mais rapidamente possível. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar favoravelmente as duas urgências. Isto, porque acho que nem os dois partidos, o Bloco de Esquerda e o CHEGA, sabiam que esta urgência era mesmo pertinente, tendo em conta aquilo que está a acontecer neste preciso momento, olhando para ontem, para hoje e para aquilo que vai acontecer provavelmente amanhã. E nós vemos este como o *timing* certo para o fazer, devido às grandes dificuldades que estão a acontecer para todos os açorianos que querem receber, porque apenas tiveram o *azar* de comprar um bilhete numa agência de viagens diferente. E, depois, o IGF, acha que pode fazer uma circular e agora ninguém é culpado de absolutamente nada.

A Sra. Secretária dos Transportes diz “deixem o estado trabalhar, a gente também não sabe de nada”. A Madeira pelo menos trabalhou e, pelos vistos, já foi revertido. A gente tem a oportunidade, no plenário, de reverter também nos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito das urgências do diploma? Não havendo mais inscrições, vamos votar o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei nº. 1/XIII** apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Anteproposta de Lei nº. 1/XIII - “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição de subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas” apresentada pela Representação Parlamentar do BE, foi aprovado

por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o **Pedido de Urgência da Anteproposta de Lei n.º 2/XIII** - “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição de subsídio social de mobilidade atribuído a residentes nas Regiões Autónomas” apresentada pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de Urgência da Anteproposta de Lei n.º 2/XIII, apresentado pelo CHEGA, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido ambas as urgências aprovadas, a Anteproposta de Lei 2/XIII seguirá para a Comissão de Economia, tendo esta em consideração esta urgência aprovada.

Passamos à discussão da **Anteproposta n.º 1/XIII**, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para apresentar a iniciativa.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O subsídio social de mobilidade, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2015 de 24 de março destina-se aos passageiros residentes e residentes equiparados na Região Autónoma dos Açores, bem como aos passageiros estudantes.

Esta medida foi criada na sequência da supressão das obrigações modificadas de serviço público para as ligações aéreas entre os Açores e o Continente e entre os Açores e a Madeira, existindo também o mesmo mecanismo para as viagens de residentes entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente.

O procedimento estabelecido assenta no reembolso aos passageiros, o que não só implica que estes adiantem o pagamento das viagens, como também os sujeita a um processo demorado e burocrático, com a apresentação de uma panóplia de documentos para comprovarem a sua qualidade de beneficiários a cada viagem que realizem.

O mecanismo obriga ainda a que os passageiros beneficiários adiantem o valor total da viagem, sendo reembolsados do valor do subsídio apenas após a realização da mesma.

Os adiantamentos, como é sabido, podem chegar a muitas centenas de euros por passageiro, o que limita e pode mesmo colocar em causa o direito à mobilidade entre a Região Autónoma dos Açores e o continente.

Muitas famílias não têm de modo algum, 500, 1000 ou 2000 euros ou mais, para adiantar quando necessitam de realizar de se deslocar ao continente. E estes valores podem até ser ultrapassados se estivermos a falar de uma família com vários elementos.

Percebe-se, como é óbvio, a necessidade de comprovar a realização efetiva da viagem.

Mas tal desiderato pode ser atingido de outra forma, permitindo a dedução direta do valor do subsídio ao bilhete pela transportadora aérea que é reembolsada desse montante pelo Estado.

Dessa forma, garante-se uma maior simplificação da atribuição do subsídio social de mobilidade, aliviando ainda o peso que o sistema de reembolsos representa para os seus beneficiários.

Importa ainda garantir que as taxas de emissão de bilhete, elegíveis para efeitos de reembolso do subsídio social de mobilidade, tenham limites máximos aceitáveis, que propomos estabelecer em 30 euros.

Por diversas vezes esta matéria foi debatida na sociedade açoriana, neste Parlamento e na própria Assembleia da República e é consensual que esse sistema pode e deve ser melhorado.

No entanto, embora o próprio governo da república já tenha reconhecido que o modelo precisa de alterações, ele mantém-se inalterado.

Recordo que em março de 2017, o Ministro das Infraestruturas e Planeamento anunciou a criação de um grupo de trabalho para a revisão do Subsídio Social de Mobilidade.

Nenhuma solução, que se saiba, saiu deste grupo de trabalho.

É fundamental que este Parlamento defina, então, o caminho que seguir a revisão do Subsídio Social de Mobilidade, perante a inação do Governo da República e do próprio Governo Regional que não tem procurado defender sobre esta matéria junto do governo da república.

Acresce à urgência desta proposta, as notícias recentes que dão conta de circulares internas que limitam o valor reembolsado referente às taxas de emissão de bilhete. Essa alegada circular interna e a recusa dos CTT em efetuar o reembolso, não têm enquadramento legal e deixam passageiros sem direito ao reembolso de várias dezenas de euros.

A anteposta de lei que hoje debatemos, perante interesses contraditórios - dos passageiros e das companhias aéreas - protege, acima de tudo, o interesse da parte com menos recursos, a parte com menor poder que são os o passageiros.

Na legislatura passada, o Bloco de Esquerda trouxe a este Parlamento uma proposta com o mesmo objetivo. Foi há pouco mais de um ano. Na altura, a iniciativa foi rejeitada, após dois empates na votação, com a abstenção do PS, do PSD, do CDS e da IL e com os votos contra apenas do PAN e do PPM.

Se todos - ou pelo menos quase todos - concordamos que é necessário alterar este modelo, então este é o momento em que cada partido pode apresentar e defender os seus pontos de vista para podermos finalmente ter uma medida de Subsídio Social de Mobilidade que proteja os açorianos e as açorianas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também para fique claro, esta proposta não altera o modelo de transporte aéreo vigente.

Não se trata de impor novas obrigações de serviço público e por isso não é, de modo algum, o equivalente a regressar ao modelo vigente antes de 2015.

É tão somente proteger os passageiros residentes, simplificando um modelo com uma burocracia que é inconcebível manter-se nos dias de hoje.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, como foi aqui referido pelo Sr. Deputado António Lima, é exatamente idêntica a uma que foi apresentada na anterior legislatura e, só por acaso, refere aqui a questão da fraude com a qual eu devo dizer já que não é por aqui que nós a combatemos.

A forma como este diploma está redigido não tem uma única palavra sobre isso no seu articulado, apenas no seu preâmbulo.

Deputado António Lima (BE): Tem, tem!

Quer que diga “fraude”?

A Oradora: De qualquer forma, e como ponto de princípio, estamos todos de acordo de que é preciso moralizar e combater a fraude relativamente à aplicação do subsídio de mobilidade na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira. E, portanto, por aí, nós estamos de acordo.

Estamos também de acordo – e isso está no programa eleitoral do PSD – que o passageiro residente deve pagar o valor líquido do subsídio. Portanto, aí também estamos de acordo.

Mas também sabemos, Sr. Deputado, dos inconvenientes que estas coisas têm se forem feitas em cima do joelho. E, por isso mesmo, o anterior Governo na República, ainda do Partido Socialista, determinou a constituição de um grupo de trabalho para se pensar na melhor forma de conceber uma arquitetura que permitisse que o passageiro residente pudesse pagar o líquido sem com isso prejudicar as companhias aéreas.

E o que é que isso significa de *prejudicar as companhias aéreas*? Significa onerá-las com o valor a reembolsar, coisa que as companhias não querem fazer. E, portanto, no limite, isso levará a que muitas companhias saiam do mercado, com prejuízo direto para a Região.

Nós não podemos estar do lado do benefício do pagamento e do lado do prejuízo de falta de competitividade e de concorrência ao nível das transportadoras aéreas. Temos que encontrar o equilíbrio que não se encontra

neste diploma que o Sr. Deputado já apresentou o ano passado e volta a apresentar agora.

Deputado António Lima (BE): E qual é esse equilíbrio, diga lá?

A Oradora: Não se encontra aqui, porque ao passar o ónus para as companhias aéreas, estamos a levantar uma questão delicadíssima, sobretudo, junto das companhias que não a Sata Internacional que era a única que podia eventualmente poderia aceitar este tipo de posicionamento.

Deputado António Lima (BE): Quais são?

A Oradora: Queria dizer, também, que ao contrário do que se passa com a tarifa hoje, que nós defendemos que seja um esquema semelhante, a diferença é que nos Açores só temos uma companhia aérea a voar que é a SATA Air Açores - essa é que é a grande diferença. Torna-se o processo mais simples, o interlocutor é só um e não há vários tarifários dentro do mesmo avião. Quando se passa para um sistema concorrencial liberalizado, com várias companhias em que cada voo tem o seu próprio tarifário e vários tarifários dentro do mesmo voo, complexifica imenso toda a situação e torna-se impraticável. E, no limite, vai levar a que as companhias aéreas se desinteressem pelo nosso destino. E com isso, nós não podemos concordar.

Portanto, se considerarmos que a iniciativa pode ter o mérito de, não digo moralizar porque por aqui não vai, mas tem que se encontrar também a forma de o fazer. Mas passar o ónus para as companhias, também não é solução.

Portanto, temos que encontrar uma solução com um intermediário financeiro com uma arquitetura mais robusta, mais sofisticada. E isso só se consegue fazer com um grupo de trabalho, como, aliás, foi proposto e com o qual nós concordamos.

Se esse grupo de trabalho não foi avante, não foi por nossa resistência. Da nossa parte, estivemos sempre prontos para nos sentar à mesa e falar sobre esse assunto.

Quanto à questão do CHEGA, penso que teremos oportunidade de a discutir quando for à Comissão e quando passarmos a uma discussão mais pormenorizada sobre este diploma.

Deputado António Lima (BE): É igual.

A Oradora: Estou-me a referir apenas ao diploma do Bloco de Esquerda, que, aliás, tomando uma posição exatamente igual àquela que o Governo tomou o ano passado, quando foi discutido em Comissão e quando foi discutido neste Parlamento.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta situação é muito simples: a Sra. Secretária tem que agregar aquilo que se está a passar agora. Seria muito difícil passar uma borracha naquilo que se está a passar esta semana nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e não tentar fazer uma correlação com este diploma que está a ser apresentado neste Parlamento.

Aquilo que pelo menos os açorianos gostariam de ouvir, neste momento, e de ampla voz da parte da Sra. Secretária, é que dissesse a mesma coisa que disse o Sr. Secretário Regional da Madeira de que a coisa está resolvida, porque eu sei que a senhora também fez a mesma denúncia tanto à ANAC como ao IGF, mas pelos vistos, a coisa ainda não está resolvida aqui nos Açores. Não sei se é por causa da hora (sabemos que temos 1 hora de diferença), talvez seja por causa disso, mas seria bom que dissesse.

Também vejo que quer acautelar e não quer dar o ónus às companhias aéreas e eu percebo perfeitamente e até concordo. Mas da mesma forma que o ano passado o PAN fez propostas de alteração para que isso não acontecesse e que ficasse *limpinho*, também não houve uma anuência da parte da Coligação e, por isso, é que o PAN votou contra, devido aos anos em que estava a ser implementado.

Voltámos a fazer as propostas de alteração, tanto em termos de saber até onde um açoriano poderá pagar, e também que se verifique logo automaticamente se a pessoa tem residência nos Açores ou não, exatamente como acontece em Espanha já há alguns anos. E nós não vemos aqui nenhum problema, sendo que por causa disso, é que há uma hecatombe e uma desculpa para que este diploma não seja aprovado, isto é, apenas por causa do ónus das companhias aéreas.

Faça-se, então, uma proposta de alteração e isto fica *limpinho*, fica logo resolvido e pelo menos temos uma alteração, porque isto vem só da parte do Bloco de Esquerda desde o ano passado.

Eu recordo que desde 2014, neste Parlamento e na Assembleia da República, já se falava, recordo-me perfeitamente. Aliás, antes de eu ser deputado – era assessor – já estava a discutir com o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República este assunto, nomeadamente com o Sr. Presidente do PS a nível nacional, Carlos César. E essa situação era para ficar automatizada.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Ahhhhhhh!

O Orador: Mas “Ahh” o quê?!

O Sr. Deputado Passos Coelho, na altura, é que não queria falar com o PAN - peço imensa desculpa!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ahhhhhhh!

O Orador: Até o CDS falava com o PAN.

O Dr. Passos Coelho é que se calhar gosta de livros que o PAN não gosta, quer fazer com que as senhoras sejam parideiras, em vez de ter a sua igualdade, se calhar é por causa disso que não quer falar com o PAN! Mas isso são outros problemas.

Deputado Vasco Cordeiro (PAN): Bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Menos!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A anteproposta do Bloco de Esquerda tem a virtude de trazer a debate um assunto que é bastante relevante e bastante atual - o subsídio social de mobilidade.

A verdade é que sensivelmente há um ano discutimos também aqui este assunto e ficaram compromissos de ser introduzidas alterações no sistema que melhorassem de facto a vida dos açorianos e simplificassem o processo de atribuição do subsídio social de mobilidade.

A verdade é que todos nós reconhecemos aqui que este sistema que vigora não é perfeito e é importante introduzir alterações, mas é importante que essas alterações que sejam introduzidas não criem maior perturbação no sistema.

Obviamente reconhecemos isso e seria populista da nossa parte vir aqui dizer que vamos simplificar tudo, vamos dizer aquilo que as pessoas querem ouvir, mas não. Também é isso que distingue o Partido Socialista, com responsabilidade, independentemente de estar no governo ou na oposição, mantém a sua coerência sobre os assuntos. E, neste caso, é exatamente isso que defendemos.

É importante que haja alterações, sim.

É importante que se dê resposta a um problema que temos em mãos como a fraude, ela é evidente, nós não podemos negar esse assunto.

A verdade também é que a proposta do Bloco de Esquerda atua também sobre a taxa de emissão do bilhete, não atua apenas sobre a aplicação de um desconto direto, isso sim, que tem uma aplicação mais abrangente, que tem outras consequências, coisa que podemos aqui aprofundar, mas também atua, ao limitar a taxa de emissão do bilhete a um preço máximo de 30 euros, para efeitos de elegibilidade. E isso também merece ser discutido neste Parlamento. E essa também é uma forma de nós conseguirmos obter aqui um consenso sobre

uma alteração que pode ser introduzida, não de proposta de lei, e que pode até ser aperfeiçoada na Assembleia da República, isso é possível ser feito. E nós devemos dar resposta aos problemas que existem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não é aqui.

O Orador: E limitando a taxa de emissão do bilhete, pode ser um primeiro passo. E esta anteproposta de lei tem mais força do que determinada circular que aparentemente anda a circular por aí e que causa perturbação aos passageiros.

Portanto, nós não podemos continuar a ignorar o problema sem apresentar soluções.

O Partido Socialista não concorda na íntegra com a proposta do Bloco de Esquerda. Já aqui dissemos no passado e voltamos a reiterar hoje, porque ela implica riscos acrescidos para a mobilidade dos açorianos, porque o sistema tem que garantir um equilíbrio entre várias partes. Tem que garantir a mobilidade dos açorianos, obviamente. Tem que ser atrativo para as companhias áreas - sem companhias não há mobilidade. E também tem que ser sustentável para o Estado. Há aqui um equilíbrio entre três interessados que tem que ser garantido. E a aplicação do desconto direto como aqui é preconizado pelo Bloco de Esquerda, tem riscos que evidentemente são reconhecidos pela própria ANAC no parecer que deu há um ano. Esses riscos também são reconhecidos pela própria SATA como companhia aérea interessada na matéria. E nós não ignoramos esse assunto e dizemos aqui com toda a responsabilidade. Porém, continuar sem fazer nada, não nos parece que seja a solução. E há um ano quando tivemos a discussão deste assunto neste Parlamento a Sra. Secretária Regional Berta Cabral disse que era necessário reativar o grupo de trabalho que existia.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E continuo a dizer!

O Orador: Isto foi a 14 de fevereiro de 2023, já passou mais de um ano, Sra. Secretária.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É o Governo da República!

O Orador: Oh Sra. Secretária, nós não podemos continuar sempre a imputar responsabilidades aos outros, como se nós não as tivéssemos.

Sra. Secretária Regional, corrija-me se estiver errado: deste grupo de trabalho faz parte um interlocutor indicado pelo Governo Regional dos Açores correto?

Qual é a posição do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já disse qual era.

O Orador: Não, Sra. Secretária.

Com o devido respeito, a Sra. Secretária empurrou para a frente.

A Sra. Secretária disse aqui – parece uma contradição - que não faz sentido passar o ónus para as companhias áreas. Mas, depois, diz que deve aplicar-se o mesmo modelo da tarifa Açores.

O ónus recai então sobre quem?

Passa para a companhia aérea?

Então a Sra. Secretária explique logo que é uma contradição. É importante clarificar esta matéria.

O grupo de trabalho continua a não produzir resultados e nós não sabemos a posição do Governo. E, aparentemente há aqui uma maioria que quer inviabilizar a discussão de soluções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelo contrário!

O Orador: E é isso que é preciso assegurar.

O Partido Socialista defende um modelo que seja atrativo, obviamente e que garanta a mobilidade para os passageiros, que seja atrativo para as companhias aéreas e que também seja sustentável para o Estado. Evidentemente, é preciso introduzir alterações e durante a última legislatura na Assembleia da República, não foi possível concretizar aquele que tinha sido um compromisso de desmaterializar o processo de reembolso, isso não foi possível de concretizar. Mas continuamos a defender, que é importante que haja um modelo que garanta maior concorrência, que garanta que haja companhias aéreas interessadas e que também garanta a proteção dos residentes e que o sistema seja mais atrativo para o residente e não o onere no processo de reembolso.

Claro que não é uma solução fácil, mas é importante caminharmos rapidamente para apresentar soluções e através da taxa de emissão do bilhete, nós estaremos a dar uma resposta, se for essa a intenção deste Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu esperava, espero até com alguma antecipação, a intervenção (se é que haverá) do PSD sobre esta matéria.

Mas se calhar vou ter que incentivar a intervenção do PSD sobre este assunto, porque suspeito que não haja muita vontade da parte daquela bancada, mas já lá vamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS já incentivou!

O Orador: Sra. Secretária, vamos começar pelo princípio: **fraude**.

A Sra. Secretária diz que não se fala de fraude no diploma.

Bem, queria o quê?

Que nós escrevêssemos no diploma que a fraude é proibida?!

É óbvio que a fraude é proibida, são as alterações, no que diz respeito à taxa de emissão do bilhete, que é isso que leva a que haja agências de viagem com taxas de emissão de centenas de euros...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso não é fraude, é um abuso!

O Orador: É um abuso.

Mas a senhora não quer combater o abuso. A senhora quer deixar tudo como está e não é de agora. Já o ano passado quando chumbaram esta proposta e a inviabilizaram, a senhora ficou aí sentada na sua cadeira e nada fez.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Que horror!

O Orador: Não concorda com a proposta, mas não faz outra. O que está a fazer é proteger a fraude e o abuso. E a consequência da inação do Governo é não só prejudicar as pessoas que têm que adiantar centenas de milhares de euros, como é prejudicar o erário público e proteger a fraude e o abuso.

Por isso, essa responsabilidade ninguém atira e do seu Governo, porque ficar sentada a dizer que esta proposta não serve, que a medida atual tem problemas, leva a abusos, tem que ser alterada e é preciso um grupo de trabalho, mas o que é que fez? Nada!

Sra. Secretária, a sua posição não pode ser essa de estar sentada a dizer que a proposta não presta, mas não apresentar nenhuma alternativa.

Eu fico à espera da alternativa do PSD, mas eu digo-lhe qual é a vossa proposta.

Nós tivemos uma campanha eleitoral há dias ou já se esqueceram?!

Deputado Joaquim Machado (PSD): A gente não esqueceu!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Não é possível a gente esquecer-se da vitória!

O Orador: Eu vou ler qual é a posição do PSD sobre esta matéria em 27 de fevereiro de 2024. E a fonte é a mais credível de todas, a página da internet do PSD.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso é verdade!

O Orador: E cito: “o cabeça de lista da AD, Paulo Moniz, defendeu que a República aplique um modelo semelhante ao da tarifa Açores, revendo o modelo de reembolsos de subsídio social de mobilidade nas passagens aéreas entre os Açores e o continente”.

(Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa)

O Orador: Muito bem. Vamos continuar.

“O candidato social-democrata advoga que os passageiros paguem somente 134 euros, retirando a burocracia inerente ao processo de reembolso das passagens que obriga as pessoas a terem quantias consideráveis para avançar, se quiserem viajar e depois da viagem terem que ir levantar o reembolso”.

Ora, esta posição do Deputado Paulo Moniz eu subscrevo na íntegra. Esta posição é concretizada com a proposta que nós fazemos com a qual a Sra. Secretária diz que não concorda!

Então qual é a posição do PSD?

O PSD andou a fazer campanha eleitoral e a pedir o voto dos açorianos, a dizer que queria que esta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda fosse implementada. E chegam aqui ao Parlamento dos Açores e a proposta não serve, não resolve os problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, a sua proposta é que não serve. O senhor confunde as coisas.

O Orador: Fraude política é a posição do PSD!

Andar a enganar as pessoas, a fazer campanha com uma proposta que depois dizem que não serve, isso é que é uma fraude política! Por isso eu espero com antecipação, qual é a posição do PSD sobre esta matéria e o que é que tem a dizer sobre a posição do Deputado Paulo Moniz.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre este assunto, acho que todos concordamos que os açorianos deveriam pagar 134 euros *tout cour* e ponto final, não se falava mais do assunto.

Portanto, sobre essa matéria, penso que estamos todos esclarecidos.

Sobre o esclarecimento da iniciativa do Bloco de Esquerda é eu continuo mais ou menos na mesma, apesar de ela já ter baixado à Comissão, estar relatada e já ter sido aqui votada. E se bem se lembram, o voto da Iniciativa Liberal, se bem se recordam – tal como o PSD, e penso que também do PS e do CDS – foi de abstenção.

Portanto, o nosso sentido de voto, neste momento, sempre reiterando a importância de se olhar para este assunto, não só pelas razões das fraudes, não só pela demora nas filas dos CTT, não só pelos abusos das agências de viagem, mas pela complexidade do processo, o Deputado da Iniciativa Liberal não se sente confortável a votar uma iniciativa nesta Casa, sem ela ser mais

aprofundada. Nem esta, nem a do CHEGA nem outra qualquer que seja apresentada nessas circunstâncias.

Deputado António Lima (BE): Então porque é que votou a favor da urgência?!

O Orador: O Sr. Deputado já vai perceber porque é que eu votei a favor da urgência.

O que me parecia sensato, era que esta Casa aprofundasse mais estas duas iniciativas. Mas percebendo, talvez erradamente, que a grande maioria da câmara queria fazer hoje aqui o debate da iniciativa do Bloco de Esquerda, pois votei a favor da urgência.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação e do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades)

Se é para fazer, porque é que eu havia de estar aqui a teimar numa coisa que todos queriam fazer (o debate) aqui hoje?

Vamos perceber, depois da votação e debate da iniciativa, as razões desta unanimidade na urgência.

Vamos perceber, Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Mas eu não disse nada!

O Orador: Mas para dizer e reiterar, porque é importante que os açorianos percebam isto: ninguém aqui está a favor das fraudes, ninguém aqui está a favor dos abusos das agências de viagem, ninguém aqui está a favor dos açorianos continuarem a ir para a fila dos CTT receber os reembolsos.

O que se está aqui a fazer é ser cuidadoso, como já foi dito pelo Sr. Deputado Carlos Silva, numa matéria que é sensível, que tem enormes riscos e que apesar de tudo, apesar das fraudes, apesar das filas, apesar dos valores avultados, está a funcionar. Goste-se ou não, e nenhum de nós gosta do modelo, mas o que é facto é que o modelo está a funcionar e mexer neste modelo interfere nos negócios dos agentes de viagem - nós não estamos o direito de dizer quanto é que lhes custa emitir um bilhete ou não, mexe **perigosamente** na liberdade de escolha dos açorianos em relação à companhia aérea em que querem voar, porque as companhias *low cost* não vão ficar à espera do Governo lhes pagar as transferências que têm que pagar, até porque essas companhias têm preços baixos, porque tiram da sua operação comercial custos acrescidos precisamente nessas áreas e, portanto, não vão querer entrar neste jogo. E isto tudo põe em arrisco a mobilidade dos açorianos, apesar de resolver outros problemas. Por isso, nós não estamos seguros nem estamos confortáveis a aprovar esta medida aqui nesta Casa, com esta velocidade e com esta urgência. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Estamos aqui perante esta proposta do Bloco de Esquerda, sobre a qual muito já foi dito. Acho que há uma preocupação comum e isso foi verificado no debate que se fez quer no passado quer naquilo que já foi dito hoje aqui, ou seja, de que que efetivamente é necessário melhorar este modelo que está implementado, para que os passageiros também tenham outras condições, principalmente financeiras, dos valores pagos hoje. E, por isso, essa simplificação do processo para o passageiro sem dúvida que é importante; sem dúvida é importante que exista um modelo que não esteja sujeito a estas situações de fraude que foram recentemente noticiadas e cujos trâmites legais do processo de averiguação de toda toda essa situação estão a decorrer. E acho que é unânime e reconhecido por todos os partidos políticos essa necessidade. No entanto, o Bloco de Esquerda apresenta-nos uma iniciativa idêntica àquela que foi apresentada, sobre a qual tivemos, na altura, algumas reservas, as quais mantêm-se. Primeiro, porque efetivamente temos que ter um modelo que resolva estas duas problemáticas, sem dúvida. Temos que ter um modelo que seja centralizado na República, uma vez que esta é uma responsabilidade da República. E, por isso, consideramos que a proposta aqui apresentada não garante que este aspeto seja resolvido e até na discussão passada desta matéria, havia o receio de existir uma decisão da República em optar por atribuir um montante à Região para esta gerir, podendo até eventualmente esse montante ser insuficiente e ficarmos perante uma situação ainda de maior dificuldade do que aquela que hoje em dia vivemos.

Por isso, sem dúvida que é necessário garantir que tenhamos um modelo novo, que dê resposta essencialmente a estas duas situações, que seja um modelo que reúna diversos equilíbrios para não pôr em causa passarmos a estar com um modelo novo, mas que continua a ser prejudicial para os Açores e para os açorianos. E é isso que nós não verificamos nesta proposta idêntica àquela que já foi discutida em Comissão e que foi votada nesta Casa, não é esta proposta que há um ano na respondia a estas nossas reservas que hoje passa a responder, por mais que esta seja uma matéria pertinente, por mais que percebamos que é uma proposta do Bloco de Esquerda bem intencionada e que tenta colmatar esta situação, mas segundo a nossa análise desta proposta, não nos garante que efetivamente estas questões fiquem resolvidas.

Claro que gostaríamos – ainda para mais perante as notícias que têm saído diariamente – era que tivéssemos hoje uma proposta que pudéssemos votar nesta Casa e que fosse resolver essas problemáticas com que os açorianos se deparam, como é óbvio. Mas não vai ser por termos todos os dias notícias a sair

sobre os problemas que estamos a viver no subsídio de mobilidade, que nos vão fazer aprovar uma medida que nós acreditamos que não vai resolver de todo a situação.

Por isso, não é este aproveitamento que estamos a ver na Região, que nos vai levar a votar a favor da proposta do Bloco de Esquerda, porque realmente temos e já tínhamos reservas no passado. E não é por ter passado este período temporal e por aquilo que tem vindo na comunicação social sobre essas dificuldades que nos vai fazer aprovar essa iniciativa. Mas acho que é unânime que esse trabalho tem que ser feito.

A Sra. Secretária e o Governo Regional têm demonstrado sempre interesse em ultrapassar estes constrangimentos, sendo que - da parte do Grupo Parlamentar do CDS é imprescindível - este novo modelo que necessitamos seja centralizado naquilo que são as obrigações do Governo da República, não correndo outro tipo de riscos que possam colocar-nos numa situação ainda mais prejudicial do que aquela que estamos a viver hoje.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta matéria do subsídio de mobilidade naturalmente é matéria que convoca consensos na Região. E creio interpretar bem tudo o que aqui foi dito, podendo concluir que, de facto, é uma matéria de primordial importância para todos os açorianos. Porque, de facto, a nossa mobilidade em direção ao destino continental, pode e deve ser facilitada pela existência deste subsídio de mobilidade que, do nosso ponto de vista, se tal fosse possível e comportável nas contas do Estado, devia ter até um valor bastante inferior, dando corpo verdadeiramente àquilo que é o princípio da continuidade territorial.

Dito isto, parece-me também consensual toda a avaliação que fazemos deste modelo vigente, quando é uma certa carga burocrática que ele implica, alguma morosidade entre o processo de entre o tempo de pagamento e o tempo da retribuição do valor que é devido ao passageiro e, bem assim, da sua imperfeição quanto a acautelar situações de duvidosa legalidade ou mesmo de atos fraudulentos. E, portanto, nessa medida, julgo que estamos todos unidos à volta deste consenso e da necessidade de se fazer alguma coisa para que esta situação possa efetivamente ser alterada.

Isto não significa que no caminho que se fez até agora não haja responsabilidades a atribuir. E, desde logo, convém lembrar, como também já fez o Sr. Deputado António Lima, que em 2017 o Governo da República, pelo então Ministro das Infraestruturas Pedro Nuno Santos, se comprometeu na Assembleia da República com a criação de um grupo de trabalho para fazer o

estudo desta matéria, já então com dois anos de vigência do diploma que regula a mesma e na presença de dificuldades e de imperfeições que se considerava importante serem ultrapassadas.

Deputado António Lima (BE): Já fez a sua proposta?

O Orador: Um grupo de trabalho que pudesse fazer propostas de levar a um modelo mais aperfeiçoado (ou menos imperfeito) do que aquele que era vigente.

Comprometeu-se a fazê-lo, em dois meses.

Em maio de 2017, passados os dois meses, nada estava feito.

Deputado João Castro (PS): O modelo é de 2020.

O Orador: Nem tão pouco a circunstância do Bloco de Esquerda estar também nesse Governo, como seu suporte...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, bem lembrado!

Deputado António Lima (BE): Mas quem é que estava no Governo?!

O Governo era de Passos Coelho!

O Orador: ... com uma coligação formalmente subscrita nos princípios, mas nem assim, passados os sessenta dias, o grupo de trabalho foi constituído.

Em novembro desse mesmo ano, novo compromisso de em sessenta dias se voltar a constituir o tal grupo de trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem era o Ministro?

O Orador: Pedro Nuno Santos era o Ministro, Sr. Deputado.

O grupo de trabalho que envolveria os Governos Regionais, a Inspeção Geral de Finanças e a ANAC, parece que na verdade nunca foi constituído, ou melhor, terá sido constituído, porque em maio de 2018, já no ano seguinte, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, interpelado sobre esta matéria, disse, “bom, as coisas não estão ainda concluídas”. E este “ainda” não deve ser tomado apenas como circunstância semântica, é porque alguma coisa estaria a ser feita.

Em 2019, o Deputado do PSD na Assembleia da República, Paulo Moniz, fez um requerimento a solicitar informação sobre o produto do trabalho desse dito grupo, incluindo a composição do grupo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acho que era o Deputado João Castro que estava lá.

O Orador: Sobre a composição do grupo, nem o Ministro Pedro Nuno Santos respondeu ao requerimento, nem depois o seu sucessor, o Ministro Galamba respondeu ao requerimento. E, porventura, hoje estamos ainda na dúvida de quem constituiu esse grupo de trabalho, ainda que o (hoje) Sr. Deputado Vasco Cordeiro possa dar aqui uma achega, porque tendo em conta a resposta que deu em 2018, nos queira revelar quem é que efetivamente nessa altura, pela parte do Governo Regional, participou no grupo de trabalho e o que é que se avançou neste domínio.

Dito isto acho que este projeto de diploma do Bloco de Esquerda é feito à medida daquilo que é politicamente o Bloco de Esquerda: é muito *surfista*; vem uma onda e tenta apanhar, só que ela às vezes é pequena e não dá para fazer os slides e todos aqueles outros movimentos. Porque, de facto, esta proposta do Bloco de Esquerda é exatamente a mesma que nós apreciámos em fevereiro de 2023,

O Orador: Ou seja, há catorze meses atrás, exatamente a mesma, aliás, a sua intervenção ali da tribuna também foi exatamente a mesma que fez há dois anos, com dois indecisos, apenas diferentes. Mas não é isso, Sr. Deputado, que é o mais importante. O mais importante é que esta proposta surge ao sabor das notícias mais recentes, desde logo, pelo seu título, ela revela muito bem isto que estou a afirmar, porque, de facto, o título desta proposta é “simplifica e previne as eventuais fraudes, do subsídio de mobilidade”, quando eu acho que isso não deixando de ser importante, o essencial daquilo que nós temos para discutir, decidir e propor à República, é um modelo de subsídio de mobilidade que seja mais vantajoso para os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Em 2022 era a mesma!

O Orador: E não centrar apenas na questão da prevenção da fraude. A bancada do Partido Socialista, não sei qual será o seu sentido de voto sobre esta matéria, lembro que o PSD, tal como há catorze meses atrás, se absteve na proposta primeira – que é esta mesma - do Bloco de Esquerda, mas quando o Sr. Deputado Carlos Silva diz que não podemos continuar a não fazer nada, também estamos de acordo consigo. De facto, não fazer nada foi aquilo que o Governo da República fez desde 2017, ou seja, foi sete anos depois de se ter identificado que o modelo não era perfeito em todas as suas vertentes...

Deputado Carlos Silva (PS): Todos nós temos responsabilidade. Mas então qual é a solução?

O Orador: ... isto é, na prevenção de situações, porventura ilegais, naquilo que diz respeito ao interesse e ao direito dos açorianos, nada foi feito.

Como se vê, nós não estamos em inviabilizar a discussão desta matéria, pelo contrário, nós queremos é discutir esta matéria de forma aprofundada, séria, rigorosa e consequente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, por isso mesmo, já votámos a favor da urgência da iniciativa do CHEGA, por forma a que, em sede de Comissão, se possa fazer precisamente esse trabalho.

Deputado António Lima (BE): Então porque é que não votaram contra a urgência?

O Orador: Terminei dizendo que julgava que o Bloco de Esquerda ainda só se recriava com a leitura do *Livro Vermelho* do camarada Mao Tsé-Tung, mas vejo que aí, então, há sinceramente uma evolução positiva. Continue, Sr. Deputado, a fazer leituras no site do PSD, porque acho que algumas lhe vão ser muito benéficas. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que se conclui das diversas intervenções sobre esta matéria, várias do PSD, da Iniciativa liberal e, em certa medida do Partido Socialista, é que é preciso fazer alguma coisa. E esta proposta já foi debatida no ano passado, como já aqui foi referido. É preciso fazer alguma coisa, isto não está bem, é preciso melhorar, é preciso fazer. Mas onde é que estão as propostas?!

Passou-se mais de um ano e eu não vi nenhuma proposta do PSD, nem do Governo, nem da Iniciativa Liberal ou do PS.

Onde é que estão as propostas?!

Qual é a alternativa? Qual é a solução?

Em que medida, Sr. Deputado Joaquim Machado, é que esta proposta não concretiza a proposta do Deputado Paulo Moniz? Explique-me!

O Sr. Deputado Joaquim Machado vem dizer que o título surgiu agora a reboque de notícias. Vamos lá ver, esse título já vem na proposta apresentada em 2022 - sejamos um bocadinho rigorosos e sérios no debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ninguém consegue acompanhar o Bloco nessa *superioridade intelectual!*

O Orador: Eu sou muito sensível, e o Bloco de Esquerda também, à necessidade de debater as propostas e analisá-las eventualmente em Comissão. Acho que os partidos têm esse direito e nós já fizemos o mesmo, quando consideramos que uma determinada proposta deve baixar a Comissão.

Mas, Sr. Deputado Joaquim Machado, então se o PSD acha que esse assunto deve ser analisado em Comissão, porque é que votou a favor da urgência?! Explique-me!

Se acha que essa proposta devia ser analisada em Comissão, porque é que votou a favor da urgência? Porquê?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que propôs a urgência!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Porque é que não baixou à Comissão também?

O Orador: Eu explico-lhe porque é que votou a favor da urgência. Votou a favor, aprovando a urgência sem dispensa de exame em Comissão da proposta do CHEGA que, já agora, é idêntica à nossa – vamos perceber do que é que estamos a falar, a proposta do CHEGA é uma cópia da nossa proposta e, sejamos sérios, não há nenhum problema em copiar aquilo que está bem, é uma prática – tenho-o dito várias vezes, mas aquilo que o PSD quer é chumbar a proposta do Bloco de Esquerda para aprovar a proposta do CHEGA. E cá está a funcionar a coligação informal, envergonhada PSD/CHEGA.

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é uma cópia, é parecida!

O Orador: É disso que se trata!

Não é mais do que isso, porque a proposta do CHEGA é igual à proposta do Bloco de Esquerda.

É uma cópia com alguns erros, mas é uma cópia!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só mais uma nota sobre este debate e sobre esta questão que me parece pode contribuir para que este assunto ande mais depressa e para que nós não estejamos aqui a correr riscos de mandar para a República uma anteproposta de lei que depois fique por lá a *marinar* também na Assembleia da República e que sirva apenas para algumas forças políticas dizerem que tomaram a iniciativa...

Deputado Flávio Soares (PSD): Ora bem!

O Orador: ... e resolveram os problemas dos açorianos, porque no fim de contas é o que me parece que está a acontecer aqui, isto é, uma competição entre o Bloco de Esquerda e o CHEGA para ver quem é que ganha essa luta na solução dos problemas que tem o subsídio de mobilidade.

Eu vou repetir:

Ninguém aqui nesta Casa está de acordo com as fraudes, ninguém está de acordo em ir para as filas dos CTT, ninguém está de acordo com o valor excessivo que é pago pelas passagens.

Nesse sentido, eu deixava uma palavra, ou melhor, uma exortação, ao Grupo Parlamentar do PSD, ao Partido Social Democrata, ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, ao partido do CDS/PP, ao Deputado do PPM, ao partido PPM, para que ponham este assunto na agenda de Luís Montenegro.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é que era de valor!

O Orador: Ponham este assunto rapidamente na agenda dele, porque isso é que seria, de facto, uma demonstração do Governo da República e da maioria que

está lá constituída de que aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Salomé Matos daquela tribuna na 3ª feira de manhã, será de facto respondido assertivamente ao povo açoriano: o empenho do Governo da República numa solução para o subsídio de mobilidade aos cidadãos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Esta questão já está na nossa agenda, está no nosso programa de Governo. Aliás, eu vou ler o que é que está no programa do Governo:

“Articular com o Governo da República um sistema expedito de atribuição de subsídio social de mobilidade, de modo a garantir que os açorianos não tenham pagar mais do que o valor máximo de passagem que consta das obrigações de serviço público”. É isto que está na nossa agenda e no programa do Governo.

Agora, é evidente que o Governo acaba de tomar posse.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

O Orador: Tanta impaciência.

Já há gente a pedir ao Governo da República, que está há uma semana em funções, para resolver problemas que não foram resolvidos na última década!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): A gente vai estar calados porque o senhor quer!

O Orador: Nomeadamente o Sr. Deputado Francisco César que já está a esbracejar dizendo que há atraso e há urgência em resolver questões. Um Governo com uma semana que substitui outro que esteve quase uma década em funções e em que nenhuma daquelas questões foi resolvida.

Portanto, meus Senhores, nós vamos resolver a questão. É esse o compromisso que está aqui no programa de Governo, que é “articular com o novo Governo da República” e resolver esta questão. Mas não com os riscos que esta proposta, feita desta forma, pode significar para a Região Autónoma dos Açores e para as suas ligações ao exterior.

Obviamente que há um conjunto de riscos se não existir uma articulação prévia com o Governo da República e outras entidades. Agora, as coisas não é por se fazerem mais depressa que se resolvem, ou aquele que apresenta mais

depressam é sim aquele que faz bem e nós vamos fazer bem e também posso acrescentar que também vamos fazer depressa.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a necessidade que o Sr. Secretário Regional tinha de falar do programa do Governo Regional dos Açores para me dar essa resposta, utilizando esta habilidade parlamentar para atacar o Partido Socialista por via da minha exortação.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Está pior do que o Padre António Vieira!

O Orador: Mas sabe V. Exa. que quando fiz essa exortação tinha presente o programa do seu Governo, mas também tinha diante de mim aquele que ficou conhecido há horas, como o programa do XXIV Quarto Governo Constitucional, onde a palavra **mobilidade** aparece uma vintena de vezes, mas nenhuma delas é sobre o subsídio de mobilidade para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Homessa!

O Orador: Foi por isso que entendi fazer esta exortação ao Governo dos Açores e às bancadas que aqui constituem o mesmo Governo e que suportam o Governo da República.

E, Sr. Secretário, numa coisa tem razão: ninguém aqui espera que se resolva numa semana ou em 40 dias os assuntos que estão por resolver há muito tempo. Mas se não se pegar neles, nunca ninguém chega a tê-los resolvidos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma nenhuma quis responder ao Partido Socialista. Se o quisesse fazer tê-lo-ia feito diretamente.

V. Exa. é que falou em agendar a questão e eu disse-lhe que a questão já está agendada desde o início a partir do momento em que está no programa do

Governo. É um compromisso do Governo dos Açores e os compromissos são para cumprir. E, portanto, da nossa parte existe este propósito.

Ao longo da legislatura, teremos oportunidade de verificar se temos mais sucesso, mais vontade, mais determinação que os governos anteriores do Partido Socialista ou governos anteriores da República. Vamos ver, teremos a oportunidade de verificar isso.

O que eu lhe disse é que em relação à sua preocupação, nós já a tínhamos e já a incluímos dentro do programa do Governo que é o nosso contrato, é uma espécie do contrato social que foi apresentado aos açorianos. É um compromisso e nós vamos cumpri-lo.

Depois, é importante também dizer-lhe que da parte do Governo dos Açores, obviamente nós já estamos a fazer o nosso trabalho, já estamos a fazer o que é necessário fazer. Agora, eu percebo a urgência de alguns intervenientes neste debate. Percebo a urgência em que se resolva, porque de facto esta questão está muito atrasada. Há muito tempo que estamos para tentar resolver esta questão. E percebo que exista uma enorme urgência, mas temos que convir, não é numa semana que se resolvem questões que durante 10 anos outros não conseguiram resolver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oh Sr. Secretário, quem o viu e quem o vê! V. Exa. passou dum *secretário-sombra* para uma *sombra* de secretário!!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e do Deputado António Lima)

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Partilhamos a *sombra*!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas eu ao menos já estive ao *sol*.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Suponho que V. Exa vá para outra *sombra*!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional, Paulo Estêvão diz que *estamos a fazer o que é necessário fazer*. E isso é o quê? O que é que estão a fazer?

Têm alguma proposta para apresentar? Alguma proposta a apresentar ao Governo da República? Já está feita? Podemos conhecê-la?

Ela Foi feita quando? Em 2020? Em 2021? Ou em 2022?

É que o Governo não tomou posse há uma semana. Eu estou a falar do Governo Regional, não estou a falar do Governo da República.

É que este assunto já foi por demais debatido, esmiuçado, já foi por demais explorado de todas as formas possíveis e imaginárias, toda a gente conhece os problemas. E o problema é que há muita gente que não tem 1000 euros ou 2000 euros para adiantar e sair dos Açores, não tem!

O que estão a fazer ao dizer que esta proposta até está exatamente em linha com aquilo que o PSD tem defendido em campanha eleitoral – mas não vão aprovar, porque sabe-se lá, vamos tratar de outros negócios pelo meio – é dizer às pessoas que vão continuar a ter que adiantar 1000, 2000 ou 3000 euros para sair dos Açores. E aqueles que não conseguem ir buscar o reembolso aos CTT agora, porque lhes disseram que há uma circular que não permite, vão ficar à espera sem que este Parlamento tome uma posição. É evidente que a proposta não vai resolver já amanhã, porque tem que ser a Assembleia da República a alterar, mas este Parlamento tomaria uma posição se não fosse a inércia e a tentativa clara de proteger interesses que eu não sei quais são...

Deputado Flávio Soares (PS): Quais interesses, Sr. Deputado?!

O Orador: ... mas querem exatamente manter a proteção desses interesses, porque não querem mexer neste modelo.

É por isso que não se sai daqui e debate-se este assunto ano após ano. E quem criou este modelo em 2015 - Passos Coelho - já saiu através da *penumbra* para se mostrar agora mais conservador do que do aqueles do tempo da *outra senhora*, mas continuamos na mesma.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Só o senhor é que é sério aqui dentro!

O Orador: E pela maioria que aqui se forma, pela estagnação, pela ausência de soluções para as pessoas, vamos ficar exatamente na mesma. E isso é lamentável, mas nós não vamos desistir de alterar este modelo, de afirmar essa posição.

Seja aqui seja na Assembleia da República, este problema e estas propostas de alteração a um modelo que não serve a maioria das pessoas, da nossa parte, vão ser colocadas em cima da mesa sempre que necessário.

Este pode servir a muita gente, como se tem visto, que tem ganho milhões à conta deste modelo, mas não serve a maioria das pessoas que por ele tem muitas vezes que pedir dinheiro emprestado para conseguir sair dos Açores. E isso é lamentável. E não é para passear nem para ir de férias. É muitas vezes por motivos de saúde muitas vezes. E isso é lamentável. E aquilo que estão a fazer é manter esta injustiça social por mais meses ou anos até.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para intervir no debate.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, e também o Sr. Deputado Nuno Barata obrigam-me a vir este debate relativamente à apresentação do programa do Governo da República, no que diz respeito especificamente a este tema. Mas o Bloco de Esquerda particularmente, é um bocado estranho a sua forma de exigir as coisas. O senhor que este Governo fale com o Governo da República, insistentemente, e resolva de imediato este assunto com o Governo da República, mas prepara-se para daqui a dias aprovar uma moção de rejeição do programa e para deitar abaixo um governo e ele nem sequer tomar posse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Ninguém o entende!

Srs. Deputados, e já agora, Sr. Deputado Nuno Barata:

Programa do Governo da República, vou só ler se - me permitem - porque acho relevante estabelecermos esta diferença relativamente àquilo a que assistimos há pouco tempo, nomeadamente quanto à pasta de transição:

“No plano da governação e das relações do poder político da República, o reconhecimento da insularidade com as oportunidades e dificuldades inerentes é decisivo e justo” - diz o programa do Governo. E depois continua:

“No plano da governação e das relações do poder político da República, esse reconhecimento envolve um permanente esforço de respeito e aprofundamento da autonomia regional nas suas diversas dimensões, política, financeira e económica. Implica, também, a materialização e uma abordagem de lealdade, diálogo e solidariedade com vista à construção de uma verdadeira coesão territorial”.

E agora para o que importa mais nesta discussão:

“O diálogo permanente e leal deve envolver a atualização da Lei das Finanças Regionais, da repartição de competências, designadamente sobre o espaço marítimo, e de certas condições para a prestação de serviços públicos nos territórios das regiões autónomas” – só aqui já vamos a léguas daquilo que o Partido Socialista sequer referia às regiões autónomas.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é só conversa!

O Orador: E continua: “implica também o cumprimento de compromissos nacionais assumidos com o financiamento de investimentos públicos nas regiões autónomas” – estou-me a lembrar do furacão Lourenço – “e a exploração de possibilidades adicionais.

E agora, Srs. Deputados Nuno Barata e António Lima:

“A insularidade e a localização ultraperiférica no quadro europeu justificam, um

grau de discriminação positiva...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso dá para tudo, não especifica nada!

O Orador: que tem necessariamente de se concretizar várias políticas nacionais, designadamente no domínio dos transportes e comunicações inter-ilhas e entre ilhas e continente, mar, agricultura, turismo, fiscalidade, fundos europeus ou presença de serviços públicos”.

Srs. Deputados, eu acho que dificilmente encontrarão um Governo da República com tanto empenho em resolver as questões da autonomia.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era suposto intervir, uma vez que esta matéria está a cargo da nossa colega Olivéria Santos, no entanto achei por bem esclarecer algumas coisas.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, caro e velho amigo Nuno Barata...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Da altura do CDS.

O Orador: Exato, da altura do CDS.

Ao contrário de alguns, eu não me envergonho do meu passado e orgulho-me dele...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... porque tudo o que fiz no passado fiz bem feito, enquanto outros têm que esconder o seu passado, porque o que fizeram no passado foi mal feito. Que isso fique já esclarecido para os senhores e para todos. Tudo o que eu fiz foi bem feito. Tenho muito orgulho de ter pertencido ao CDS. Tenho muito orgulho de ter ido nas listas de PPM e nas listas PSD. Eu sou um cidadão participativo, enquanto outros são preguiçosos na cidadania. A única coisa que sabem fazer é atirar pedras.

Perdoe-me, Sr. Presidente, não é este o tema em discussão, só que às vezes é preciso também explicar às pessoas que ainda há homens com **H** grande, que gostam de participar na democracia; e há uns homens com **H** pequenino que a única coisa que sabem fazer é atirar pedras àqueles que participam. Embrulhem!

Sr. Presidente, Sr. Deputado, caro e velho amigo, nas nossas divergências, no nosso passado comum, mas discordamos.

Este modelo não serve os açorianos, não serve as famílias açorianas.

Sim Sr. Deputado António Lima, não serve, porque uma família não tem 1500 ou 2000 euros. E não importa se são deslocações de saúde, pode ser para ir dar um passeio a Braga ou ao Algarve ou onde eles quiserem. Aqui é Portugal. No meu bilhete de identidade diz Portugal, eu sou português, eu quero um mecanismos que eu possa circular dentro do meu país. A única coisa que eu tenho visto ser feito com isto é politiquice barata. Pusemos a urgência, porque achámos por bem. Precisamos de amadurecer, precisamos de ouvir, com certeza, é assim que a democracia funciona.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Isto não tem a ver com o negócios, não tem a ver com compadrios, porque os senhores quando fazem os vossos...só Deus é que sabe!

Nós aqui estamos a trabalhar para o povo açoriano, aquele povo que ali está. Nós temos que resolver este problema. Estivemos aqui o ano passado com este diploma, estamos novamente e vamos estar com este diploma as vezes que forem necessárias. Não é aceitável que um cidadão, uma família açoriana, tenha que pagar 1500 ou mais para chegar a Lisboa. Não é aceitável e eu nem sequer vou falar de saúde. Eu falo de passar férias. Cada um faz com a sua vida o que bem lhe apetece.

Nós não podemos estar presos nos Açores, como se isto fosse uma gaiola. E fico muito preocupado se o novo Governo da República não levar este e outros assuntos a sério. Mas cá estará o Grupo Parlamentar do CHEGA/Açores para fazer o barulho necessário onde for e com quem for, nem que seja com o meu próprio partido. Eu nunca tive medo de dizer as coisas. E as coisas dizem-se é desta forma, porque eu vi no passado os deputados do PS não levantarem a voz sobre isso e é uma vergonha!

Deputado André Rodrigues (PS): Já cá faltava!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA e de alguns Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta proclamação do CHEGA, já sabemos que vai votar a favor desta iniciativa, por isso já estamos mais descansados.

Eu pedi a palavra novamente para reiterar a pergunta que fiz há pouco à Sra. Secretária Regional Berta Cabral, sobre o facto de na Madeira o subsídio social

de mobilidade já ter sido revertido, pelo menos já há uma resposta da parte do IGF e também aproveitando estes canais de comunicação – estamos em direto na RTP, os açorianos estão todos a ver - basta uma palavrinha para me responder, a senhora tem 11 minutos, mas em 20 segundos podia-me responder se também já está resolvido e revertido nos Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra nesta altura do debate, também na sequência daquilo que foi a última intervenção do Sr. Deputado António Lima para lhe dizer que lamentável é a sua postura que já não é surpresa nenhuma, porque o senhor, em todos os diplomas quando divergimos da posição do Bloco de Esquerda, vem sempre levantar uma suspeição, como se os partidos da Coligação ou o Governo tivessem interesse em manter uma situação que todos já reconhecemos aqui que é prejudicial para as famílias e é prejudicial para os Açores.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares (PSD): Ora aí está!

A Oradora: O senhor faz isso habitualmente, levanta uma suspeição sobre todos, ao contrário de si que está sempre acima de tudo e de todos!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: É sempre seu hábito.

Parece que o senhor é apenas o único que está preocupado em resolver os problemas dos açorianos. Mais ninguém nesta Casa está interessado em resolver os problemas dos açorianos. É só o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda!

Como já tinha dito na minha primeira intervenção, volto a dizer-lhe que por mais que esta seja uma preocupação dos partidos da Coligação e do Governo Regional, a verdade é que todos já o dissemos que este modelo não serve as famílias, não serve os açorianos, as famílias não podem sentir os constrangimentos que sentem, naquilo que é uma obrigação da República em gerar a coesão territorial que tem de existir, todos já afirmamos isto.

Há que haver um modelo que combata situações de fraude, isso é unânime. Mas não é por esta temática ser pertinente, ser urgente, ser atual, que vamos aprovar um diploma do Bloco de Esquerda só para dizer que aprovámos um diploma que vai resolver isto tudo num dia, quando nós próprios, verificando a análise já feita no passado do diploma que o senhor apresentou e que é de igual teor, bem

como aquilo que tem sido a evolução de toda esta situação que, pela nossa análise, não verificamos que este diploma vá resolver efetivamente todos estes problema com que nos estamos a deparar hoje.

Por isso mesmo, no caso do CHEGA sobre o qual o senhor estava a apontar que fizemos um *arranjinho* para votar a favor da iniciativa, na nossa análise, parece-nos muito mais prudente analisar esta iniciativa em Comissão, até porque também têm surgido desenvolvimentos que não existiam há um ano, para tomarmos uma posição em consciência com aquilo que deve ser o caminho a tomar. E só porque temos uma posição contrária àquela do Sr. Deputado António Lima, o senhor levanta logo um manto de suspeição.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: E isso, sim, é de lamentar, essa sua postura que acontece em todas as sessões plenárias quando há uma divergência entre os partidos da Coligação, principalmente, e o Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só um pequeno esclarecimento.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, como o senhor certamente compreenderá, as minhas responsabilidades políticas, regionais e nacionais, obrigaram-me a ler o programa do XXIV Governo Constitucional e ainda hoje tive que dar um parecer precisamente das páginas que o senhor leu, isto é, a partir da página 153 desse mesmo documento. E aquilo que disse é tudo verdade, está tudo plasmado com grande bonomia para as regiões autónomas e, já agora, para as autarquias locais, que fique esclarecido. Mas em nada daquilo que eu disse, fiquei esclarecido pela sua intervenção.

Aquilo que eu disse foi que sobre o subsídio regional de mobilidade para as regiões autónomas, não está escrita uma palavra e não está mesmo.

Admito que um incremento de relações, ou um melhor relacionamento, como está previsto no programa do Governo, entre os governos central e das regiões autónomas em matéria de transportes e mobilidade, seja já uma boa abertura. Daí a minha exortação precisamente.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo Regional:

Muito rapidamente, esta minha intervenção é suscitada por declarações do Deputado Pedro Neves que já por mais de uma vez aqui faz referências ao subsídio social de mobilidade ter sido revertido na Madeira. E, portanto, seria bom esclarecer exatamente o que é que o senhor entende por essa reversão.

Deputado Pedro Neves (PAN): Você é que é jornalista, não sou eu!

O Orador: Efetivamente, o que é isso.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas eu explico-lhe e faço o trabalho por si!

O Orador: Porque os açorianos que estão em casa e que têm uma grande expectativa de que possamos contribuir para a resolução deste problema e dos problemas em torno do atual modelo de subsídio social de mobilidade, ficarão ainda mais confusos.

Deputado Pedro Neves (PAN): A confusão é sua!

O Orador: Primeiro, julgo que ficam com alguma confusão quando o Bloco de Esquerda avança como sendo o único salvador da pátria e de tudo mais, tendo soluções para tudo, é uma espécie de... David Copperfield da política, há um problema, faz um truque de magia e fica tudo resolvido.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Não, Sr. Deputado, não é assim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nós votámos a favor da urgência, porque o senhor pediu urgência. Quando o senhor acha que a matéria deve ser discutida, nós votamos a favor da urgência, porque se nós a tivéssemos inviabilizado, o senhor teria gritado do seu lugar a dizer que nós não queríamos discutir o assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E que não víamos a pertinência do assunto.

Facilitamos a tarefa, estamos ainda a discutir passado já não sei quanto tempo, seguramente uma hora e meia, e o senhor fica aborrecido porque nós viabilizámos a urgência exatamente para fazermos aquilo que o senhor pretendia e que era discutir o seu projeto de diploma.

Porém, Sr. Deputado, há uma coisa que eu tenho que reconhecer que o senhor é imbatível: é a arrogar-se numa autoridade moral.

Deputado António Lima (BE): Ah só a seguir a si!

Aí o senhor consegue me vencer!

O Orador: Nós não lhe permitimos que cada vez que tivermos uma discordância em relação àquilo que são as suas propostas, o senhor possa dizer que há aqui interesses obscuros que nós queremos defender.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não defendemos interesses de ninguém que não seja o interesse

dos Açores e dos açorianos!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não lhe permitimos isso!

Fica-lhe muito mal como político. E eu penso que também lhe fica um bocadinho mal como pessoa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não deixa a Sra. Secretária falar!

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros:

Aqui deste lugar *ao sol* o que posso dizer sobre esta questão é o seguinte: Todos se lembram e conhecem historicamente o episódio da *grande campanha dos pardais* de Mao Tsé Tung, em que durante a Revolução Cultural foi lançada a campanha para exterminar os pardais. Foram mortas milhões de aves.

Deputado Carlos Silva (PS): Porquê?! Eram monárquicos?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

O Orador: O objetivo era que eles não comecem as sementes. E o que aconteceu foi que depois um conjunto de pragas como os gafanhotos, as lagartas e muitos outros insetos, destruíram as colheitas e provocaram aquilo que ficou conhecido na história por a *Grande Fome*.

Esta lição histórica, mostra que não vale a pena dizer que apresentamos uma medida mais drástica e mais rápida, só que essa medida pode ter consequências drásticas e pode ter o efeito contrário daquilo que se pretendia que, neste caso, pretendia-se aumentar as colheitas e as colheitas diminuíram; pretendia-se aumentar o rendimento dos agricultores e eles passaram por uma fome extensa, uma das maiores fomes que alguma vez a República Popular da China conheceu.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

O Orador: Ora o que é que nos dizia há uns anos a ANAC em relação a uma proposta igual do Bloco de Esquerda nesta matéria?

Dizia o seguinte:

“Levado ao extremo, certas transportadoras aéreas podem abandonar o mercado e esta autoridade entende, ainda, que o modelo apresentado representa um retrocesso, uma vez que o cenário proposto é semelhante ao modelo que vigorava antes da liberalização das ligações entre o continente e as regiões autónomas.

Saliente-se, também, que o financiamento por parte das companhias aéreas poderá criar barreiras à entrada das companhias aéreas, da mesma maneira que impactará negativamente tanto a gestão operacional, como a administrativa das transportadoras aéreas”.

Deputado António Lima (BE): Quais companhias?

O Orador: Ou seja, é uma entidade com experiência, com prestígio e com trabalho que alertava o Parlamento dos Açores.

Deputado António Lima (BE): E as Canárias?

O Orador: Há poucos meses é que o impacto desta alteração é um impacto que pode trazer consequências verdadeiramente devastadoras para a mobilidade dos açorianos.

Por isso, é que nem sempre aquele que mostra maior voluntarismo, aquele que mostra mais rapidez, deve reconhecer o mérito deste Parlamento.

Deputado António Lima (BE): Então qual é a sua proposta? Diga lá!

O Orador: O mérito deste Parlamento deve sempre ser reconhecido, quando alguém apresenta uma solução que nós temos a certeza que não irá prejudicar os Açores, que não irá prejudicar a mobilidade dos açorianos. E é aquilo que nós, Governo dos Açores, queremos assegurar.

Depois, como acabei de vos descrever é que nós agora temos condições políticas únicas, temos um Governo da República que já assumiu compromissos nesta matéria também. E temos um governo regional que tinha esta temática no seu programa de governo. E, portanto, é o nosso compromisso. E eu estranho que aqueles que não conseguiram resolver este problema durante quase uma década, agora numa semana, venham exigir tudo e mais alguma coisa.

Esta questão vai resolver-se, mas vai-se resolver bem, tendo a certeza absoluta que não trará consequências negativas para a mobilidade dos açorianos.

É só isso que o Governo dos Açores quer encontrar e quer assegurar, é que a medida que vier a ser implementada, seja uma medida eficaz e que não possa prejudicar os interesses dos Açores.

É sempre esta a responsabilidade de qualquer governo.

É esta a responsabilidade deste Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

V. Exa. com as suas *pérolas* - não sei se devido à identidade de género ou não - identifica-se agora como Secretária Regional dos Transportes, Berta Cabral, mas acho que não. E a pergunta não foi sequer para V. Exa., mas o senhor achou que podia responder, dizendo que eu faço uma interpretação dos jornalistas da Madeira relativamente ao título que usaram.

Não o vou fazer. Remeto novamente para si, porque essa é a sua profissão, não é a minha.

O título é: “Novo critério imposto ao pagamento do subsídio social de mobilidade já foi revertido”.

Depois de se ler o texto, verifica-se que os CTT já não vão obrigatoriamente usar a circular na Madeira e vão fazer o pagamento aos madeirenses relativamente ao subsídio ao subsídio de mobilidade. Mas se tiver dúvidas mesmo o OCS diz que o Governo Regional “congratula-se pela reversão do novo critério do subsídio social de mobilidade”.

Qual governo? O do PSD. É da sua cor política, não é minha.

V. Exa. tem que perguntar ao seu partido, porque é que se congratula pela reversão do novo critério do subsídio social de mobilidade na Madeira, sendo que o seu Governo aqui nos Açores, não é capaz de me responder a uma pergunta válida para todos os açorianos ouvirem e estarem descansados, porque também há uma reversão aqui nos Açores sobre a mesma situação.

O partido pelo menos na Madeira congratula-se, mas a Sra. Secretária não quer usar isso, mas se já tiver essa informação poderia responder e se não tiver, obviamente pode-se informar. E estamos aqui para ajudar, no sentido da questão ser mais célere. Já é a terceira vez que eu pergunto, e a Sra. Secretária não pede a palavra. E o Sr. Deputado Joaquim Machado é que está a tentar responder por V. Exa.

Obrigada.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já pedi a palavra, Sr. Deputado.

Há regras aqui dentro.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo Mobilidade.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Neves:

Eu pedi a palavra, só que espero pela minha vez democraticamente. É assim neste Parlamento, não há que ter esse nervosismo todo.

Sobre o diploma eu já disse o que tinha a dizer.

Este diploma é extremamente perigoso. Subscrevo o que disse o Sr. Deputado Carlos Silva, nem sempre estamos de acordo, mas sobre esta matéria estamos absolutamente acordo. Este diploma é muito perigoso.

Isto tem que ser muito ponderado, muito refletido e tem que ter uma solução que não é simples. Mas digo-lhe já, se quiser fazer parte do grupo de trabalho, é bem-vindo.

Tem que haver um grupo de trabalho para estudar esta matéria a fundo, para não nos arrependermos duma solução que pode ser pior do que o problema que temos hoje. E digo isto, para que se conste do Diário das Sessões.

Quanto à questão que o Sr. Deputado Pedro Neves levantou, eu devo dizer que acompanho este assunto desde a primeira hora, não faço é declarações irrefletidas, porque há aqui duas questões nesta matéria:

1º - Nós somos a favor da moralização do sistema; e

2º - Mas somos também a favor de que os CTT, a IGF e seja quem for, não pode alterar um decreto-lei.

Deputado Carlos Silva (PS): Também estamos de acordo.

A Oradora: Esta é a minha posição desde o princípio, independentemente de a ter divulgado publicamente ou não, mas já o fiz esta manhã, quando me vieram perguntar e certamente já deve estar divulgado.

Nós somos a favor da moralização, mas não cabe à IGF nem cabe aos CTT, fazer a alteração de um decreto-lei, cabe ao Conselho de Ministros.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: Logo, da nossa parte, já reuni com a APAVT. Estamos disponíveis para agarrar este problema de fundo, para considerar um valor elegível e compatível com aquilo que é o custo das agências razoável e normal, tendo em conta o histórico, porque as agências não nasceram ontem, têm um histórico sobre uma taxa de emissão de bilhetes e não se compreende porque é que de uma hora para outra, essa taxa foi exponenciada várias vezes. E, portanto, com base nesse histórico, deve haver um trabalho da própria APAVT que é a associação que tem a obrigação de moralizar o sistema, para determinar um valor que seja considerado elegível para efeitos de integração no subsídio de mobilidade.

Enquanto isso não for feito, há uma coisa que é certa: ninguém pode alterar o

decreto-lei.

Deputado João Vasco Costa (PS): Eles não pagam!

A Oradora: Não é a IGF nem os CTT.

Portanto, deve reembolsar tal qual como está.

É essa a nossa posição e é isto que está a acontecer.

Eu estava aqui sentada e falei com a Sra. Diretora dos CTT que me confirmou que já estão a reembolsar e que só não pagam às agências que estão sob investigação, por ordem do tribunal, ou seja, não reembolsam as passagens compradas às agências que estão sob investigação. Tudo o mais estão a reembolsar, pedindo, porém, algumas justificações sobre aquilo que consideram excessivo para a taxa de emissão de bilhete.

Por falar na taxa de emissão de bilhete, eu também queria dizer uma coisa ao Sr. Deputado António Lima.

Coloca 30 euros num *one way*... é que eu não sei se é 30 ou 40. O senhor sabe que é 30?

Quem é que aqui sabe qual é o valor? Qual é o custo que cada agência tem para a emissão do bilhete?

É um trabalho que tem que ser feito.

Deputado António Lima (BE): Nós é que temos que definir qual é!

Deputado Pedro Pinto (CDS/PP): Só se for na Coreia do Norte!

A Oradora: Não, desculpe, não somos nós que temos que definir. É um trabalho que tem que ser feito e não é feito neste Parlamento. É um trabalho que tem que ser consensualizado e tem a ver com a remuneração de muita gente que trabalha no setor.

Eu não sei se é 30, se é 40, se é 20, por isso é que esse estudo tem que ser feito. E é esse trabalho que está a ser feito pela APAVT para determinar uma proposta de alteração do decreto-lei.

É isso que tem que ser feito. Mas não é aqui discutindo politicamente só para cada um erguer a sua bandeira.

Deputado Paulo Simões (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nós não estamos aqui para erguer uma bandeira que seja a desfavor dos Açores.

A nossa bandeira é a bandeira dos Açores, da defesa do interesse açoriano. Não é a defesa do interesse de quem quer ser o primeiro da fila.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A posição do Governo é muito clara, é exatamente a do ano passado. Nós temos que trabalhar e encontrar um mecanismo seguro e que defenda os interesses dos açorianos e dos residentes.

Quanto a esta alteração pontual, já estamos a trabalhar nela e os CTT já estão a promover os reembolsos.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão) Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ia responder ao Sr. Deputado Pedro Neves, mas não será muito relevante, lembrando, desde logo, que o modelo do subsídio social de mobilidade na Madeira não corresponde exatamente aquele que se pratica nos Açores. E, portanto, uma notícia da Madeira não tem necessariamente que se aplicar aqui. Aliás, sobre notícias, os *surfistas* são muitos. E não fica o exclusivo apenas para o Sr. Deputado António Lima.

Também ontem o Sr. Deputado Francisco César na Assembleia da República, foi muito lesto a fazer um requerimento ao Governo para saber sobre a situação dos CTT. Como se alguma orientação saída dos CTT ou da IGF fosse resultado já da governação de Montenegro, esquecendo-se que, por exemplo, em fevereiro já havia notícias sobre os problemas dos CTT.

Em fevereiro, os CTT limitaram o horário para pagamento nos Açores. E eu não vi o Partido Socialista muito empenhado, nem sequer sensível, a esta desta matéria.

Termino, porque o tempo assim impõe e a ponderação também, agradecendo ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares por ter lembrado aqui o episódio dos pardais, porque ocorreu-me um outro também nesse contexto, o da fome na República Popular da China.

Deputado António Lima (BE): Isso é demagogia!

O Orador: E, verdadeiramente, o Sr. Deputado António Lima como maoísta que julgo que é...

Deputado António Lima (BE): Maoísta?!

O Orador: ... pois ideologicamente, é assim que se enquadra o Bloco de Esquerda, faz com este diploma aquilo que Mao fez na década de 1940. É que este diploma vem aqui pela segunda vez, apesar de na discussão de fevereiro de 2023 o Sr. Deputado ter reconhecido que não resolvia os problemas que estavam pendentes em torno do modelo do subsídio de mobilidade.

Pois Mao Tsé-Tung também tentou resolver o problema da fome na República Popular da China com aquilo que ficou conhecido como *duplo vapor*; coziam duas vezes o mesmo arroz para que inchando mais, pudesse supostamente matar a fome aos chineses. Muito bem.

Deputado António Lima (BE): Já ouvimos isso!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho curiosíssimo que numa intervenção anterior, o Sr. Deputado Joaquim Machado tenha referido “bem o Bloco de Esquerda pediu a urgência, por isso nós tivemos que aprovar”. Fica registado que sempre que apresentarmos um pedido de urgência o PSD vai aprovar, porque não tem opinião, faz aquilo que o Bloco de Esquerda quiser, muito bem.

Sr. Deputado Joaquim Machado e Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, se querem que esta proposta seja debatida e analisada em Comissão, têm bom remédio: apresentem um requerimento de baixa à Comissão. Podem fazê-lo. Estão à espera de quê?

Se é para analisar, então analisemos. Os senhores podem, têm esse poder, portanto, é só fazer um requerimento, se quiserem até vos posso conceder um intervalo regimental.

Não tem problema nenhum, estamos cá para isso. Não quero que vos falte nada. Tenham coragem e façam isso.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): O senhor diz que é uma cópia. Então já temos uma lá!

O Orador: Vamos falar sobre propostas, pardais e outros disparates que por aí vão sendo ditos.

Bem, vou contar uma pequena história – eu também sei algumas. Em 2019, a Assembleia Legislativa da Madeira aprovou uma proposta de alteração ao decreto-lei que regula o subsídio social de mobilidade na Madeira, que é muito semelhante ao nosso, com algumas diferenças.

Deputado Flávio Soares (PSD): Diferenças muito importantes!

O Orador: Com diferenças importantes, mas o obriga à mesma *romaria* aos CTT, como diria o Deputado Paulo Moniz. Exatamente, a mesma romaria que os senhores, pelos vistos, vistos querem manter.

Então o que é que aconteceu?

Essa proposta chegou à Assembleia da República, muito bem, o PSD na Assembleia Legislativa Regional da Madeira alterou o decreto-lei, de modo a não haver adiantamentos, em que os passageiros pagariam um valor fixo de 85

euros no máximo, e 65 euros no caso dos estudantes.

Esta proposta chegou, e muito bem, à Assembleia da República e o que é que aconteceu?

Imagine-se, foi aprovada e por quem?

Foi aprovada por unanimidade pelo PSD, pelo PS, pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP. Bem, foi aprovada por unanimidade, aclamação, salva de palmas, foi uma festa.

O que é que aconteceu a seguir?

Não foi implementada pelo Governo do Partido Socialista, porquê...? Fez veto de gaveta? E o que é que disse o PSD...?

“PSD critica suspensão do subsídio social de mobilidade”.

O que é que disseram os deputados do PSD na Madeira?

Vamos lá ver: “António Costa traiu a Madeira, rasgaram as vestes”.

Como é que foi possível, Sras. e Srs. Deputados do PSD?!

Quanta hipocrisia!

Na Madeira era bom, era uma *traição aos madeirenses*. Nos Açores vão *morrer pardais!*

Bem, isto é demasiado triste, porque quem não quer fazer nada, quem quer deixar tudo como está, arranja tantos argumentos e anda às voltas e no fim é sempre apanhado com a sua tentativa de andar a enrolar e para quê?!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Para deixar tudo como está, porque não quer mudar, porque não está de modo algum a defender os interesses dos Açores, não está de modo algum a defender os interesses das pessoas que precisam de se deslocar seja por que motivo for.

Eu fico a aguardar a proposta do Governo e do PSD. Fico a aguardar a proposta do CDS e fico a aguardar o tal requerimento de baixa à Comissão.

Vamos ver se tem coragem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado, faça o favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O tempo permite ainda que possa responder ao desafio do Sr. Deputado António Lima.

Ele desafiou o PSD a entregar um requerimento de fazer baixar este diploma à Comissão.

Sr. Deputado, nós já lhe fizemos a vontade.

Deputado António Lima (BE): Onde é que está?!

O Orador: Quando nós viabilizámos a proposta do CHEGA que o senhor diz que é a cópia, o diploma já ficou na Comissão.

Portanto, vamos discutir esta matéria seguramente na Comissão. E aí faremos o

confronto das suas propostas com as nossas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Nossas* quais?! As do Chega!

O Orador: ... e de todos os que quiserem de forma séria, rigorosa e eficaz contribuir para mudar o modelo de subsídio social de mobilidade, porque nós estamos a favor dos açorianos, a favor de um modelo que seja menos burocrático e que ao mesmo tempo também acautele situações que, porventura, possam existir de fraude ou de desvio à lei.

Disse.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade da **Anteproposta de Lei nº. 1/XIII** – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio de mobilidade atribuído a residentes nas regiões autónomas”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Anteproposta de Lei nº. 1/XIII – “Simplifica e previne eventuais fraudes na atribuição do subsídio de mobilidade atribuído a residentes nas regiões autónomas”, apresentada pela Representação Parlamentar do BE foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 votos contra do CHEGA, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 1 voto contra do IL, tendo registado 22 votos de abstenção do PS e 1 voto a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PAN.

Portanto, a Anteproposta foi rejeitada.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17h30.

Eram 17 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, entrando no ponto 13 da nossa agenda.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Portanto, temos duas iniciativas:

O **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 1/XIII** – “Exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

E o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº. 7/XIII** que “Estabelece a Exclusão da Incidência Objetiva da Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local e a Monitorização do AL na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Decidiu a Conferência de líderes que faremos esta discussão em conjunto.

Em primeiro lugar, vamos naturalmente discutir as urgências.

Para apresentar a urgência em representação do PSD, CDS/PP e PPM, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(* **Deputado Paulo Simões (PSD)**: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Tendo em conta a importância que o setor do alojamento local tem para a economia dos Açores e para o turismo, em particular, de forma direta e indireta; Tendo em conta a forte penalização que a imposição da contribuição extraordinária teria para o alojamento local, um setor cujas receitas cresceram mais de 20% desde 2019;

E tendo em conta que a liquidação e o pagamento da contribuição extraordinária sobre o alojamento local ocorrem já em junho deste ano, é por isso, na nossa opinião, urgente, debater e votar esta matéria neste plenário.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado,

Passamos à outra iniciativa do Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para apenas dar nota de que na sequência da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, como foi já aqui afirmado, a liquidação da contribuição extraordinária do alojamento local ocorre nos termos dos Artigos 10º e 11º, até ao dia 20 do mês de junho e, no caso da liquidação, o pagamento é até dia 25 do mês de junho;

E tendo sido conferido pela Lei do Orçamento de Estado a possibilidade das assembleias regionais decidirem sobre a aplicação dessa isenção e determinarem o modo como ela ocorre, sendo esta a primeira oportunidade que a Assembleia tem depois da aprovação da alteração da lei e a última que terá antes da aplicação da liquidação e pagamento, esta é a oportunidade que a Assembleia Legislativa Regional tem de tomar uma decisão sobre esta matéria.

Nesse sentido, vimos propor à Assembleia a apreciação a apreciação da proposta com urgência e dispensa de exame em Comissão.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito das urgências aos dois diplomas?

Não havendo, vamos votar o **Pedido de Urgência ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º. 1/XII**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º. 1/XIII apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e pela Representação Parlamentar do PPM, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º.7/XIII**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º.7/XIII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovadas ambas as urgências, vamos então passar à apresentação dos diplomas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões para a apresentação do diploma dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP e da Representação Parlamentar do PPM.

Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: O alojamento local desempenha um papel crucial no desenvolvimento do turismo dos Açores, proporcionando uma alternativa de alojamento mais flexível e personalizada para quem nos visita.

Ao oferecer uma experiência mais próxima da comunidade local, o alojamento local potencia a diversificação da oferta turística, atraindo um segmento de viajantes em busca de experiências e vivências distintas e contribui para a descentralização do turismo, distribuindo os benefícios económicos pelos 19 concelhos da Região.

Em vez de se concentrarem nas principais cidades, os turistas podem explorar as nossas freguesias e vilas, estabelecendo um contato mais imersivo com as comunidades locais e conhecendo as nossas tradições e cultura que, aliadas à natureza, fazem dos Açores um destino ímpar.

Esta diversificação contribui para um desenvolvimento sustentável, reduzindo a sobrecarga de estruturas, minimizando o impacto ambiental e gerando riqueza, permitindo assim a melhoria da qualidade de vida dos açorianos.

O primeiro arquipélago do mundo reconhecido como destino turístico sustentável, tem no alojamento local a simbiose perfeita em matéria de sustentabilidade e isso não é de somenos importância.

O crescimento do setor de alojamento local, tem gerado um impacto positivo direto na economia açoriana.

O surgimento de novas unidades de alojamento, potencia a criação de novos postos de trabalho, tanto por via da construção e reabilitação de imóveis - setor tem sido, de resto, um fator importante para a reabilitação de imóveis que, se assim não fosse, possivelmente ainda estariam devolutos ou abandono, bem como pela prestação de serviços aos hóspedes.

Para além dos benefícios diretos, o alojamento local tem um impacto indireto significativo na economia açoriana, através da receita gerada na restauração, no aluguer de viaturas, no transporte aéreo e marítimo, nas atividades de animação turística, em workshops culturais, a que se soma o aumento da venda de produtos locais e de artesanato.

Em 2023, o alojamento local já contava com cerca de 21 mil camas. Somos a única região do país em que a oferta do alojamento local suplanta a da hotelaria tradicional, em concreto, representa 60% do total de camas da Região e gerou em 2023, cerca de 300 milhões de euros de impacto direto e indireto na economia local.

Impor uma contribuição extraordinária ao alojamento local, seria comprometer gravemente o futuro de um setor cujas receitas cresceram mais de 20% desde 2019. Um feito notável para um setor que deu os primeiros passos no não muito distante do ano de 2014.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito Bem!

O Orador: Relembremos a história desta contribuição extraordinária sobre apartamentos e estabelecimentos de hospedagem - a CEAL.

O Governo da República, no âmbito do pacote legislativo *Mais Habitação*, aprovado pela Lei n.º 53/2023, criou esta contribuição.

A referida lei, estipula que os imóveis localizados em zonas do interior de Portugal continental ficam excluídos da incidência objetiva da CEAL, deixando de fora dessa exceção as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, ou seja, as duas regiões autónomas teriam de aplicar esta contribuição.

Posteriormente, por via da alteração inscrita no Orçamento de Estado para 2024, a Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, passou a conceder às Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira o poder de definirem por decreto legislativo regional, os territórios cujos imóveis ficariam excluídos da

incidência objetiva da CEAL, à semelhança, de resto, do que já acontecia para o interior de Portugal continental.

Face a isto, é chegado o momento de exercermos as nossas competências nesta Assembleia.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos apresentar a outra iniciativa, o Decreto Legislativo Regional n.º 7/XII, da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PS.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta a debate um Projeto de Decreto Legislativo Regional que “estabelece a exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local e também a monitorização do alojamento local na Região Autónoma dos Açores”.

Como é sabido, na Região Autónoma dos Açores vigora um regime específico sobre o alojamento local, consagrado no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março.

Este regime foi regulamentado pela Portaria n.º 83/2016, de 4 de agosto que estabelece tipologias de estabelecimentos de alojamento local, os requisitos mínimos de segurança, higiene, instalações, equipamentos e serviços prestados aos hóspedes, as capacidades máximas de estabelecimentos e respetivas unidades de alojamento, os bens e serviços incluídos no preço do alojamento e as regras atinentes ao registo, publicidade, identificação dos estabelecimentos e à disponibilização de informação para fins estatísticos.

Através da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, foi criado nos termos do Artigo 22º e respetivo anexo, a contribuição extraordinária sobre os apartamentos e estabelecimentos de hospedagem integrados numa fração autónoma de edifício em alojamento local.

O Artigo 3º do CEAL sob a epígrafe – “incidência objetiva” - não contemplava na sua redação inicial a exclusão dos imóveis localizados nas regiões autónomas, ao invés do consagrado para os territórios do interior de Portugal continental, pese embora o facto da receita obtida com a contribuição extraordinária cobrada nas regiões autónomas, constituir desde essa data, receita própria das mesmas.

Tal possibilidade foi introduzida, ou seja, a possibilidade das regiões autónomas legislarem sobre esta matéria, no n.º 2 do Artigo 314º da Lei n.º 83/2023, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2024, através da aprovação de uma proposta de alteração da iniciativa dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Assembleia da República, passando a remeter às assembleias legislativas das regiões autónomas a faculdade de estabelecerem, através de DLR, a exclusão da incidência objetiva nos respetivos territórios.

Nesta senda, urge concretizar tal possibilidade conferida pelo n.º 4 do Artigo 3º do regime, aprovado em anexo à Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, na sua redação atual, excluindo em consonância o regime específico do alojamento local em vigor na Região Autónoma dos Açores, da incidência objetiva da CEAL.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS apresenta esta proposta na sequência da iniciativa dos Deputados do PS na Assembleia da República...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na sequência da nossa iniciativa!

O Orador: ... e considerando o compromisso assumido a 17 de novembro de 2023 pelo Presidente do Partido Socialista dos Açores, com o objetivo de concretizar a isenção da contribuição extraordinária sobre o alojamento local, garantindo que os alojamentos locais não são alvo de mais esta contribuição já no próximo mês de junho.

Para mais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que é fundamental a avaliação global e espacial deste tipo de estabelecimentos em cada uma das ilhas dos Açores, procedendo a uma comparação e caracterização que abranja os alojamentos locais e demais empreendimentos turísticos, sua distribuição por freguesia, capacidade e evolução temporal, contribuindo, assim, para a desmistificação de um conjunto de preconceitos associados a este tipo de atividade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Querem é aplicar taxas!

A Oradora: Neste sentido, entendemos que o Governo Regional deve apresentar anualmente um relatório de caracterização e monitorização do alojamento local na Região Autónoma dos Açores, que contemple uma análise comparativa de todo o alojamento local turístico na Região, o rácio entre o número de estabelecimentos de alojamento local e o número de fogos de habitação permanente por freguesia, concelho e ilha; o rácio entre o número de estabelecimentos de alojamento local e a população residente por freguesia, concelho e ilha; e a análise do impacto social, económico e ambiental do alojamento local no território da Região Autónoma dos Açores.

Temos consciência de que esta iniciativa não resolve todos os desafios que o alojamento local enfrenta, desde logo, a quebra de dormidas turísticas, mas estamos seguros de que conferida que foi esta possibilidade da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não devemos abdicar dela e devemos concretizá-la em tempo útil e na primeira oportunidade que este Parlamento tem para o fazer.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão apresentadas ambas as iniciativas.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O alojamento local veio resolver um problema de ordenamento. Eu ainda me lembro de passar pelos centros históricos das cidades e ver prédios degradados com um aspeto absolutamente deprimente.

Graças à iniciativa dos privados, vemos hoje soluções arquitetónicas muito interessantes, cidades vivas, alegres, agradáveis, quer a quem vive lá quer a quem nos visita.

Isso implica um investimento imobiliário. Nós sabemos que tem um prazo de recuperação de 20, 30, 40 anos.

O PS não conseguiu resolver o problema da habitação a nível nacional e viu aqui uma solução ótima, ou seja, de forçar com encargos financeiros os donos ou empresários e obrigá-los a ir para o arrendamento de longa duração e, assim, ficava resolvido o problema à custa de terceiros, criando esta contribuição – o CEAL. Ainda por cima esta contribuição não é calculada pela AT. É o próprio empresário, e estamos aqui a falar de cidadãos comuns que muitas vezes até têm o seu trabalho e tem um alojamento local para explorar, onde tem a roupa para lavar, a receção dos hóspedes e o pequeno-almoço, isto é, tem de ser este pequeno empresário que tem que calcular este CEAL. E para calcular, tem que ir o INE saber qual é o rendimento médio anual estimado por este para o alojamento e que em 2023 foi de 29,90 euros para 365 dias. Como se alguém conseguisse estar os 365 dias com o alojamento completo.

Depois tem ICPU - o índice de pressão urbanística; tem que procurar a portaria anual, onde tem o índice para a sua freguesia; e depois tem que aplicar mais um índice, tem que saber a área para calcular.

Por curiosidade, fui fazer uma estimativa para Ponta Delgada um alojamento na freguesia de São José, para um espaço de 100 m² - que não é nada de especial - a pessoa teria que pagar 905 euros, ou seja, além de ter que pagar o

investimento, de ter as despesas de exploração, limpeza, manutenção, etc., ainda tem que pagar anualmente mais de 905 euros. Isto é injusto.

Por isso, congratulo-me com a iniciativa do PSD e com a iniciativa do PS. Só não subscrevo o último artigo da iniciativa do PS que é colocar lá o Governo a calcular rácios por freguesia, impacto ambiental, como se as pessoas que vêm pernoitar no alojamento local fossem fazer mal ao ambiente. Eu não vejo utilidade desses rácios. A informação sobre as vendas, uma vez que já estão licenciados os alojamentos locais, essa informação existe, para que é que vão pôr anualmente o Governo Regional, ou seja, ocupar técnicos, a calcular estes rácios? Para quê? Qual é o objetivo?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente!

A Oradora: Qual é a mais-valia disto?

Eu sou a favor da informação, mas que seja útil, porque ela tem um custo em termos de recursos humanos.

Obrigada.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa aguarda inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(* **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas duas iniciativas debatidas com caráter de urgência, pretendem isentar nos Açores a aplicação da chamada *contribuição extraordinária sobre o alojamento local*.

Em primeiro lugar, é preciso que também se clarifique exatamente o que é que isto significa e a quem se aplica.

Depois, dizer que parece que quando se ouve falar desta matéria, que esta é uma taxa que se iria aplicar sobre todos os alojamentos locais dos Açores, o que não é verdade, desde logo, porque, aliás, muito provavelmente - não há dados concretos sobre esta matéria e a falta de dados sobre este assunto é efetivamente um problema - esta taxa exclui a vasta maioria dos alojamentos locais dos Açores.

À partida, e em primeiro lugar, as moradias que são uma grande parte dos alojamentos locais, estão isentas da taxa. Basta andar na rua para ver que grande parte dos alojamentos locais nos Açores são moradias e estão isentas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que o senhor sabe se a moradia tem frações autónomas?

O Orador: Os alojamentos locais com licença registados no mesmo local de residência do proprietário, caso a exploração seja inferior a 120 dias por ano.

Estão isentos os alojamentos locais em modalidade do quarto. E estão isentos os alojamentos locais a funcionar em imóveis cujo título constitutivo não os destine a uso habitacional.

Bem, há um conjunto de isenções que principalmente no caso dos alojamentos locais que são em moradias - serão a vasta maioria - estão isentos e não há aqui qualquer pagamento.

Os alojamentos locais aos quais praticamente se aplica esta contribuição, são aqueles que estão em propriedade horizontal, ou seja, apartamentos. É disso que estamos a falar, para quem nos ouve. São os alojamentos locais que estão instalados em apartamento. Ora, esses alojamentos locais, muitas vezes, ou na maioria das vezes, eram casas que estariam no mercado, estariam ocupadas com os seus proprietários ou por arrendamento.

Efetivamente, há uma transferência de um uso que é para habitação própria permanente, para um outro tipo de utilização que é um serviço de hospedagem para pessoas, neste caso, na sua maioria turistas, como é normal.

Ora, há uma retirada de casas do mercado habitacional para o mercado de serviços. E isso cria uma pressão sobre o mercado habitacional. Mas vejamos, nós concordamos que nos Açores, onde não haja pressão habitacional, a isenção a esta taxa seja aplicada, ou seja, que não se pague a taxa onde não há comprovadamente problemas habitacionais, perfeitamente. Não faz sentido numa freguesia onde não há problemas de habitação, estar a aplicar esta taxa. Não faz qualquer sentido. Mas aquilo que pergunto é se faz sentido isentar esta taxa nas freguesias onde há problemas habitacionais e muitos deles graves?

Dou como exemplo, Ponta Delgada que já provou a sua estratégia local de habitação, aliás, requisito esse para aceder aos milhões do PRR, e seria bom que outros instrumentos ligados à habitação tivessem a mesma aprovação célebre como teve a estratégia local de habitação, por exemplo, as cartas municipais de habitação, na maior parte dos casos, nunca saíram do papel. Mas esta porque permite aceder a fundos do PRR, pelos vistos, na maior parte dos municípios, está a avançar e ainda bem.

Voltando atrás, vemos que Ponta Delgada identifica na sua estratégia local de habitação, 2239 pessoas em situação de carência habitacional. É o município que diz que são 759 agregados familiares em situação de carência habitacional. Angra do Heroísmo identifica 2174 pessoas em situação de grave carência habitacional e 737 agregados.

Aquilo que pergunto é se faz sentido que se ignore que o alojamento local cause uma pressão sobre o mercado habitacional nas freguesias onde isto acontece?

Esta é a questão que deve ser colocada. E perante esta questão, nós dizemos que faz sentido que a taxa se aplique onde há problemas de habitação, problemas sérios identificados **pelos municípios**.

É por isso que nós, perante esta situação, estamos disponíveis para trabalhar a proposta em Comissão, na especialidade, e apresentamos propostas de alteração. Relativamente às duas propostas que estão em cima da mesa, a proposta do Partido Socialista tem uma vantagem que é clara, isto é, contrapor e tentar resolver os problemas da falta de informação que existe sobre o alojamento local dos Açores. Isso também se deve à inércia do Governo na atualização do Plano de Ordenamento Turístico que não sai do papel, aliás, nem começa a ser feito, porque informação sobre esta matéria é fundamental, a não ser que estejamos numa posição de dizer que o alojamento local não tem qualquer impacto sobre o mercado habitacional. Quem pensa assim, vai sempre dizer que não vale a pena fazer nada e é deixar o mercado funcionar. Quem pensa assim... nós estamos noutra patamar.

Quem considera que o alojamento local tem algum impacto negativo no mercado habitacional tem de concordar que é preciso mais informação, e nós consideramos que sim, a proposta do Partido Socialista faz isso, mas também julgo que terão que concordar que onde há problemas graves de habitação, a taxa deve existir.

É esta a nossa posição. Estamos disponíveis para viabilizar, neste caso a proposta do PS, porque responde a um problema que a proposta da Coligação não responde que é a falta de informação.

E estamos disponíveis para, viabilizando essa proposta, em sede de especialidade, consoante for o resultado da aprovação ou não das nossas propostas de alteração, tomaremos a nossa decisão final.

(Aparte impercetível do Deputado João Bruto da Costa)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Obrigado.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui perante estas duas iniciativas que visam a exclusão da incidência objetiva da contribuição extraordinária sobre o alojamento local aqui na Região Autónoma dos Açores.

Como já foi dito, o Governo da República, mediante o pacote *Mais Habitação*, criou esta contribuição extraordinária ao alojamento local e, posteriormente, por via duma alteração apresentada ao Orçamento de Estado, permite que as regiões autónomas tenham esse poder de decisão sobre o seu território e sobre a

cobrança ou não desta contribuição extraordinária.

Por parte dos partidos da Coligação, e dado que esta é uma matéria urgente, como já foi dito por Sr. Deputado do PSD, apresentámos esta iniciativa com carácter de urgência, dado que a contribuição liquidada e paga até o dia 25 do mês de junho e, entretanto, também ontem o Partido Socialista apresentou também com urgência uma iniciativa que visa sobre esta matéria.

Entendemos que a nossa iniciativa resolve aquilo que entendemos que deve acontecer na Região que é isentar o alojamento local desta contribuição extraordinária...

Deputado Carlos Silva (PS): Destruir!

O Orador: ... até porque, primeiro, não nos parece correto que seja o Governo ou Estado a dizer àqueles que investiram no alojamento local o devem ou não fazer com os seus investimentos. E também é preciso lembrar que os próprios empresários, quando fazem um investimento no alojamento local, a maior parte das vezes, acabam por recorrer a créditos e estão à espera dum determinado rendimento para poder fazer face às suas despesas e, digamos assim, organizaram a sua vida a pensar num determinado rendimento que iam ter no seu no seu investimento, para poder fazer face às despesas que terão. E agora o Estado vem dizer: “Não, o senhor não vai ter alojamento local nenhum, porque o senhor vai é alugar este apartamento ao mês”

Deputado António Lima (BE): Não é isso que está em causa.

O Orador: E, portanto, não nos parece que seja esse o caminho, não nos parece que devemos também a passar a imagem de que os empresários agora é que têm que resolver o problema da habitação. Há um problema da habitação? Há.

Há uma estratégia na Região para colmatar este problema da habitação que já foi amplamente discutido nesta Casa, já foi também amplamente afirmado até por parte do Governo Regional qual é a estratégia...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a estratégia...?

O Orador: ... o que é que está previsto e o que é que já se alcançou até agora. E o Governo Regional, dentro daquilo que são as suas competências, deve criar essas condições e não meter essa carga sobre os empresários.

Também dizer que relativamente à iniciativa do Partido Socialista, como é natural, nós apresentámos a nossa, porque entendemos que a nossa dá a resposta. Mas também pela análise que fizemos à iniciativa, em particular do Artigo 2º, nomeadamente a questão dos dados, a verdade é que existem dados que já estão disponíveis, outros consideramos até que poderão ser melhorados e deverão ser disponibilizados de outra forma, mas não por via desta alteração. Mas considero que é importante tomarmos, e ainda bem que estes diplomas vieram a sessão plenária, porque era sem dúvida a oportunidade que a Região tinha de se pronunciar sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta, na sua iniciativa, um objetivo principal, naturalmente, que é dar forma àquilo que foi previsto na Lei do Orçamento de Estado, permitindo que o alojamento local dos Açores esteja dispensado do pagamento da contribuição extraordinária. E esse é o objetivo primeiro e primordial, não esquecendo, contudo, um aspeto que é determinante para os decisores políticos, mas também para os agentes económicos, que é a disponibilização de existir informação que, no fundo, nos enquadre a todos e seja também ordenadora daquilo que é a atividade política e económica. Aliás, inspirados também naquilo que é a iniciativa que já foi tomada pelo Município de

Lisboa, que desenvolve anualmente este relatório de caracterização e monitorização do alojamento local e, portanto, não há aqui nenhum *bicho papão*. É a caracterização daquilo que é esta atividade em Lisboa e que serve exatamente para que todos tenhamos o máximo de informação disponível. Ou seja, é de facto informação útil, não só para os políticos e para os decisores, mas também para os agentes económicos, porque os impactos são não só a nível económico e a nível social, são também a nível ambiental. De resto, a uma região como a dos Açores, em que aguardamos a definição dum POTRAA que é exatamente um plano que pretende ordenar o turismo na Região. E estes são elementos essenciais que devem, em nosso entender, ser disponibilizados a todos, incluindo às entidades que fiscalizam a ação do Governo, designadamente a Assembleia Legislativa Regional.

É por isso que nós vemos como de grande utilidade, por um lado, a possibilidade que foi dada à Assembleia Legislativa Regional no Orçamento de Estado de isentar esta tipologia de empreendimentos da contribuição extraordinária, mas também é importante passarmos a dispor de informação que, neste momento, não existe de facto, sobre aquilo que são os impactos desta atividade e a informação que entendemos que devemos todos dispor para o desenvolvimento da nossa atividade, quer os agentes políticos quer os agentes económicos.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e

Infraestruturas, faça favor.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores acompanha naturalmente e congratula-se com a apresentação desta proposta por parte do Partido do PSD, na medida em que urge isentar a aplicação da CEAL ao alojamento local na Região Autónoma dos Açores.

Com efeito, o alojamento local é uma componente muito significativa do alojamento turístico nos Açores. E através dessa componente foi possível dar resposta rápida ao crescimento do turismo no pós-pandemia. Seria impensável nós termos hoje o nível de turismo que temos e termos tido a recuperação que tivemos em termos de dormidas, hóspedes e passageiros desembarcados, se não tivéssemos conseguido ter uma resposta rápida em termos de alojamento turístico, como tivemos a partir de 2021. E esse crescimento foi rápido, merece o nosso respeito, esse tipo de alojamento tem, como aqui já foi dito, enormes virtualidades, desde logo a reabilitação urbana, mas não apenas isso. É de facto, a democratização do rendimento gerado pelo turismo. Porque o alojamento local está em todas as parcelas e em todos os territórios mais recônditos dos Açores. Levou o rendimento do turismo a todas as partes de cada uma das nossas ilhas e isso é rendimento que é retido na Região, é rendimento que privilegia o poder de compra dos residentes, é um rendimento que, para além do mais, do ponto de vista direto, decorre do alojamento, mas do ponto de vista indireto, decorre de um conjunto de outras atividades que apareceram nesses locais como complemento da atividade turística, desde os pequenos negócios às atividades de animação turística, portanto, novos empreendedores, muita gente nova neste setor, muita gente empregada neste setor. É um setor que além do mais, coaduna-se muito bem com o tipo de turismo que nós queremos em todas as

ilhas e, principalmente, nas ilhas mais pequenas, porque não há grande pressão, está muito disperso em todo o território e cria de facto esta capacidade de atrair turistas para todas as nossas ilhas, normalmente gente nova, gente que faz turismo de aventura está muito adequado exatamente a este tipo de turistas e ao fazer turismo de aventura, como eu dizia, há um conjunto de outras atividades à volta disto e é também aquilo que nós desejamos, turismo de qualidade, sustentabilidade ligada à natureza, à aventura, à nossa capacidade de sermos diferentes, de podermos oferecer experiências diferentes e singulares, porque as pessoas não vêm cá só contemplar a natureza, vem também experimentar a

nossa natureza, através dum conjunto de experiências imersivas que nós podemos proporcionar.

É este o objetivo, aliás, primordial do Plano Estratégico e de Marketing dos Açores 20/30 que nós estamos a implementar e que o alojamento local dá uma resposta perfeita em todas as nossas ilhas.

Isto não tem nada contra as cadeias hoteleiras, porque isso é necessário para outro tipo de turismo, para os congressos, grupos, excursões, isto é, temos que ter de tudo na nossa Região em termos de oferta de alojamento turístico. Mas não podemos descurar nem penalizar um tipo de alojamento que é o que se está a fazer aqui com a criação desta contribuição especial sobre o alojamento local.

Por isso, não podemos concordar.

Não pode haver um alojamento turístico despenalizado e um alojamento turístico penalizado, não faz sentido na nossa Região. Por isso mesmo, utilizando a prerrogativa do Orçamento de Estado que permite isentar, estamos completamente de acordo com esta iniciativa do PSD.

Quanto à iniciativa do Partido Socialista no Artigo 1º é igual à do PSD, não temos nada a dizer.

Quanto ao conjunto de elementos que pedem, eu peço imensa desculpa, Sra. Deputada Andreia Cardoso, mas está muito mal informada. A página da Direção Regional de Turismo tem essa informação toda disponível. E pode pôr só google e procurar Direção Regional de Turismo, onde encontrará toda esta informação, por ilha, por concelho e por freguesia.

Muito obrigada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não tem, Sra. Secretária.

Deputado Carlos Silva (PS): Deve ter é o rácio.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se me permitem, eu queria só dar um esclarecimento ao Sr. Deputado António Lima sobre a questão que ele levantou aqui do problema da habitação.

Eu compreendo a sua preocupação. E creio que todos nós estamos preocupados na Região com o problema da habitação. Agora, eu tenho alguma dificuldade em perceber o seu raciocínio de que é o alojamento local a causa do problema da habitação nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E que não seja a política de habitação, ou a não política de habitação de sucessivos governos do PS que ignoraram o problema, que não o resolveram e que este Governo está a tentar resolver e tem trabalho feito sobre isso.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDSPP): Muito bem! Muito bem!

O Orador: E, portanto, custa-me a crer isso. Eu não consigo perceber. Portanto, o que o Sr. Deputado vem aqui dizer é que há um problema de habitação nos Açores, é verdade. Mas engana-se na origem desse problema.

Deputado António Lima (BE): Eu não falei na origem.

O Orador: Querer atribuir aos empresários que investem no alojamento local a responsabilidade, não faz sentido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E já agora, não há números, é difícil arranjar números. Mas também não é difícil falar com quem está no meio e procurar balizar alguns números, certo? E certamente que o senhor já o fez. Não os trouxe aqui... não sei, por lapso, ou porque não lhe convém. Mas eu vou-lhe dar dados de 2023, referenciados pela Associação do Alojamento Local, que nos dizem que, neste momento, há 21 mil camas nos Açores.

(Aparte inaudível do Deputado António Lima)

O Orador: Se calhar para si não é importante, mas para quem nos está a ouvir e para quem está a discutir estas coisas com seriedade, estes números são importantes.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, o impacto direto e indireto estimado para 2023, ronda os 300 milhões de euros.

Até 2019, foram criados 4 mil postos de trabalho diretos, fora os indiretos.

Existem 3800 alojamentos locais e perfazem, como eu já disse, 60% da oferta de camas de hotelaria na Região.

Mas dou-lhe mais uns dados que constam dum estudo que foi encomendado pela Associação dos Alojamentos dos Açores, data de 2019, estará desatualizado por defeito e nunca por excesso, por exemplo, o impacto em Sta. Maria do alojamento local: 1 milhão 137 mil euros; o impacto aqui na ilha do Faial, 15 milhões 391 mil euros; o impacto no Pico, é de 20 milhões 688 mil euros; em S. Miguel, 146 milhões de euros; na Terceira, 22 milhões de euros.

É disto que estamos a falar.

Esta taxa iria prejudicar claramente quem investiu.

Também vou-lhe dizer outra coisa: partir do princípio como parece que o Bloco de Esquerda parte, de que são os capitalistas que investem no alojamento local e criam mini hotéis, não é verdade!

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Eu conheço vários casos de pessoas que têm no alojamento local um complemento ao seu rendimento.

Querer aplicar uma taxa de 15%, ainda por cima, tal como disse a Sra. Deputada do CHEGA – não sei se viram a peça – é isto: os empresários que têm as suas vidas, os seus trabalhos, as suas famílias, os seus filhos, uma vida normal como todos nós, têm que cumprir para aplicarem uma taxa que vá prejudicar.

Portanto, além do mais, o processo nunca seria simples.

A diferença que nos separa aqui é que nós não queremos *taxas nem taxinhas*.

Deputado João Vasco Costa (PS): Vocês é mais *tachos*!

O Orador: O que a nossa proposta tem é muito simples: acabar *tout cour* com a taxa, acabar! Não há exceções para isto e para aquilo. Já agora, em relação à proposta do Partido Socialista, enfim, eu tenho algumas dúvidas em termos legais - não sou especialista - mas parece-me que aquilo que os senhores propõem, juntando a taxa e as isenções, porventura, estão a isentar tipologias de estabelecimentos, quando são os imóveis que estão sujeitos a essa tributação e, por isso, a vossa proposta enfermará de alguns problemas legais, mas isso são dúvidas que eu que não sou especialista no assunto, tenho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora também vos digo o seguinte, só para terminar:

O Programa de Governo do Partido Socialista o que é que diz sobre o alojamento local?

Fala das taxas da exclusão, eu vou ler, página 86:

“Incentivar a competitividade interna das unidades de alojamento e restauração pela publicitação e reconhecimento da oferta que crie clientes mais satisfeitos” - não sei bem o que isto será, mas não é claramente as exclusões de taxas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia,

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que é legítimo referir que todas as posições hoje tomadas, são consensuais no que respeita à importância do alojamento local e o contributo que ele tem para o crescimento económico no setor do turismo também nos Açores e na mitigação para a nossa sazonalidade. Como já foi dito, representa cerca de 60% das camas disponíveis, o que corresponde a mais de 20 mil camas.

Esta proposta que agora debatemos, é apenas uma das muitas medidas que nós consideramos que devem ser tomadas no âmbito do alojamento local e do setor do turismo em geral.

A título de exemplo, há também que trabalhar a desburocratização do sistema de licenciamento e de candidaturas aos empresários deste setor.

É verdade que, e já foi referido, o RJET - regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos - merece igualmente uma revisão, pois desde 2012 que não é revisto.

A perspetiva do Partido Socialista é não trabalhar na construção de problemas, mas sim na proposta de soluções, de forma construtiva e com *fair play*.

Isto aqui não se trata duma corrida, como já foi insinuado. Nós não estamos aqui para desperdiçar tempo precioso e registar quem é que começou e quem é que terminou, quem está em primeiro e quem está em segundo lugar em relação a assuntos e matérias que são respeitantes à nossa Região.

É verdade, sim, que a contribuição extraordinária do alojamento local foi criada entre de 2023 pelo Governo da República, mas também é verdade que foram os deputados do PS/Açores à Assembleia da República que, em novembro desse mesmo ano, apresentaram uma proposta de alteração orçamento de Estado para 2024.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Não queria a corrida, mas já está fazendo!

A Oradora: Visando precisamente a isenção da aplicação da contribuição extraordinária do alojamento local. E os vossos deputados exerceram alguma pressão sobre este tema?

Também é verdade, e nunca é demais recordar, que foi o PS/Açores que em novembro passado, em nota de imprensa, informou que iria apresentar uma iniciativa legislativa para a isenção da contribuição extraordinária. E 4 meses depois os partidos da Coligação entregaram no Parlamento Regional um projeto de decreto legislativo regional para assegurar essa isenção.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Se calhar íamos estar à espera!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda esperamos 4 meses!

A Oradora: Ao contrário do que é afirmado - e a página da Direção Regional do Turismo tem, mas não é de agora, informação sobre o alojamento local - esta é uma informação que refere única e exclusivamente, à data de 22 de março de 2024, o número de alojamentos locais, a distribuição por ilha, a constituição

desses alojamentos locais no que diz respeito ao número de quartos, se são apartamentos ou se não são, aos endereços eletrónicos, aos contactos móveis e não mais do que isso. E, portanto, o Artigo 2º que nós propomos e reiterando novamente a nossa posição da relevância e da importância deste artigo, que, diria, poderá servir de base para a elaboração do POTRAA – também já foi referido que continua sem avançar - acho que pode ser o mote para desenvolver a matéria sobre o alojamento local que tanto necessita de orientação futura, a caracterização e monitorização deste setor e o impacto que ele tem não só a nível social, económico e ambiental é, para o Partido Socialista, fundamental.

Portanto, o nosso compromisso é para com o setor do alojamento local dos Açores e não para com o Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer entrar em qualquer tipo de corrida, mas já entrando fortemente na corrida, como fez a Sra. Deputada Marlene Damião, em primeiro lugar, referenciar que foi a Iniciativa Liberal no Parlamento da República, o primeiro partido que se opôs a criação desta CEAL.

Portanto, *pool-position* e *vitória final*.

(Risos da Deputada Catarina Cabeceiras)

O Orador: Mas há um grande campeão e eu não vou fazer aqui a apologia do alojamento local no crescimento do turismo, na forma como acudiu no pós-pandemia. Não vou fazer a apologia do alojamento local como a grande virtude para o crescimento do turismo nos Açores, mas há uma coisa que é *pool-position* e *vitória final* para os empreendedores do alojamento local: é que foram aqueles que menos receberam do Estado e das regiões autónomas para fazer os seus investimentos. Foram aqueles que menos tiveram acesso a sistemas de incentivos para fazerem o seu investimento. E aí temos outro campeão, aí temos a *pool-position* e *vitória final* para o Partido Socialista: o campeão das taxas e *taxinhas* quando encontram um setor empreendedor que investe um setor, que cresce, a primeira coisa que faz é ver como é que vai lá buscar um bocadinho deste rendimento que as empresas, as pessoas e as famílias fazem.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

O Orador: Este é o campeão e o grande vencedor nesta corrida das taxas e *taxinhas*.

É por isso que Portugal tem também o campeão da menor carga fiscal de toda a OCDE. Pois claro, as taxas e as *taxinhas* não entram no cálculo da carga fiscal, não são impostos, são imposições encapotadas, ou seja, é uma forma de nós termos uma *canga* permanentemente ao pescoço, sem que ela tenha o nome de *canga fiscal*.

Há ainda uma outra questão que devemos ter sempre presente e que como liberal não podia deixar de realçar, que é o direito à propriedade privada. Aquilo que querem fazer é não permitir a quem tem um imóvel, fazer dele o que quer e entende.

Como liberal, tenho muita pena que haja imóveis abandonados, mas reconheço que é um direito que o proprietário tem de não fazer nada naquele imóvel até ao dia em que decide o que é que quer fazer naquele imóvel. É um direito que o proprietário tem de fazer um alojamento local, de o lugar para comércio, de habitar nele, de transformá-lo numa garagem ou naquilo que ele precisa. O direito à propriedade privada, é um direito adquirido num estado de direito liberal e democrático e que nós temos que ter sempre presente.

Estes dois diplomas vêm, na verdade, acabar com esta taxa do alojamento local na Região Autónoma dos Açores, em termos de território e é bom que nós tenhamos isto sempre presente.

Em relação ao diploma do Partido Socialista, vejo aqui algumas coisas interessantes, mas parece-me uma tentativa de, de hoje para amanhã...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exato!

O Orador: ... no pensamento do Bloco de Esquerda, vir uma proposta de alteração em que naquela freguesia, naquele local, naquela ilha, naquele concelho, já não pode haver mais alojamento local.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Ora aí está!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito bem, Sr. Deputado.

O Orador: E é isto que fica aqui, metido devagarinho e que nós não podemos admitir.

Isto tem que ficar claro: nós não queremos taxas suplementares, ou lá como ela se chama, sobre quem empreende na Região Autónoma dos Açores nos próximos anos, nos próximos séculos se disso for causa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente as duas propostas, mas não votará

certamente as propostas de alteração do Partido Socialista no que concerne a deixar a porta aberta a condicionar o alojamento local e a criação de alojamento local na Região Autónoma dos Açores, porque isso é entrar no domínio daquilo que as pessoas têm o direito de fazer na sua propriedade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(* **Deputada Marlene Damião (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Eu se calhar escolhi mal a palavra. Não vou mais falar em corridas - sei que é um fã de *trails* – e, portanto, nós também queríamos chegar à meta e vamos com certeza chegar à meta. Aliás, tal como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades referiu, penso que assenta muito bem na nossa posição, o que interessa não é fazer mais depressa, é fazer bem. E ao contrário do que insinua, nós, não à ultimada hora como um plano de recurso, encaixámos um artigo 2 que pode estar a causar muito espanto, mas como também foi referido, já foi utilizado inclusive pelo Dr. Carlos Moedas, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Deputado Nuno Barata (IL): Um comunista!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Filho!

A Oradora: É uma medida que já vem desde 2022 em Lisboa e, portanto, não é de agora. Ele é socialista puro. E também a preocupação que o Partido Socialista tem com alojamento local não vem de agora, aliás - e perdoem-me estar a repetir – o POTRAA que foi deixado pelo anterior Governo socialista, contemplava o alojamento local numa perspetiva de introduzir formas de conduzir o processo da construção destes empreendimentos, de distribuí-los de forma equilibrada por todo o arquipélago, de monitorizar esse crescimento e garantir sempre a excelência e a qualidade que este setor exige e que o alojamento local, em particular, representa. Portanto, não vem de agora.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(* **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, vou dizer que voto favoravelmente as duas iniciativas e que concordo com ambas, apesar de haver entre si algumas nuances. Até faz-me lembrar um pouco a iniciativa anterior respeitante ao subsídio de mobilidade, em que não vale a pena apresentarmos uma anteproposta, aliás, até podemos

rasgar e tirar do Estatuto e do nosso Regimento - não vale nada - porque o Programa do Governo do Primeiro-Ministro Montenegro vai tratar do assunto, por isso também pode tratar agora. E porquê? Porque saiu a notícia de que a contribuição extraordinária da caducidade das licenças de alojamento local serão revogadas. Isso quer dizer que estas duas iniciativas não servem para nada! Vamos esperar que o Montenegro resolva o problema todo e pronto! Podem mandar abaixo ou então remetam para a Comissão. Faz-se um veto de gaveta.

(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)

O Orador: Então, Sr. Deputado Nuno Barata, não pode usar a mesma justificação que usou para a iniciativa anterior, que exorta esta Coligação para que fale com o Governo da República e este não pode ser diferente. Não podemos ter dois pesos e duas medidas.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de dar aqui apenas duas breves notas.

A primeira é dirigida aqui ao Sr. Deputado Paulo Simões e tem a ver com o facto de ter feito menção ao programa eleitoral do Partido Socialista para as últimas eleições legislativas regionais. E eu recomendava-lhe a leitura de uma nota em que o Presidente do Partido Socialista/Açores diz a 17 de novembro de 2023 que vai apresentar uma iniciativa legislativa de isenção da contribuição extraordinária sobre os alojamentos locais.

O compromisso do Partido Socialista foi assumido 17 de novembro, como eu já tive oportunidade de dizer e está a ser cumprido hoje.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A nossa foi na Assembleia da República e a senhora votou contra.

A Oradora: Eu queria também dizer-lhe, Sr. Deputado Paulo Simões, que a utilidade da informação que nós propomos seja disponibilizada anualmente pelo Governo, é exatamente para evitar que jornalistas como V. Exa. se *assustem* com o crescimento do alojamento local e que o caracterizem como crescimento *de cogumelos*, ou seja, em 2018 o senhor manifestava preocupação, porque o alojamento crescia como *cogumelos numa floresta húmida*.

Pois é exatamente para evitar isso e para disponibilizar a informação também aos senhores jornalistas, podendo nós dar informação consistente e informada de que não há razões para preocupação, e também para desmistificar e retirar a

carga negativa que então via no crescimento do alojamento local e, cuja realidade, certamente hoje mudou para si. *Mudam-se os tempos, mudam-se as verdades* e com certeza que aquilo que era um problema e que crescia como *cogumelos*, hoje naturalmente, na sua visão, é um sinal de dinâmica da economia regional.

Portanto, de facto, *mudam-se os tempos, mudam-se as verdades*. Mas o que é facto é que para o Partido Socialista a consistência **ainda** é um valor e, portanto, o compromisso que nós assumimos no dia 17 de novembro é o mesmo que mantemos hoje com a apresentação desta proposta.

Não há aqui a *porta aberta* para mais nada que não seja para a legítima informação daqueles que têm por obrigação fiscalizar o trabalho dos governos regionais. E também, Sra. Secretária Regional, não confere aquilo que V. Exa. disse, por isso, devolvo-lhe, então, a recomendação que vá visitar o site da sua Direção Regional e veja que informação é que disponibiliza e que fica muito aquém daquela que é pedida pelo Partido Socialista e recomendada que o Governo Regional também partilhe e disponibilize de forma tratada e que diz respeito essencialmente ao impacto que esta atividade tem ao nível económico, social e ambiental, de resto, como recomendam os objetivos para o desenvolvimento sustentável e na senda daquilo que nós queremos que seja um turismo sustentável, tal como V. Exa. afirmou.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que é amplamente reconhecido até pelo maior partido que integra o Governo, que há um problema de habitação nos Açores. Aliás, a Câmara Municipal de Ponta Delgada, a maior Câmara dos Açores do PSD, assim o reconhece na sua estratégia local de habitação. Está lá claro, o número de pessoas em situação de grave carência habitacional.

Mas eu também tenho que lembrar que este Governo não nasceu agora a 4 de fevereiro. Este Governo nasceu em 2020.

E qual é a política de habitação deste Governo?

Eu não a conheço. Não há nenhuma. Não há propostas, não há medidas. A única coisa que não fez, já agora, foi o investimento do PRR.

Quantas casas construiu este Governo?

Quantas entregou e quantas colocou no mercado?

Deputado Carlos Silva (PS): 24!

O Orador: 24, diz o Sr. Deputado Carlos Silva - muito obrigado. Assim escuso de esperar pela resposta.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

É preciso olhar para o problema e não fingir que ele começou agora. E que este Governo começou agora.

Que são as políticas de habitação do Partido Socialista, sim nós já ouvimos durante três anos essa narrativa e até têm razão, mas chega a um ponto que já basta. Têm que começar a assumir responsabilidades e nós já dissemos isso por diversas vezes na anterior legislatura. É preciso começar a avaliar aquilo que é a atuação do Governo. E sobre habitação, bem, pouco ou nada se vê. E, aliás, é curioso que a primeira medida que está relacionada, embora indiretamente, com a habitação, não seja para habitação, seja para o alojamento local. Assim se vê qual é a urgência e a crise que mais valorizam.

Em primeiro lugar, uma taxinha – como os senhores dizem - que se aplica a uma parte pequena dos alojamentos locais.

Em segundo lugar, a enorme crise de habitação.

Qual é que valorizam mais? A taxa. A crise, essa, pode esperar.

(Apartes impercetíveis da Deputada Catarina Cabeceiras).

O Orador: Eu também gostaria de perceber qual é o impacto em concreto e queria ter mais informação sobre a realidade do alojamento local e o seu impacto na sociedade. Não me refiro só ao número de dormidas e o valor que gera, isso é importante, mas também é preciso saber quais são os impactos negativos.

Qual é exatamente a medição que se faz desses impactos negativos?

Nós não sabemos, são precisos estudos. Mas uma coisa é certa: há transferência de habitações do mercado de arrendamento ou do mercado de compra e venda para alojamento local? Há ou não há?

Eu não acredito que alguém seja capaz de dizer que não há. Aliás, não é por acaso que esse assunto é debatido a nível nacional, onde municípios do PSD que definem zonas de contenção ao alojamento local, porque admitem e reconhecem que têm no seu município um problema de habitação e um problema de excesso de alojamento local. E isso não é ser radical, não é ser contra os empresários. Isso é proteger e tentar equilibrar vários interesses. E há um interesse e um direito aqui, que é o direito à habitação, que não pode ser subjugado a todo o interesse económico.

O direito à habitação tem de ser protegido. E quando vemos nos Açores um T2

na Ribeira Grande a 850 euros para arrendar, os poucos que há para arrendar, porque é quase como que encontrar uma *agulha num palheiro*, casas para arrendar nos Açores. Na Ribeira Grande custa 850 euros.

Quem é que ganhando o salário mínimo, consegue pagar esta renda? Digam-me lá!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde isto já vai, Sr. Presidente!

O Orador: Vamos a mais: um T3 para arrendar na Lagoa a 1000 euros.

Quem é que consegue pagar isto com um salário de 900 ou de 1000 euros? Digam-me lá!

Em P. Delgada um T3 por 1250 euros. Um T0 em Ponta Delgada 650 euros.

Outro alojamento custa 875 euros por 4 quartos individuais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é tudo culpa da taxa do alojamento local?

O Orador: Não, a culpa não é toda do alojamento local, mas como já disse, tem um impacto negativo. E sabe de quem é a culpa, principalmente, para além do alojamento local?

A culpa é sua e do seu Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu queria só mostrar à Sra. Deputada Andreia Cardoso - e acho que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vai gostar, porque saiu muito bem nesta fotografia - que eu não me esqueci, os senhores pelos vistos é que se esqueceram de colocar no programa de governo. É que não está cá.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não esquecemos.

O Orador: Em relação à intervenção do Sr. Deputado António Lima, eu pergunto-lhe há quantos é deputado?

Deputado António Lima (BE): Não muitos. Há seis anos!

O Orador: E só agora é que o senhor percebeu que a habitação é um problema?!

Deputado António Lima (BE): Não!

O Orador: Muito bem.

Esses valores que o senhor referiu de 1000 euros e 600 euros – eu não vou adjetivar – são preocupantes. Mas como aqui já foi dito em aparte, eu não acredito que o senhor responsabilize o alojamento local por essa situação.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso.

O Orador: Isto é a lei da oferta e da procura, isto é, se houver mais casas, se calhar o preço das casas baixa. E voltamos ao mesmo – e acredito que estamos todos interessados nesta discussão e todos queremos o melhor para os Açores, nomeadamente em matéria de habitação - mas querer colocar no mesmo prato o alojamento local como responsabilidade para o aumento do preço das rendas

das casas, não é justo e não é certo sequer. O que acontece aqui é que houve, de facto, uma falha clamorosa de políticas de habitação e o senhor, enquanto Deputado do Bloco de Esquerda e Deputado de um partido que esteve na geringonça em Lisboa, o que é que fez para defender a habitação dos Açores?! Onde é que o senhor estava?!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando disse que não concordava com o ponto nº. 2 da vossa proposta, não é por questões ideológicas, não é por ter vindo do PS. É que, sinceramente, não concordo.

Eu ainda olhei aqui para o rácio do número de estabelecimentos de alojamento local e a população residente. Eu calculo este rácio e o que é que isto me vai dar?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muita coisa.

A Oradora: A não ser que seja com o objetivo de limitar mais tarde.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ora aí está.

A Oradora: Só se for isso.

Por exemplo, eu calculo este rácio para uma determinada freguesia da Terceira, para a Serreta ou Vila Nova; vai-me dar, sei lá, 3 por 1000 casas e depois...?

Para um investidor, o que é que isto vai dizer?

Para o presidente de junta de freguesia, o que é que isto vai dizer? Para a própria população que vive lá na freguesia o que é que diz?

E depois o número de horas gastas a calcular isto?

Por exemplo, quando diz “o rácio entre o número de estabelecimentos AL e o número de fogos de habitação permanente”.

Eu volto a dizer, eu não vejo a utilidade disto e vejo uma grande carga.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pronto. Eu não vou obrigá-la a ver!

A Oradora: A seguir: “Análise do impacto social, económico e ambiental” – então, se estamos a avaliar, porque é que não se faz esta análise a todos os estabelecimentos turísticos?

Porque é que vamos perseguir o alojamento local?

A segunda questão é mais para o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. Vamos fazer o seguinte raciocínio: os proprietários do alojamento local dos centros urbanos, passam para o arrendamento. Mas eles fizeram um investimento grande, porque as casas dos centros urbanos são caras – mesmo

que seja uma casa velha é muito caro – e fizeram um empréstimo bancário; as taxas de juro subiram. Quem é que vai pagar os encargos financeiros? É com uma renda? Não é, porque eles dimensionaram o seu investimento para isso. Mas vamos admitir que passam para renda e para recuperarem o investimento e não ficarem endividados, vão cobrar uma dessas rendas que referiu e como muito bem questionou, quem é que tem rendimentos para pagar rendas de 700 euros? Meia dúzia, se tanto, não somos ricos. Mas pode-se dizer “vamos criar aqui um subsídio para complementar a renda ou vamos limitar a renda aos senhorios”, quer dizer, vamos criar um emaranhado de soluções que só vão criar despesa, problemas e eu não queria avançar para corrupções e desvios, porque depois as pessoas procuram legislação para sobreviver.

Deputado José Pacheco (CH): Avança!

O Orador: A solução, não é essa, se a gente tem problemas, vamos enfrentá-los.

A construção de casas está cara.

Hoje em dia, construir uma casa está caro, está fora dos nossos níveis de rendimento. O mercado tem que se equilibrar, tem que se procurar outras soluções e não perseguir o alojamento local.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CHEGA: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu intervenho neste debate, neste momento, apenas para que fique claro da nossa parte o nosso entendimento e as dúvidas que já foram também colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Simões relativamente à proposta do Partido Socialista.

Eu não tenho essas dúvidas, já estou um pouco mais habituado a esta área jurídica.

A lei do orçamento do Estado e a alteração que ainda há pouco se vangloriaram de terem introduzido no orçamento do Estado relativamente a acrescentar as regiões autónomas na possibilidade de exclusão ou de isenção desta taxa, em momento nenhum nessa lei e nessa norma, por isso também estranho quem disse que teve há 5 meses o cuidado de fazer esta norma e levou 5 meses à espera que fossemos nós a avançar com esta medida, não tendo feito nada relativamente a isso - porque no fundo, há aí qualquer coisa que nós gostávamos de esclarecer que parece que está escondido. É porque essa norma

que introduziram no orçamento do Estado em momento nenhum fala em tipologias. Fala-se em imóveis que estão com a sua propriedade afeta ao alojamento local.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Qual é o problema das tipologias?! Pelo contrário!

O Orador: Ó Sra. Deputada eu percebo que eventualmente não sendo jurista, possa não estar atenta a toda a extensão desta problemática, quando se usa um conceito diferente daquilo que a lei nos atribui como possibilidade de fazer. É porque a lei do orçamento do Estado o que possibilita às Regiões, é excluir da incidência objetiva, imóveis. E os senhores, aparentemente aqui, pelo que percebo do debate num entendimento com o Bloco de Esquerda, meteram lá a palavra *tipologias*...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Um entendimento?!

Deputado Carlos Silva (PS): Não há entendimento nenhum.

O Orador: E depois querem fazer estudos para cumprir aquilo que o Bloco de Esquerda já disse aqui três vezes que era para ser feito, ou seja, era para se analisar as tipologias e a conclusão veio agora com esta intervenção, isto é, porque há aqui rendas muito altas e se calhar a culpa destas tipologias de rendas muito altas, é daqueles senhores que têm alojamento local, portanto, vamos taxá-los outra vez.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

O Orador: Isto da iniciativa privada não é coisa que nos agrade.

Eu queria alertar para este problema, caso a proposta do Partido Socialista fosse aprovada, uma vez que a credencial legislativa que nos é atribuída, usada pelo Partido Socialista, extravasa o âmbito daquilo que nos foi permitido através do orçamento do Estado, que é excluir imóveis e não tipologias.

Isto tem diferenças, porque são conceitos jurídicos que depois, em termos da credencial que nos foi dada, possivelmente o que aconteceria no futuro, é que essas pessoas que agora estávamos **aparentemente** a isentar, provavelmente iam lhes ser pedidos retroativos, porque, de facto, a lei não estava bem feita.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas nós não estávamos a isentar, Sr. Deputado. Estávamos a **excluir**.

O Orador: E o que eu estranho é que levaram 5 meses a fazer uma cópia daquilo que foi a nossa proposta aqui nesta Casa de há 3 semanas, levaram 5 meses a copiar aquilo que nós avançámos, para aproveitar a oportunidade que era agora - se não fosse agora, as pessoas já iam pagar taxa de contribuição extraordinária – para num entendimento de alguém que acha que se deve taxar tudo e todos, aplicar taxas e *taxinhas* e encontrarem um conceito que no futuro lhes vai permitir dividir alojamentos locais por tipologias, para aplicarem diferentes taxas consoante a tipologia e o valor do alojamento local. E isso diz

bem daquilo que é a forma socialista de governar, que é pensar sempre “onde nós vamos sacar mais algum dinheiro à nossa população?”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho acompanhado o debate e sinceramente estou admirado pelas contradições em que tem caído - e tivemos agora um exemplo – o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Quer dizer, a Assembleia está a exercer uma competência, pode exercê-la invocando uma norma do Orçamento de Estado que foi proposta pelo Partido Socialista para permitir que os alojamentos locais na Região não paguem a contribuição extraordinária e esta é, afinal, a forma de governar do Partido Socialista, para ir buscar taxas.

Isso é uma contradição que a verdade dos factos demonstra que o senhor parte para esta discussão numa perspetiva muito clara: o Partido Socialista é mau, o PSD e os restantes partidos da Coligação são bons.

O primarismo deste raciocínio não resiste...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): *Primeirismo* é uma expressão bonita!

O Orador: ... não resiste à verdade dos factos.

Eu acho que já se gerou - o Bloco de Esquerda não tem esse entendimento - um consenso em relação ao que me parece óbvio: a generalidade dos partidos políticos representados nesta Assembleia entende que não é através da cobrança da contribuição extraordinária sobre o alojamento local que se resolve o que quer que seja.

Não entende o Partido Social Democrata, não entende o PPM, não entende o CDS/PP, o CHEGA ou a Iniciativa Liberal. E o Partido Socialista não entende que é através da contribuição extraordinária sobre o alojamento local que se resolve qualquer problema em termos de habitação.

Mas, nesta equação, nós temos efetivamente dois problemas: um problema relativo à contribuição extraordinária que, quer a proposta da Coligação quer a do PS resolvem, isentando (mesmo com o recurso a outra terminologia) ou tomando uma posição política clara que não deve na Região vigorar a cobrança da contribuição extraordinária sobre o alojamento local. Mas há uma segunda componente, que não tem nada a ver com alojamento local, tem, sim, a ver com habitação, porque também julgo que é de boa-fé reconhecer-se que uma casa

que esteja devoluta, e que é recuperada para alojamento local, não é recuperada para habitação. Isso parece-me óbvio.

Agora que fique claro: não é através da contribuição extraordinária sobre o alojamento local que se vai resolver esse assunto.

Este é o nosso entendimento. E é este entendimento que leva a apresentar esta proposta, agora, e na sequência de um compromisso político que foi assumido na campanha eleitoral.

Mas porque é que releva a informação que nós entendemos que deve ser disponibilizada pelo Governo a esta Assembleia?

Porque isso pode levar a outras medidas que não sancionando, nem penalizando com taxas e *taxinhas*, podem ajudar a orientar a disponibilidade de oferta de habitação.

Por exemplo, se o programa *Casa Renovada, Casa Habitação* tiver uma formulação e tiver valores que tornem atrativo para um privado, em vez de recuperar a sua casa para alojamento local recuperá-la para habitação, por que razão é que isso não pode ser feito?

O privado tem toda a liberdade de decidir. O privado não é penalizado. Mas os elementos que nós pedimos nesta proposta relevam, na nossa opinião, para uma reforma que deve ser feita, que tarda também, no caso do *Casa Renovada, Casa Habitada* que é um programa de apoio à recuperação de habitação para arrendar.

Eu percebo a objeção e percebo as questões que foram colocadas pelo CHEGA e fazem sentido. E a resposta está aqui. Este tipo de informação é relevante para podermos orientar, nomeadamente nesta componente, porque a nossa convicção e o nosso entendimento é este.

Tendo em conta os interesses e o que está em causa é, por um lado, o direito à propriedade privada – e aí nos distinguimos do entendimento que o Bloco de Esquerda tem sobre essa matéria...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ligeiramente.

O Orador: Sobre essa matéria e sobre a questão da habitação, não sobre a influência que o alojamento local tem sobre a habitação - porque tem! - não vale a pena ignorarmos esse assunto, mas não é através da criação de uma contribuição extraordinária que o problema fica resolvido. Mas podem políticas públicas, nomeadamente criando mecanismos de incentivo aos privados que tenham casas devolutas para poderem recuperá-las e arrendá-las, é esse um dos objetivos do programa *Casa Renovada, Casa Habitada* e os elementos que são pedidos nesta proposta do PS relevam para essa reforma.

É esse o motivo pelo qual nós pedimos informação, porque não pode restar nenhuma dúvida.

Se o Partido Socialista e os deputados do PS/Açores na Assembleia da República foi o partido que propôs a alteração ao Orçamento de Estado de

forma a permitir a esta Assembleia intervir, de maneira a isentar e a excluir o alojamento local na Região da incidência dessa contribuição extraordinária, se é também o Partido Socialista que tem uma proposta de decreto legislativo regional para fazer com que o alojamento local não pague essa contribuição extraordinária, só por má fé é que se pode dizer que o que os socialistas querem é criar e fazer pagar a contribuição extraordinária.

Deputado Joao Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é falso e fica esclarecido aqui!

Deputado Nuno Barata (IL): Eu vou esclarecer, mas não é disso que se trata.

O Orador: Agora, o facto de entendermos que não é através da contribuição extraordinária sobre o alojamento local que se resolve o problema da habitação na Região, não significa que ignoremos, porque continuamos a ter um problema de habitação. E que uma coisa releva sobre a outra, porque a única coisa que aqui está, é pedir informação. E sobre isso, a toda a liberdade! Haverá aqueles que achem que nós na Assembleia não devemos ter acesso a essa informação e haverá aqueles que acham que têm.

Tudo o mais, Sr. Deputado João Bruto da Costa, com todo o respeito, é uma tentativa de *enriçar!*

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós é que queremos *enriçar*, não é Sr. Deputado?!

Os senhores, criaram a taxa, depois criaram a isenção a taxa, quer dizer, os senhores criaram o problema, depois vieram a correr atrás para resolver um problema que criaram nos Açores, porque não se lembraram que tinham que excluir as regiões autónomas e a possibilidade de nós fazermos isto.

O senhor falou alguns 8 minutos e, sem querer – começou a dizer uma coisa e acabou a dizer o seu contrário - acabou por confessar que a única coisa que o distingue do Bloco de Esquerda é relativamente à propriedade privada.

Aquilo que está em causa realmente nisto – Sr. Deputado Vasco Cordeiro, vamos lá ver se o meu *primarismo* está de acordo com aquilo que o homem médio interpreta quando lê o que aqui está escrito – é que o diploma só tem dois artigos e só tem a ver com a aplicação de uma contribuição extraordinária ao alojamento local, é um diploma para isentar uma taxa - não é para mais nada - ou contribuição que é pedida aos proprietários de alojamento local, e nesses

artigos, o senhor isentar a taxa e depois diz que o Governo deve recolher uma série de elementos.

Eu vou-lhe ler, para ver se o meu *primarismo* interpretativo é muito diferente daquilo que o homem médio deveria interpretar:

“O governo tem que fazer uma análise comparativa de todo o alojamento turístico da Região Autónoma dos Açores, distribuído geograficamente por freguesia, capacidade instalada, evolução temporal”. Lembram-se do que é que o Bloco de Esquerda disse sobre *pressão sobre freguesias e diferenças entre freguesias?*

Não sei se vos diz alguma coisa.

Continuando:

“O rácio entre o número de estabelecimentos de alojamento local e o número de fogos de habitação permanente...”

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é nada disso.

O Orador: Com o *primarismo* que fui acusado de ter, vamos tentar interpretar porque é que o Partido Socialista num diploma sobre a aplicação de uma taxa, põe uma coisa como “o rácio entre o número de estabelecimentos de alojamento local e o número de fogos de habitação permanente por freguesia, concelho e ilha”.

Num diploma duma taxa pedir ao Governo para fazer este rácio, curiosamente entre habitação e alojamento local, deve ser só enfim para o meu *primarismo*.

Também o meu *primarismo* depois olha para alínea c) lê assim: “rácio entre o número de estabelecimentos de alojamento local e a população residente por freguesia, concelho e ilha”.

Não sei, se calhar já ouvimos o Bloco de Esquerda também dizer que o facto de haver muito alojamento local em alguns sítios provavelmente impede a fixação de moradores e se calhar a relação entre moradores e população residente e alojamento local... é melhor aplicar uma taxa, não é Sr. Deputado António Lima?

Depois o meu *primarismo* olha para esta alínea d) e pensa assim: “eles dizem análise do impacto social, económico e ambiental do alojamento local no território da Região Autónoma dos Açores”.

Vamos cá medir os impactos disto, porque sabe-se lá, à semelhança de outras taxas, o facto de isto causar impactos, se calhar é melhor aplicar uma taxa para o Estado recolher impostos para satisfazer aquilo que são impactos causados pelo alojamento local em determinado local.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas o senhor está a assumir que os impactos são negativos? Nem todos são, certamente!

O Orador: Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, deixe-me lá dizer-lhe uma coisa: o senhor e o Partido Socialista criaram um problema. Mediante a revolta que nos gerou a todos aqui nos Açores do problema criado, foram a correr atrás do

prejuízo para tentar solucioná-lo e não contentes com isso vêm agora, de uma forma nada *primária*, muito sub-reptícia, permita-me até que lhe diga, de uma forma politicamente sorrateira...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isto não tem nada de sorrateiro! É simples!

O Orador: ... pôr aqui num diploma que isenta uma taxa, análises de situação que só permitem diferenciar aquilo que eu disse há pouco sobre as tipologias para incluir nestes conceitos todos. E digam lá se eu sou demasiado *primário*...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor é demasiado maldoso, isso sim!

O Orador: ... para achar aquilo que todos já perceberam, que era aquilo que os senhores estavam a tentar fazer?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Francisco Lima (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O partido CHEGA queria esclarecer a questão do PS e da sua proposta. Achamos que isto é também uma questão de confiança, porque o PS é especialista em reverter. E reverte sempre contra as empresas, contra os contribuintes, porque na verdade descobre sempre um filão que é indivíduos que estejam supostamente a enriquecer. E basicamente foi o que aconteceu a antes das eleições com António Costa que queria criar um imposto para os carros, supostamente de luxo – os carros com mais de 20 anos. E só reverteu uma semana antes de saber que havia eleições.

Por milagre de nossa Senhora de Fátima, já reverteu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E para que não fique aqui nos *pingos da chuva*, também aqui o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda diz muito bem que as rendas estão caras. Mas o que eu pergunto é: uma pessoa que tenha feito um empréstimo para fazer uma obra em alojamento local, em que agora os custos bancários subiram para o dobro, o que é que tinha que fazer? Caridade?

Quer dizer, ia pagar uma prestação ao banco de 600 ou 700 euros e ia arrendar a custo zero?

Essa coisa de fazer caridade com o dinheiro dos outros, é uma questão socialista muito boa.

Deputado António Lima (BE): E aumentar o preço aos turistas, já pensou nisso?

O Orador: Portanto, eu desafio os que têm alojamento local ou que têm casas suas dessa área ideológica, que ponham a arrendar aos pobres a custo zero.

Por outro lado, é preciso também que se note que a questão da habitação entronca muito na questão das taxas e *taxinhas* dos custos da burocráticos da habitação.

O que é que temos aqui nos Açores?

Para já um excesso de reservas, há um abuso de reservas e proibicionismo, isto é, em sítios onde existem casas, do lado direito e do lado esquerdo, aqui ali, é tudo proibido. Daqui a nada a gente vai ficar com quê...? Só com reservas de pragas, de plantas invasoras, porque é tudo proibido. E de repente os açorianos são um problema nos Açores.

Portanto, sobre a habitação a nível de revisão do PDM, que não avançam, porque as câmaras não querem entrar por esses caminhos – talvez devido à burocracia – e isso é um problema.

Por isso,

Nós, tal qual os açorianos que me estão a ouvir, por uma questão de princípio, “gato escaldado tem medo de água fria” e de “boas intenções” - as intenções do querer saber muita informação – está o inferno cheio”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Melhor, melhor é ficar escondido!

O Orador: Ou seja, o que o PS quer é mais burocracia, é aquilo que em Portugal faz com que a gente empobreça que são os custos de contexto, que é obrigar as pessoas com burocracia e papéis que não servem para nada, porque muitas vezes essa informação vai para o caixote do lixo, vai para a *arqueologia* e nós somos absolutamente contra isso.

Temos que ser claros: se a autorização legislativa é para edifícios, e não há taxas para edifícios, a gente vai estar agora aqui com tipologias e com subterfúgios para mais tarde ir de forma *assanhada* em cima dessas pessoas, obrigando-as a pagar com retroativos, se calhar 10 anos depois, quando as pessoas que diziam que não se passava nada já não estão aqui, ninguém é responsável.

Portanto, dessas *boas intenções* está o inferno cheio e o CHEGA diz... chega!

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Com a consideração pessoal que tenho por V. Exa., o importante aqui é que não

haja esta taxa, isto é, que a contribuição extraordinária sobre alojamento local não se pague. O ideal era que não se pagasse na República e nos Açores. Mas que não se pague nos Açores, já é bastante bom.

Devo-lhe dizer que quando olhei para a sua proposta, confesso que achei graça, principalmente para os Srs. Deputados que não têm acesso a alguma informação que os Membros do Governo têm, e no quadro da conjuntura parlamentar que temos hoje em dia, quanto mais informação um deputado tiver melhor, escusa de andar por vias travessas para a obter. E, portanto, olhei para a proposta e até achei alguma simpatia.

Depois, comecei a ponderar melhor e comecei a ficar com preocupação. Mas a grande preocupação com que fiquei foi no final a sua última intervenção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade. Tão primário quanto eu!

Deputado João Castro (PS): Menos, Sr. Deputado!

O Orador: Porque o senhor não quer e acredita que a contribuição extraordinária sobre o alojamento local não resolve os problemas da habitação – eu também acho que não resolve – mas, depois, quer pôr no diploma que isenta os açorianos de pagar a contribuição extraordinária sobre o alojamento local, soluções para os problemas da habitação. Ou uma norma que obrigue o Governo a dar-nos informação para nós resolvermos o problema da habitação.

Ora, isto não é querer resolver o problema da habitação através do alojamento local?!

As últimas frases da sua última intervenção vieram reforçar a minha preocupação inicial. E foi por isso que pedi a palavra.

Este setor de que estamos a falar, e que eu acho não interferiu em nada que os problemas que nós temos com a habitação, é também um exemplo de que se começarmos a complicar a vida destes empresários e empreendedores, como nos anos 80 e 90 fizeram com os empreendedores que andavam a construir casas para vender – chamavam-lhes *patos bravos*, punham-lhes taxas, impostos diretos e indiretos, seguros obrigatórios que inventaram para as construtoras e para os transportadores, licenças, um sem número de coisas, que governos do Partido Socialista, do PSD e a reboque do *esganiçamento* do Bloco de Esquerda *a la Louçã* – permitam-me também a certa hora do dia já estar cansado e ter estes pequenos abusos de linguagem...

Deputado António Lima (BE): Isso não é abuso, isso é falta de educação!

O Orador: ... a reboque dos que vieram do PSR, foram pondo problemas a quem estava empreendendo na habitação. E, por isso, é que hoje nenhum construtor civil tem vontade, nem coragem de se meter num empreendimento dessa natureza. E a falta de habitação tem só a ver com isso. Mas é isso que querem fazer com quem está a encontrar outros filões de negócio que estejam desregulados. E depois a resposta é sempre a mesma: *é preciso regular e regular* e depois de estar muito regulado é taxar, taxar, taxar e depois de estar

taxado, taxado, *é chorar sobre o leite derramado.*

Deputado Joao Vasco Costa (PS): Bom, bom é não regular nada!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Eu acho que o senhor percebeu perfeitamente a minha intervenção. Aliás, tanto percebeu a minha intervenção e tanto percebeu o sentido e o objetivo da informação que o Partido Socialista pede que o senhor tem feito cavalo de batalha quanto ao fornecimento, por parte do Governo, de informação relativamente aos estudos do custo benefício das obras públicas que é a informação que o senhor precisa para fazer o seu papel. Certo?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Certo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, estamos exatamente a falar do mesmo tipo de informação.

Sr. Deputado Francisco Lima, não há burocracia nenhuma, porque esta informação é pedida ao Governo e é ele que a tem de fornecer à Assembleia, não tem a ver com os particulares. Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Simões, a quem saúdo, e que numa das suas intervenções invetivou, por aquilo que me pareceu, o Partido Socialista, porque não tinha feito nada.

Pois é bom que fique registado o seguinte, porque o Grupo Parlamentar do PSD tem sido useiro e vezeiro em dizer que os socialistas não fizeram nada sobre habitação.

Fica, então, para sua informação que em entre 2013 e 2019, foram 118 milhões de euros investidos na habitação dos Açores; foram mais de 9 mil famílias açorianas que beneficiaram.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E quantas casas novas?

O Orador: Para além daquilo que foi investimento direto do Governo Regional, foi a participação em acordos das câmaras municipais, a maior das quais, por exemplo, em São Miguel, é a Câmara Municipal da Ribeira Grande, com o IHRU de apoio à habitação; foram 746 habitações na ilha de São Miguel e 573 habitações na ilha Terceira.

O Partido Socialista está muito à vontade com o seu património em termos de políticas de habitação e da ajuda que deu às famílias açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga quantas construiu!

O Orador: Para resumir e para concluir, há duas mensagens que a proposta do Partido Socialista transmite às açorianas e aos açorianos e que eu gostaria de resumir neste momento.

Em relação aos proprietários de alojamentos locais, a proposta do Partido Socialista, o que diz é algo muito simples: nós entendemos que os empresários

do alojamento local não devem pagar nos Açores a contribuição extraordinária sobre o alojamento local. Mas há algo mais que a proposta do Partido Socialista diz e que até este momento mais nenhuma das propostas nem nenhum dos partidos diz. E aquilo que diz a proposta do Partido Socialista é aos casais jovens açorianos que estão à procura de habitação e aos açorianos e às famílias açorianas que estão com dificuldades de habitação, o Partido Socialista diz uma coisa muito simples: nós queremos ajudar a resolver este problema de habitação. É isso que diz a proposta do PS e mais nenhuma das propostas diz isso.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu nunca tive dúvidas, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois desta intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se dúvidas houvesse, ficaram completamente esclarecidas.

Pois muito bem, o Partido Socialista também concorda com a posição do Estado da Coligação que apresentaram esta iniciativa de excluir na Região o pagamento desta contribuição extraordinária. Mas neste mesmo diploma quer resolver as questões da habitação. E a verdade é que quando Sr. Deputado da Iniciativa Liberal fez a sua intervenção, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro veio dizer que não, mas agora acabou efetivamente de afirmar aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata tinha dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

A Oradora: E temos que convir que todos os que estamos aqui na nossa atividade de fiscalização do Governo, enquanto deputados, quanto mais informação tivermos acesso, melhor. Mas também temos que convir que não é por via dum diploma que isenta esta contribuição extraordinária do alojamento local, que querem obter essa informação. E é aí que está o problema. É aí que nós divergimos. Como foi já dito aqui, os senhores querem ter essa informação para perceber depois como se deve aplicar a estes empresários em terminadas freguesias, em determinadas zonas da nossa Região, entendem que devem ser penalizados, que devem ser aplicadas taxas. E, por essa via, está tudo dito na proposta do Partido Socialista quando apresentam este ponto n.º 2 no Artigo 2.º.

E o senhor acabou de confirmar nesta sua última intervenção. Foi exatamente isso que o senhor deputado disse.

Quanto à questão das casas e daquilo que foi o histórico do Partido Socialista, a verdade é que os problemas que hoje vivemos na nossa Região relativamente à habitação, foi por falhas na política de habitação na nossa Região, porque senão não estávamos a passar as dificuldades que estamos a viver hoje em dia, porque não foram em três anos que surgiram as problemáticas da habitação. Foi que houve uma falha na política de habitação do Governo do Partido Socialista.

A verdade é que quando o senhor fala de números, o vosso legado, ou seja, a média de casas foi inferior a uma por ano; foram 71 casas em 8 anos.

É esse o legado do Partido Socialista.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

A Oradora: Por isso, por mais que queiram dizer que não são estes os factos, são estes os factos, quer o legado da habitação quer também a vossa propositura na vossa proposta relativamente à isenção da contribuição extraordinária ao alojamento local.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Simões.

(*) Deputado Paulo Simões (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda voltando atrás e só para clarificar uma dúvida do Sr. Deputado António Lima, no num comunicado da Associação do Alojamento Local diz o seguinte, e passo a citar:

“Na verdade, muitos dos imóveis afetos ao alojamento local surgiram no âmbito de reabilitações de prédios devolutos o que não raras vezes, em estrito cumprimento da legislação em vigor, houve a necessidade de dividir o imóvel em espaços independentes, o que levou à sua classificação legal de *fracções autónomas*, quando na verdade, não são verdadeiros apartamentos e em nada se assemelham aos apartamentos das grandes zonas urbanas”. Só queria que isso ficasse clarificado.

Ainda neste documento que é público, a Associação do Alojamento Local fez um inquérito aos seus associados que responderam, sendo aplicada essa taxa, 67% inquiridos garante que iria fechar em definitivo o seu alojamento local.

Ora, conhecendo bem o Bloco de Esquerda, imagino que o desemprego desta gente não seja algo que lhe agrade, certamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Risos do Deputado António Lima)

O Orador: E ainda em relação ao que temos ouvido nesta Casa, à esquerda parece aplicar-se uma citação de alguém que conhecem certamente – Ronald Reagan – que dizia (eu escrevi para não me enganar, como sou novo nestas andanças...

Deputado Carlos Silva (PS): Sub-repticiamente... não é novo.

O Orador: ... corro o risco de *escorregar*):

“Se a coisa se move, taxe-a. Se continuar em movimento regule-a. E se ela parar” – imagine-se! – “subsídio”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Em relação à habitação, eu posso me ter enganado nos números – se estiver errado vai-me corrigir - mas em 8 anos, casas novas, julgo que foram 71, com uma indicação sua, penso que em 2012, para não se construir mais casas nos Açores. Este Governo, em três anos, já tem construídas e reabilitadas 103 casas.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer que compreendo que haja de vez em quando alguns excessos de linguagem, todos nós cometemos. Mas é bom, Sr. Deputado Nuno Barata, que a falta de educação não seja atingida de forma tão leviana como o senhor atinge nas suas intervenções. E espero que não se repita esse tipo de afirmação que há pouco proferiu.

Deputado Nuno Barata (IL): Oh sim! Nem sequer é costume!

O Orador: Vamos lá ver, o problema da habitação é multifatorial, como é óbvio. E há um lado do Parlamento que considera que o alojamento local não tem nenhum impacto sobre o mercado de habitação e, por isso, não só quer esta isenção, mas pior do que isso, não quer fazer nada, absolutamente nada, para regular o alojamento local nos Açores. Daí que o Plano de Ordenamento Turístico poderia fazê-lo, só que está exatamente na gaveta, está no mesmo. O Governo não quer de modo algum mexer nessas questões do alojamento local, não quer criar zonas de contenção, como há já em vários concelhos do País, não quer criar nenhuma forma sequer de conhecer melhor a realidade...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Isso não é verdade!

O Orador: ... ao não querer aprovar aquela que é a proposta que o Partido Socialista faz nesse sentido. Ou seja, o Governo não só não quer que se regule o alojamento local, como não quer que se conheça o impacto do alojamento local sobre habitação, o que ainda é mais grave.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Isso não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade sim senhor!

O Orador: Como é óbvio a taxa não irá resolver o problema da habitação, mas também não vai, como já aqui ouvi o Sr. Deputado Paulo Simões com o drama da taxa de que eventualmente por algumas dezenas ou centenas de euros anuais, os alojamentos locais vão fechar todos ou quase todos.

Há uma coisa que eu tenho que informar, é que independentemente de se concordar ou não com a existência da taxa, as empresas do alojamento local ou outras quaisquer que estejam sujeitas à taxa, possam refletir esse valor nos seus preços. Ou não?

O que não pode acontecer, regra geral, é que quem não tem dinheiro para pagar a casa no fim do mês, tenha que esticar o seu ordenado. Isso é que não pode acontecer, porque os ordenados pouco esticam, crescem muito pouco ao longo do ano e, no fim do mês, não crescem absolutamente nada, são os mesmos.

Sobre a regulação do mercado e o drama que é a regulação do mercado, bem, segundo uma notícia de 1 de março de 2023 – muito recente – penso que quem é Presidente da Câmara é um senhor que se chama Carlos Moedas do PSD, é dito: *Câmara Municipal de Lisboa quer reduzir rácios entre alojamento local e imóveis de habitação.*

Porque será que Carlos Moedas, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa – certamente do Partido Comunista Português ou de outro *perigoso esquerdista* – quer diminuir o rácio do alojamento local para a habitação?! Porque será?

Voltamos aonde? Voltamos ao PREC em Lisboa com Carlos Moedas?!

Mas alguém acredita nisso?!

Ou seja, como é óbvio, qualquer pessoa com bom senso, hoje em dia, reconhece que há um problema e há uma relação entre a existência do alojamento local e a oferta de habitação.

Vamos conhecer melhor com esta relação? Como é óbvio.

Vamos regular o alojamento local?

Para regulá-lo como deve ser, é preciso que a Sra. Secretária do Turismo trabalhe nesse sentido.

O POTRAA onde é que está?!

É preciso que tudo isso seja feito. E é óbvio que essa é a melhor forma de resolver o problema, ou pelo menos, de melhorar o mercado de habitação e a

sua relação com o alojamento local.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida, Sr. Deputado Paulo Simões, o senhor está mal informado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe que não!

O Orador: E, portanto, os números que referiu não são os números corretos. Posso até dizer-lhe que dos 118 milhões de euros, a forma como esse investimento foi feito, divide-se, da seguinte forma: naquilo que tem a ver com a renda apoiada (renda social) que inclui...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: o apoio à aquisição, construção e realojamento foram 47 milhões de euros; naquilo que é arrendamento e subarrendamento, foram 12 milhões de euros; no que tem a ver com a recuperação de habitação degradada, foram mais de 30 milhões de euros e assim sucessivamente.

Deputado Joaquim Machado (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): E casas novas?

O Orador: Casas novas?!

Então aquilo que tem a ver com a construção de habitação tem a ver com o quê? Não é com casas novas?!

Sr. Deputado Paulo Simões:

Dos cento e tal que o senhor falou aí, eu perguntava-lhe quantos é que estão incluídos naquilo que são, por exemplo, os projetos e os processos que vieram do anterior Governo já adquiridos, nomeadamente os Foros Solmar e Detrás-os-Mosteiros?

Muito obrigado.

(Apartes impercetíveis em simultâneo dos Deputados das várias bancadas da Coligação)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, V. Exas. não sabem o sofrimento que é estar aqui e não participar nestes

debates depois 16 anos de participação intensa.

Deputado João Vasco Costa (PS): A gente imagina!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor é que fez força para ir praí!

O Orador: Eu estava à espera de alguém que provocasse o Governo e o Sr. Deputado António Lima fez-me esse favor com as afirmações que produziu, dando-me aqui a oportunidade de, finalmente, ao fim de duas horas, fazer uma intervenção muito breve, mesmo assim, uma intervenção em que eu sou obrigado a retirar (por obrigação institucional) nove décimos do que estou a pensar. Mas vou-lhe dizer, Sr. Deputado, que a afirmação que produziu em relação à existência de dados e que o Governo Regional não os quer trabalhar, ou que não os tem, como V. Exa. sabe perfeitamente, essa afirmação não é verdadeira.

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

O Orador: Faça um requerimento, Sr. Deputado.

Se fizer um requerimento, nós damos-lhe os dados, é tão simples quanto isso.

Agora, querer colocar uma legislação num decreto legislativo regional, parece-me uma má técnica parlamentar. O que V. Exa. quer é uma informação que lhe pode ser dada através de um requerimento.

Por outro lado, o que nós tivemos aqui também – não resisto a dizer isto – foi a velha técnica do Sr. Deputado Vasco Cordeiro – que irá perdoar-me por dizer-lhe isto, mas estou aqui há muitos anos, conheço-o bem...

Deputado António Lima (BE): Muitos anos mesmo!

O Orador: ... mas quero-lhe dizer que primeiro tentou a tática de *pescar um goraz*, que foi tentar dizer, “bom, não, isto não tem nada a ver com falta de habitação, isto é alojamento local e esta informação que nós estamos a pedir não tem nada nada que ver com habitação”.

Bom, não resultou. A Iniciativa Liberal fez uma intervenção, o CHEGA também, o assunto foi desmontado. E como não resultou, terminou a sua intervenção fazendo uma afirmação de que estão a defender a habitação jovem. Ou seja, queria pescar um goraz e acabou por tentar pescar um chicharro. Foi isto que tentou fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Oh Sr. Secretário mais-valia não ter falado! O senhor está em baixo de forma!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):**Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assumido que estamos a falar de habitação, realmente temos um problema de habitação nos Açores. Agora, misturar isso com os AL que eu percebo que é uma obsessão da esquerda - da *canhota*, como eu gosto de chamar...

(Aparte impercetível do Deputado António Lima)

O Orador: ... está no dicionário, pode ir lá consultar.

Há um problema grave que é chumbar na matemática da 4ª classe. Eu explico.

Ó Sr. Deputado António Lima do Bloco de Esquerda, então uma pessoa que está a pagar uma prestação ao Banco de 500 euros, que vai pôr uma casa no mercado de arrendamento por quanto? Por 300 euros?!

E quem é que paga o restante? E a casa que é dele? Ele que herdou da avó (não foi a da Mortágua)?

Quem é...? É o Robles?! Pergunte-lhe lá como é que ele fazia!

(Risos dos Deputados da bancada do CHEGA e de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

Isso é brincar com a vida das pessoas!

Isso é o senhor a dizer que ninguém pode ser dono de nada! Ou seja, a pessoa tem uma casa, paga ao banco 500 euros de prestações, e está subindo e subindo (ai que me dói a mim e a muita gente!) e, depois, o senhor diz que as rendas têm que ser sociais, têm que ser 300 euros. Não, a casa é minha, eu ponho no AL e tem que render o que tiver que render, o mercado é assim que funciona.

O problema da habitação vai ser resolvido, vai ter que ser resolvido, mas vai mesmo ter que ser resolvido!

Estamos aqui para trabalhar todos sobre isso. O senhor está aqui para trabalhar, mas é o tal problema de ter chumbado a matemática da 4ª classe e estar contra os pequenos empresários que muitas vezes a casa que herdou da avó e que pôs em AL, é aquele ordenado que ele não consegue ganhar no dia a dia e dali sempre vem mais qualquer coisa. E mais, Sr. Deputado, o AL dá emprego a uma data de gente que não anda de mão estendida.

Eu percebo que isso retira-lhe o eleitorado, mas a vida é mesmo assim. Eu acabei de falar do mundo real que tem pessoas a fazer sua vida e a pagar as suas contas, não é um mundo com pessoas a trabalhar para si ou para o Estado, como o senhor quer, com o fruto do seu trabalho. Mas, pronto, é o que temos. E é

bom que os açorianos percebam o que é que hoje estamos aqui a discutir.
As vossas casas são para vos obrigar a arrendar ao preço que aqueles senhores quiserem, mesmo que vocês paguem ao banco o dobro.
Com o CHEGA não contam.
Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do Chega)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que esta intervenção um pouco alucinada do Sr. Deputado José Pacheco não tem nenhum sentido.

Deputado José Pacheco (CH): Não!!! Acha?!

O Orador: Esta contribuição não se aplica às casas para habitação própria, aplica-se a empresas.

Por isso, o Sr. Deputado José Pacheco não sabe bem o que é que está a discutir, aliás, não sabe o que é que está aqui a fazer!

Está a brincar com a vida das pessoas, como é habitual!

Deputado José Pacheco (CH): O senhor é que está a brincar com a vida das pessoas!!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Penso que está na altura de votarmos.

Vamos começar por votar na generalidade o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII** – “Exclusão da Incidência Objetiva da Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local” uma iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS/PP e da Representação Parlamentar do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII – “Exclusão da Incidência Objetiva da Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local”, foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do IL e 1 voto a favor do PAN, registou 1 voto contra do Bloco de Esquerda e 22 votos de abstenção do Partido Socialista.

Presidente: Vamos agora votar na generalidade o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XIII** – “Estabelece a Exclusão da Incidência

Objetiva da Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local e Monitorização do AL na RAA”, da autoria do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretária: o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XIII** – “Estabelece a Exclusão da Incidência Objetiva da Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local e

Monitorização do AL na RAA”, foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 votos contra do CHEGA, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, perfazendo o total de 30 votos contra; a favor, votaram o PS com 22 votos, 1 voto a favor do IL e 1 voto a favor do PAN, perfazendo um total de 24 votos a favor; registou 1 abstenção do Bloco de Esquerda.

Presidente: Tendo sido rejeitado o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XIII passa, assim, à especialidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII.

Vamos passar à especialidade.

Pergunto se há intervenções?

Vamos votar a proposta de alteração de aditamento das alíneas a), b) e c), da iniciativa do Bloco de Esquerda ao n.º 2 do Artigo 1º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração com o aditamento das alíneas a), b) e c) foi rejeitada com 22 votos contra PSD, 22 votos contra do PS, 5 votos contra do CHEGA, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto contra do IL e 1 voto contra do PAN e registou 1 voto a favor do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento ao n.º 3 do Artigo 1º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do n.º 3 ao Artigo 1º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 votos contra do PS, 5 votos contra do CHEGA, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto contra do IL e 1 voto contra do PAN e registou 1 voto a favor do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os dois artigos do diploma em conjunto?

Estão à votação os Artigos 1º e 2º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: Os Artigos 1º e 2º do diploma foram aprovados com 22 votos a favor do PSD, 22 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do IL e 1 voto a favor do PAN e registou 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/XIII foi aprovado, em votação final global, com 22 votos a favor do PSD, 22 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CHEGA, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor do IL, 1 voto a favor do PAN e registou 1 voto contra do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para uma interpelação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 16 minutos.

Presidente: É regimental e está concedido.

Encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 44 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

(Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Cota Soares.

A redatora: Ana Paula Lemos.